

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA – PORTUGAL**

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Educação

**UNIVERSITÉ FRANÇOIS RABELAIS DE TOURS – FRANCE**

Departement des Sciences de L'Éducation et de la formation

**Mestrado Internacional em Ciências da Educação**

**“FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”**

***PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO***

***PEDAGÓGICO***

**Um estudo na EFA do PACUI**

**HILDETE MARGARIDA R. DE SOUZA**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, em Ciências da Educação, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e do Diplome d'Université na Université François Rabelais de Tours

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria do Loreto Paiva Couceiro

Macapá - AP

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
I- Contextualizando a Pesquisa.....	04
Introdução.....	04
1.1 Diagnóstico da EFA do Pacuí.....	08
1.1.1 Características da comunidade, do município e da região.....	09
1.1.2 A comunidade.....	10
1.2 Uma dinâmica formadora – Pedagogia da Alternância.....	13
1.2.2 Características da Pedagogia da Alternância.....	13
Conclusão.....	19
II - Projeto e Dinâmica Educativa.....	20
Introdução.....	20
2.1 Trajetória Histórica do Projeto.....	21
2.2 Multiplicidade de Projeto na área educacional.....	28
2.2.1 Projeto Educacional.....	29
2.2.2 Projeto Pedagógico.....	30
2.2.3 Projeto de Escola.....	33
2.2.4 Projeto de Formação.....	33
2.3 Conceito de Projeto.....	36

Conclusão.....	37
III- Engenharia Participativa e Projeto Pedagógico .....	38
Introdução.....	38
3.1 Escola e Comunidade Educativa.....	39
3.2 Autonomia da Escola e Projeto.....	46
3.3 Projeto Político Pedagógico.....	50
3.4 O Projeto Político Pedagógico e a Lei 9394/96.....	51
3.5 O Projeto Educativo.....	54
3.6 Estrutura Organizativa de um Projeto de Escola.....	55
3.6.1 Gerar um Projeto.....	55
3.6.2 Definir um Projeto.....	56
3.6.3 Gerir e avaliar um Projeto de Escola.....	58
Conclusão.....	60
IV- Problemática e Metodologia.....	61
Introdução.....	61
4.1 Abordagem Qualitativa.....	61
4.2 Diversidade Teórico Qualitativa.....	62
4.3 Coleta de Dados.....	66
4.4 Atores sociais envolvidos no processo.....	69
4.5 Entrevistas.....	71
Conclusão.....	72

V- Estudo documental do Projeto Político Pedagógico da escola do Pacuí.....	73
Introdução.....	73
5.1 Visão do contexto Escola Família.....	73
5.2 Público envolvido no Processo de construção do Projeto.....	74
5.3 Formação.....	76
5.4 Avaliação.....	77
Conclusão.....	78
VI- Análise das Entrevistas.....	80
Introdução.....	80
6.1 Leitura das Entrevistas.....	82
6.1.1 Experiência na elaboração do Projeto Político.....	83
6.1.2 Razões que levaram a construção do Projeto.....	85
6.1.3 Os atores envolvidos.....	87
6.1.4 Organização para elaboração do Projeto.....	88
6.1.5 O percurso.....	90
6.1.6 Conceito de Projeto Político Pedagógico.....	94
6.1.7 Ações de Serviço Administrativo e Técnico.....	95
Conclusão.....	96
CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXOS.....	103

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus que me concedeu o Dom da Vida, para trilhar esta caminhada, como inquilina deste planeta terra.

À minha família que me acolhe e me dá forças em todos os momentos.

Aos amigos e amigas que sempre me incentivaram e constituem companheiros de caminhada.

Aos meus grandes mestres, que atravessaram o oceano para interagir conhecimento e cultura.

Aos colegas de curso, pela partilha no cotidiano, pelos ensinamentos, interações, incertezas e solidariedade nos momentos mais difíceis.

À UNEFAB, RAEFAP e EFAP, pela oportunidade em experienciar essa nova dimensão de educação, ampliando minha visão de mundo.

À todos, minha profunda gratidão e reconhecimento.

## Siglas

**EFA's** – Escolas Famílias Agrícolas

**CEFFA's** – Centros de Formação Familiar em Alternâncias

**CFR** – Casa Familiar Rural

**EFAP** – Escola Família Agrícola do Pacuí

**SEAF** – Secretaria de Estado da Agricultura Pesca Floresta e do Abastecimento

**RURAP** – Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de pesquisa em Agropecuária

**AFEFARP** – Associação das Famílias da Escola Família da Região do Pacuí

**PPP** – Projeto Político Pedagógico

**PE's** – Planos de Estudos

**CR** – Caderno da Realidade

**UNEFAB** – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

**RAEFAP** – Rede de Associações das Escolas Famílias do Amapá

## **Resumo**

Essa pesquisa vem evidenciar, o Processo de Construção, do Projeto Político Pedagógico, da Escola do Pacuí, visando analisar como ocorreu o processo de elaboração e que produto resultou. Para tanto, buscou-se o auxílio de uma metodologia que compreende-se o fenômeno em suas múltiplas dimensões, em seus fatores constitutivos, respeitando a subjetividade dos atores participantes. E a abordagem que mais se aproximou desses itens, foi a qualitativa, por está voltada para uma linha social e antropológica, sendo auxiliada por uma técnica, a entrevista semi-estruturada, que dá mais liberdade aos seus entrevistados, no processo da coleta de informações, para posterior análise dos dados. Pois, além das informações das entrevistas, se buscou analisar o documento, o projeto político pedagógico da escola, construído em parceria com seus atores sociais. O projeto enquanto processo, possibilitou compreender como ocorreu o desenrolar das ações e o projeto enquanto produto, resultou num dos produtos que foi a sistematização ou o registro documental. E que o melhor produto que pode resultar de um processo dessa natureza é a própria mudança ou transformação da organização pedagógica.

## Introdução

O tema a ser abordado no decorrer desta pesquisa, denominado **Projeto político Pedagógico**, apresenta-se bastante difundido na sociedade, mas acima de tudo no que tange à comunidade educativa. O tema em estudo recebe também outras nomenclaturas, tais como: Projeto Educativo, Projeto Político Pedagógico, Projeto Escolar, dentre outros. A discrepância entre os mesmos consiste apenas em dois pontos: o contexto e a posição geográfica. Todavia, acabam convergindo para uma mesma finalidade re-significar e direcionar o cotidiano escolar por meio de um planejamento global, sendo que este ora se edifica de forma participativa, ora se constrói por intermédio de representações ou por consultorias com o intuito de atender exigências legais e até mesmo conferir status a instituições.

A sociedade vive em função de projetos. Logo, interfere-se com isso o surgimento de uma “cultura de projetos”, seja a nível pessoal ou institucional, como forma de interagir efetivamente no presente, prevendo assim um futuro promissor. Mas a priori se faz necessário rever os pressupostos, a organicidade e aplicabilidade principalmente nas instituições educacionais o que se constituiu numa vertente desta pesquisa. Tornando mais nítido o desenrolar do **processo de construção e condução do Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola do Pacuí**. Os aspectos anteriormente citados encontram-se descritos em seis capítulos, sendo que no primeiro enfoca-se o contexto onde se realizou a pesquisa, evidenciando os aspectos geográficos, culturais, econômicos, sociais e históricos que permeiam o fenômeno em estudo, objetivando maior compreensão e conhecimento da realidade pesquisada, no capítulo seguinte dá-se uma visão geral do projeto, dando ênfase a seus objetivos e aplicabilidade nas diversas situações em que se apresenta, indo desde os projetos “triviais”- os quais constituem-se em atividades naturais e intencionais das pessoas- até os projetos mais elaborados que direcionam e conduzem a vida dos indivíduos numa sociedade, no terceiro capítulo, evidencia-se o fenômeno em estudo- o Projeto Pedagógico-, apresentando suas características, objetivos, metodologias e aplicabilidade nos diferentes contextos institucionais, com ênfase para as realidades brasileira e portuguesa, com o contributo dos autores João Barroso, Ilma Passos, Paulo Freire, Moacir Gadotti e tantos outros; já no quarto capítulo, ressalta-se a problemática e a



metodologia que orientaram a pesquisa, destacando os marcos teóricos e epistemológicos, a partir de uma abordagem qualitativa. Tendo o aporte da técnica da entrevista semi-diretiva para a coleta de dados, com o objetivo de conhecer o fenômeno em sua essência; verifica-se no quinto capítulo um estudo documental do Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola do Pacuí, descrito e sistematizado pelo seu público participante, com vistas a um melhor direcionamento de suas ações. por fim, encontra-se no último capítulo a apresentação da análise dos dados recolhidos por meio das entrevistas. Estes dados servirão de suporte para se responder a questionamentos do tipo: Como ocorreu o processo de construção e condução do projeto? Quais foram as reais intenções para a realização do mesmo? E se após a edificação do projeto, o mesmo está sendo posto em prática. Esta pesquisa não pode ser considerada apenas como uma contribuição à comunidade, mas sobretudo como uma dívida que concebo ter para com esta população-geralmente esquecida- por encontrar-se distante dos grandes centros e dotada de pouquíssimas oportunidades no que se refere, também, à ascensão social, devido ao cerceamento da escolarização que lhe é oferecida(tão somente) o ensino fundamental, ou seja, os atos de ler, escrever e efetuar operações numéricas ainda continuam sendo o retrato fiel da grande maioria das escolas rurais em nosso país. Por esses motivos, sinto-me altamente privilegiada ao ter atingido o nível educacional em que me encontro, de estar percorrendo este texto, de ter tido chances as quais outros não tiveram. Desejo utilizar tal saber para ser compartilhado, refletindo, interagindo. Pois acredito que seria deveras egoísta de minha parte apenas acumulá-lo, porque se assim o fosse de nada serviria. Devo tudo isto à formação que sempre recebi de minha família, em especial, de meu pai o qual fora “meu grande mestre”. Posto que, mesmo com sua pouca escolaridade, não medira esforços, cedendo até mesmo nossa humilde casa para ser transformada em escola. Este homem intercedeu junto ao poder público para adquirir a mão-de-obra\_ uma professora\_ a qual tinha como papel singular alfabetizar inúmeras crianças, oriundas de famílias de agricultores, pecuaristas e pescadores de uma região ribeirinha denominada Boa Vista do Rio Pedreira.

## **I - Contextualizando a pesquisa**

### **Introdução**

Para compreender um fenômeno, faz-se necessário conhecer o contexto em que insere, então, nada mais justo, do que conhecer a Escola do Pacuí e seu entorno, que fornecerá elementos para que se possa desvelar com mais propriedade o projeto de estudo dessa pesquisa. Esse capítulo, nos dará uma visão da origem e trajetória do Movimento Escola Família em solo brasileiro, partindo de um sistema nacional, passando pelo regional, até chegar ao local, à realidade da Escola em enfoque, onde se conhecerá sua história, sua comunidade e seu público, descritos através de sua proposta pedagógica.

As EFA's surgem no Brasil num período conturbado, tanto no âmbito social quanto político, apresentando características idênticas ao surgimento das Casas Familiares Rurais dos anos 30, na França. As EFA's brasileiras possuem uma economia agrícola primária, processo resultante do êxodo rural acelerado, decorrente da desvalorização do setor primário e da cultura popular do meio rural, de grandes investimentos do capital internacional, surgimento dos partidos de esquerda, e um agravante maior que contribuiu com esse período turbulento foi a ditadura militar tentando calar a voz dos que se opunham ao governo. E foi no meio desse "caos" que nos anos de 65 a 68 começam as articulações, ou seja, o trabalho de base para a implantação das Escolas Famílias no solo brasileiro, tendo a frente o Movimento Promocional do Espírito Santo -MEPES e a Igreja Católica, através do Pe. Jesuíta Humberto Pietrogrande, italiano da região de Vêneto de, onde surgiram as primeiras Escolas Famílias italianas.

Em 1969 são criadas três EFA's rurais no Espírito Santo: Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul e Olivânia. A partir dos anos 70, continuou o processo de implantação em outros Estados, como a Bahia, Sergipe, Maranhão e outros. Atualmente os CEFFA's estão presentes em quase todo o Brasil, sejam através das EFA's ou das CFR, totalizando aproximadamente 200 instituições educativas, oferecendo o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, subsidiados pela Pedagogia da Alternância e seus instrumentos metodológicos, tendo como público os (as) jovens da zona rural.

Um grupo de agricultores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá - SINTRA, fica sabendo da existência de escolas específicas para o meio rural e vai até o Espírito Santo conhecer a experiência. Ao retornarem iniciam um processo de estudo e articulações junto ao Sindicato e Diocese para a implantação deste modelo educativo que cortaria o individualismo e propunha a promoção integral do aluno, pautada numa formação humanista, coletiva e solidária, alternada por momentos de formação na escola, família e comunidade, oferecendo profissões nas áreas primárias e secundárias da economia e incentivando a permanência dos (das) filhos (as) junto aos seus familiares no desenvolvimento do meio. Dando ênfase ao protagonismo familiar na condução do projeto educativo e no gerenciamento da instituição, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira de 1998, em seu artigo 205 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96, art. 2º sobre os princípios e fins da educação. Atualmente existem cinco instituições deste gênero no Estado. Dentre elas a Escola Família Agrícola do Pacuí, constituindo-se no foco desta pesquisa através de seu projeto político pedagógico, onde se pretende analisar como ocorreu seu processo de construção, que intenções houve e quem participou de sua elaboração, como forma de tentar responder ao objetivo geral proposto pela pesquisa que é analisar o processo e o produto do projeto político pedagógico na escola do Pacuí.

O projeto político pedagógico é uma necessidade ou um modismo escolar? Ele serve apenas para constar nos arquivos ou para ser posto em prática? É necessário fazer uma análise, rever sua utilidade e praticidade no contexto. O que se observa, é que as escolas elaboram apenas por uma questão convencional, vindo torna-se num mero documento burocrático, construído por um pequeno grupo de técnicos da escola ou por equipes de consultoria, contratadas para esse fim. Deveria ser mais utilitário, vivenciado, aplicado e construído por todos que fazem parte da escola, todos precisam se ver neste documento. É a vida da escola no papel do professor (a), do aluno(a), do corpo técnico, administrativo, da comunidade e do currículo.

A Escola Família Agrícola do Pacuí<sup>1</sup>, localizada na comunidade de São Joaquim do Pacuí, na Rodovia Macapá/Cutias - Km 123, iniciou suas atividades em janeiro de 1989, com o

---

<sup>1</sup> Fonte extraída do Histórico da Escola.

voluntariado de padres italianos, ministrando um “Curso informal de suplência de 1º grau com algumas atividades paralelas em agropecuária”, tendo como mantenedora a Associação das Famílias da Escola Família Agrícola da Região do Pacuí - AFEFARP - entidade sem fins lucrativo que sobrevive com os recursos dos próprios associados e recursos financeiros provenientes de convênios firmados inicialmente com a Diocese de Macapá/Ong Italiana AES (Associação dos Amigos do Espírito Santo) e com entidades sociais federais, estaduais, municipais.

A exemplo da experiência ocorrida no Espírito Santo, no Pacuí a iniciativa também ficou ao encargo de um grupo de voluntários, em colaboração com a Diocese e a ONG italiana – AES - que embasado nos conhecimentos acumulados pelo MEPES resolveu implantar uma Escola Família em plena região amazônica, contando também, com a ajuda, através do sistema de mutirão, da região do Pacuí que apoiou e ajudou na implantação do projeto.

A Escola, Família Agrícola do Pacuí tem como objetivo atender à clientela estudantil do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e Ensino Médio (com três anos de duração), procurando "evitar o êxodo rural", já que a migração de jovens para a cidade em busca de escola ou de oportunidade de trabalho é constante nas comunidades rurais do Amapá. Geralmente vivem à margem da sociedade, excluídos de uma vida digna e de participação nas estruturas sociais.

Visando atender a esse objetivo, a Escola Família Agrícola do Pacuí apresenta uma experiência pedagógica de curso profissionalizante no setor primário da economia para adolescentes e jovens, filhos de pequenos produtores rurais, cuja produção restringe-se, na maior parte dos casos, da monocultura da mandioca, proporcionando-lhes técnicas agrícolas adaptadas à região e às condições financeiras do pequeno produtor, como forma de criar uma nova cultura de produção local, que seja mais lucrativa (explorando um mercado ainda insipiente, como a produção da fruticultura) e que respeite o meio ambiente. As atividades obedecem assim, um programa anual de aulas teóricas e práticas na propriedade da Escola com produção de ovos, carne, leite, mel, frutas, verduras e industrialização rurais como: licores, doces, queijos e outros. Além das atividades extracurriculares de caráter sociocultural e comunitário, visando o desenvolvimento de

projetos inovadores na produção agrícola local, bem como a integração da Escola com a Família e a comunidade.

Em 1991, com a chegada do Sr. Sandro Rigamonti e sua esposa a Profª. Maria José Rigamonti, ( dois idealizadores de uma experiência de Escola Agrícola realizada no estado do Amazonas ), o ideário da Escola Família Agrícola no Amapá toma novos rumos e em Janeiro de 1991, para melhor atender à população da região e para fins de reconhecimento junto aos órgãos competentes do Sistema Estadual de Ensino, essa instituição escolar instalou-se legalmente com a Habilitação Profissional Antecipada em Agropecuária, amparada nos artigos 1º, 64 e 76 das leis (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) nº 4024/61, 5692/71 e 7044/82. Segundo princípios de uma filosofia própria, “considerando o aluno inserido em sua família e comunidade, objetivando a aquisição de um conhecimento global do meio rural”.

Dentre as suas principais metas temos:

-- Evitar que o jovem ruralista abandone o meio rural em busca de estudos ou emprego, proporcionando-lhes a difusão de Técnicas Agrícolas adaptadas à região e as condições financeiras do pequeno produtor rural no respeito ao meio ambiente;

-- Proporcionar aos alunos e alunas o ciclo de estudos previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), sendo o Ensino Fundamental com Qualificação Básica em Agropecuária e os estudos de Ensino Médio com Habilitação Técnica em Agropecuária;

-- Proporcionar às outras disciplinas curriculares um ambiente de convivência fraterna, no respeito aos direitos de todos e no exercício das responsabilidades individuais e coletivas, tendo em vista os direitos e os deveres próprios do exercício da cidadania;

-- Trabalhar uma formação crítica e participativa, que provoque o surgimento de lideranças locais e elementos mobilizadores de novas e mais qualificadas intervenções dos trabalhadores do setor primário da economia.

### **1.1 Diagnóstico da Escola**

A EFAP oferece o ensino fundamental de 5ª a 8ª série e Médio com matrícula por disciplina em regime de crédito, concomitante com a Educação Profissional em nível Básico e Técnico em Agropecuária<sup>2</sup>.

O corpo docente é composto com diferentes níveis de formação: Magistério, Pedagogos e áreas Profissionalizantes.

A estrutura e funcionamento da Escola caracterizam-se por atender as finalidades da filosofia da Escola Família Agrícola, da legislação de ensino e as exigências de uma educação para a cidadania. Funciona em regime de internato, com período de alternância, ou seja, um período que os alunos e alunas deslocam-se até suas famílias e desenvolvem atividades apreendidas na escola e na propriedade de seus pais.

Para fins de reconhecimento junto aos órgãos competentes do Sistema Estadual de Ensino, a escola foi autorizada a desenvolver suas atividades educacionais através da Portaria de Funcionamento nº 0312/92 - SEECE, sendo reconhecida com Parecer nº 36/94 – CEE-AP, datado de 06/12/94. O Ensino Médio foi autorizado a funcionar através do Parecer nº 10/97, datado em 25/06/97, sendo reconhecido com Parecer nº 013/98 - CEE/AP.

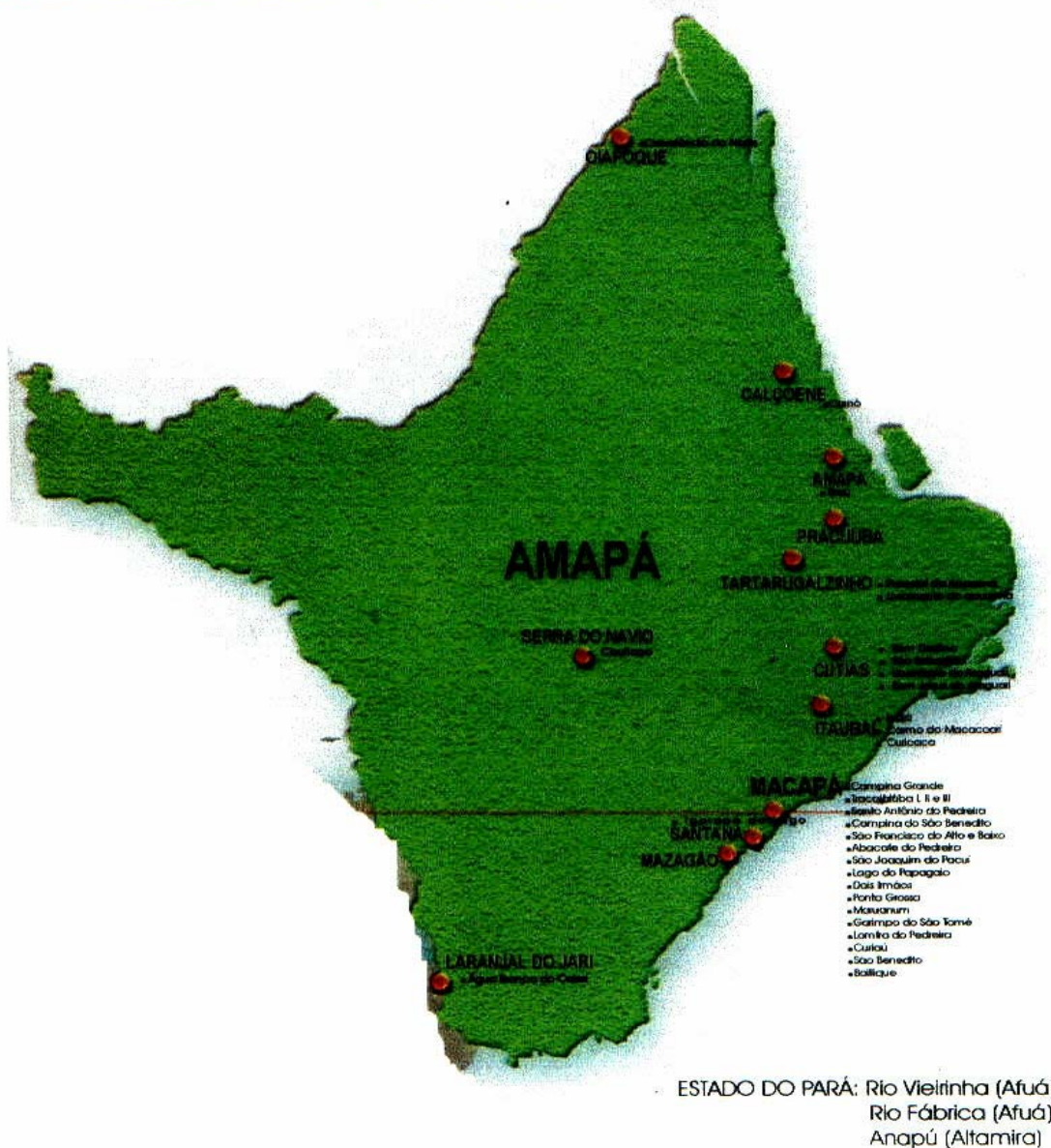
---

<sup>2</sup> Informações do Projeto Político Pedagógico da EFAP.

### 1.1.1- Características da Comunidade, do Município e da Região

#### - Clientela e abrangência

## COMUNIDADES ATENDIDAS PELA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO PACUÍ



Desde a sua fundação, a EFAP já atendeu 1.098 jovens, em sua maioria filhos de agricultores. Atualmente, estão matriculados no Ensino Fundamental com Qualificação Básica em Agropecuária, 100 alunos com idade variando de 11 a 20 anos, e 70 estudante

no Ensino Médio com Habilitação Técnica em Agropecuária com idade variando de 16 a 33 anos. A maioria dos alunos é do sexo masculino.

Os alunos são oriundos de 2 Estados (Amapá e Pará); 13 Municípios (Amapá, Calçoene, Cutias do Araguaí, Itaubal do Piririm, Laranjal do Jari, Macapá, Santana, Pedra Branca do Amapari, Tartarugalzinho, Afuá, Mazagão, Pacajá e Anapú), compreendendo 48 comunidades (Tracajatuba I, II e III; Santo Antonio do Pedreira; Campina do São Benedito; São Francisco do Baixo; São Joaquim do Pacuí; Dois Irmãos; Ponta Grossa; Maruanum; São Tomé; Lontra do Pedreira; Curiaú; Rio Vieirinha; Rio Fábrica; Rio Morcego; Igarapé Grande; Rio Sabino; Anapú; Carnot; Bom Destino; São Sebastião; Breu; Ariri; Água Branca do Cajari; Cutias do Araguaí; Curicaca; Conceição do Macacuári; Carmo do Macacuári; Gurupora; Bom Jesus do Araguaí; Florestal do Aporema; Amapá; Santana; Macapá; São Francisco de AssisPA; Pe. Tore-PA; São Tiago km 292 - PA; Vicinal das Pedras km 238 - PA; Vicinal Sul km 338 - PA; Tracajatuba do Araguari; São Raimundo do Piririm; Rio Vila Nova; Tucano 11; Sete Ilhas; Santa Rosa do Araguari; Livramento do Pacuí; Santa Luzia; Ramal do Armentino e Salamito).

### **1.1.2-A Comunidade**

O Distrito de São Joaquim do Pacuí, pertencente ao Município de Macapá, está localizado em uma região de planície, possuindo duas áreas bem distintas: uma de várzea e outra de terra firme. Situa-se entre os municípios de Cutias do Araguari e Itaubal do Piririm. É drenado pelos rios Piririm, Pacuí e Gurijuba, além de inúmeros igarapés. É formada por 25 comunidades e uma população de mais ou menos 6.000 habitantes.

A região interliga-se com a capital do Estado através da AP 70, que faz a ligação da capital com o município de Cutias do Araguari.

Sua origem data do início do século com a vinda das primeiras civilizações brancas, oriundas das ilhas do Bailique/AP e do Pará. Porém, sabe-se que antes dos brancos a região era habitada por índios. A descoberta de dois cemitérios indígenas em Santa Luzia e São Francisco, comprova esta versão. Mas, foi somente no ano de 1931, que se deu a definitiva ocupação do distrito, com a chegada do Senhor Manoel da Silva Cordeiro, conhecido como



Manoel Braga, vindo da localidade de Bom Jardim, região do Bailique. Conta à história que Manoel Braga, regateador de gêneros alimentícios de primeiras necessidades (peixe, café, açúcar, sal, etc.) subira o rio Pacuí para exercer tal ofício, encontrando com o ribeirinho Cipriano de Tal, e encantado com a exuberância da natureza, manifestou interesse em adquirir um lote de terra para trabalhar a agricultura, onde posteriormente fez seu primeiro roçado.

Poucos meses depois, retoma com mais dois companheiros: Manoel Louredo da Silva (cunhado) e Raimundo Sarges. Com a roça já queimada, os amigos a plantaram e retomaram novamente ao Bailique, a espera do amadurecimento do fruto de seu trabalho.

Por volta de 1933, os três amigos retomam, já com suas famílias ao Pacuí, exceto Raimundo Sarges que era solteiro. Manoel Braga trouxe a esposa Maria Ramos Cordeiro e mais os cinco filhos Iverdina, Faustino, Izarina, Aurino e Joaquim; já Manoel Louredo trouxe a esposa e três filhos Raimundo, José e Osório. Desde essa época, as famílias não mais saíam do local, onde hoje se ergue a próspera e linda vila de São Joaquim do Pacuí.

A denominação de Vila de São Joaquim deveu-se a Manoel Braga, homem religioso, devoto de São Joaquim, que quando aqui se instalou, passou a festejar o glorioso santo, sempre no dia 16 de agosto. A princípio, sozinho, depois em 1955, com a irmandade, que era um tipo de organização responsável pela realização do evento. Os festejos iniciam no dia 11 e se estendem até o dia 16. Eram festas bonitas, onde serviam para integrar as localidades, rever velhos amigos e fazer novas amizades. Durante a realização do evento dançavam, bebiam, comiam, rezavam ladainhas em louvores ao santo padroeiro. A partir daí a localidade passou a chamar-se São Joaquim. Pacuí, por sua localização junto ao rio Pacuí e também pela abundância de uma espécie de peixe chamado pacu que existe na região e é bastante apreciado pela população.

A agricultura pacuiense é tipicamente de subsistência, onde predomina a monocultura, destacando-se o cultivo da mandioca. O sistema de produção é rudimentar. O preparo do solo, por exemplo, ainda consiste na milenar derrubada e queima da mata. Entretanto já se vislumbra sinais de mudanças nesse sentido.

Como agente de mudança destaca-se a Escola Família Agrícola do Pacuí, que tenta repassar aos agricultores da região, através de seus alunos, uma agricultura diversificada e consorciada, preferencialmente a fruticultura cultivada conjuntamente com a mandioca. Outra ação importante que merece registro é a implantação do PDSA (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá), ações do governo do Estado, que nos últimos anos vem incentivando o beneficiamento de alguns produtos silvestres através de pequenas fábricas comunitárias, bem como o consorciamento de outras culturas como: abacaxi, banana, pupunha, melancia, etc.. Estas ações são incrementadas na região através da SEAF, RURAP e EMBRAPA.

Atualmente fora montada uma fábrica de farinha que veio viabilizar a mecanização do beneficiamento da mandioca. A referida fábrica, que tem capacidade de produzir 60 sacas de farinha por dia, foi montada pelo Governo do Estado e gerenciada pela Associação dos Produtores Rurais de São Joaquim que, através de uma cooperativa que pretende atender aos produtores de mandioca das comunidades mais próximas de São Joaquim.

A pecuária praticada na região é do tipo extensiva. A criação do gado ocorre principalmente nos campos inundáveis do Piririm, Gurijuba e Pacuí, com destaque para a criação de búfalos, além da criação de suínos ao ar livre. A caça e a pesca, embora proibida por lei, é praticada na região como forma de complementação alimentar das famílias, destacando a captura da capivara, jacaré, tatu, veado, caititu entre outros. A pesca artesanal (malhadeira, tarrafa, zagaia, etc..) é praticada principalmente em épocas de estiagem com a captura de traíra, tucunaré, tamuatá, apaiari, piranha, etc.

A região do Pacuí possui um grande potencial turístico, porém, é pouco explorado por falta de infra-estrutura e incentivo dos órgãos ligados aos setores. A região é permeada por belas paisagens naturais além de inúmeros igarapés com águas cristalinas, destacando-se o balneário de São Joaquim e Santa Luzia, que se constituem nas maiores atrações aos veranistas. A população do Pacuí, na sua maioria tem como religião predominante o catolicismo.

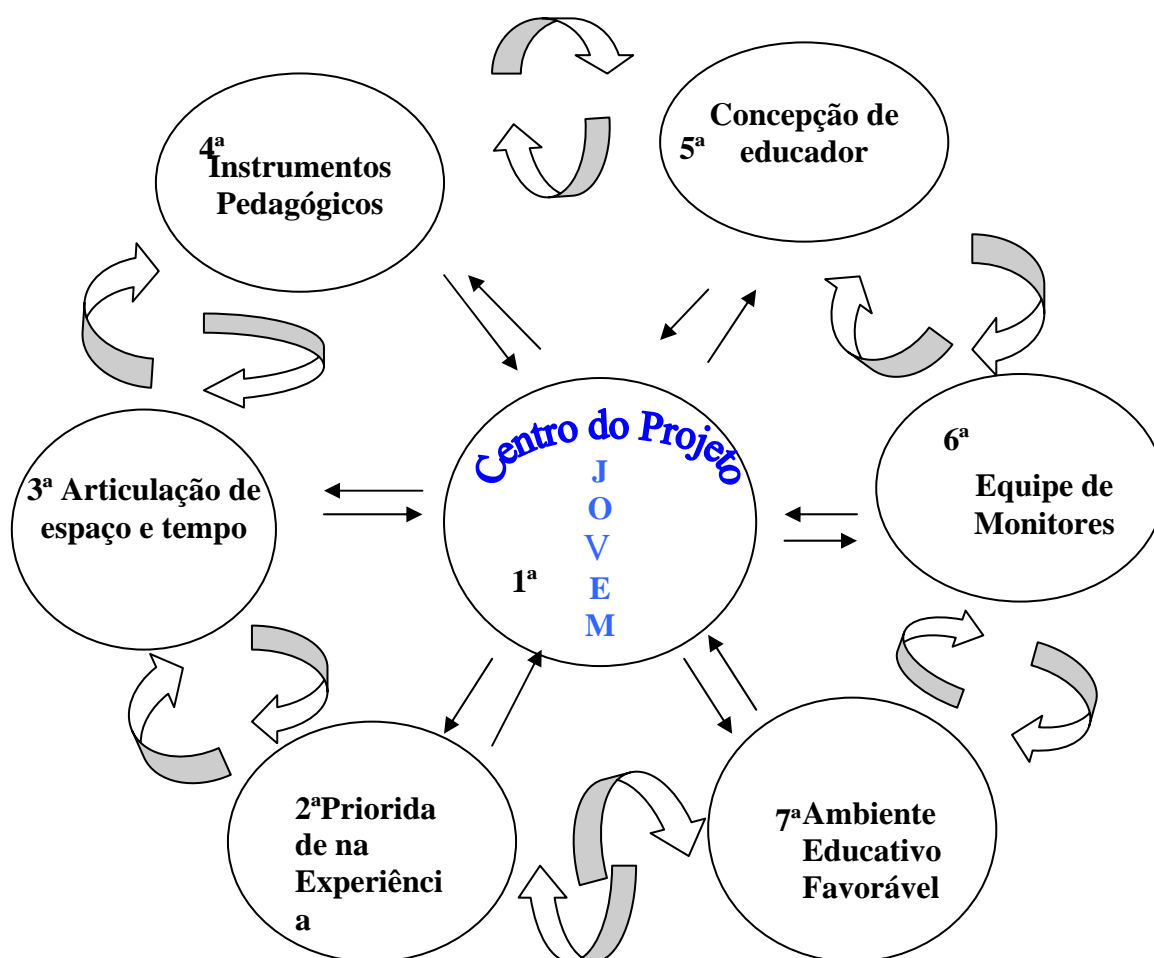
A comunidade escolar participa das decisões juntamente com a escola, através do conselho administrativo e das assembléias da AFEFARP.

## 1.2– Uma dinâmica formadora – Pedagogia da Alternância

Um dos grandes pilares das Escolas Famílias é a Pedagogia da Alternância não somente por alternar períodos na escola e no meio sócio-profissional ou por evidenciar características de determinadas correntes pedagógicas ou ainda, por utilizar diversos instrumentos pedagógicos, mas por evidenciar a pessoa em formação, o ser como protagonista de sua ação, através de observações, interrogações e reflexões, numa constante interação com diferentes atores, em diversos espaços e tempos. Como afirma André Duffaure: “Esta estratégia de formação leva em consideração um meio rural portador de valores educativos, considera também como mais importante a vontade de aprender do que o aprendido.”

É uma continuidade de formação, numa descontinuidade de atividades, conjugadas nas idas e vindas, da escola e do meio sócio-profissional.

### 1.2.2 CARACTERÍSTICAS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA



**1ª - Um projeto educativo** que visa a formação global dos (das) jovens tanto a nível educacional quanto pessoal, objetivando a formação técnica para o desenvolvimento de atividades empreendedoras para o setor rural ou órgãos afins, visando a promoção e desenvolvimento do meio rural.

**2ª - Prioridade na experiência sócio-profissional** o ponto de partida da EFA é a realidade, a prática social do aluno e seus familiares na busca de respostas para os problemas da escola e do meio ao qual se inserem. A aprendizagem acontece nos períodos de atividades em casa e no mundo do trabalho, onde o estudo é feito do particular para o geral, ou do indutivo para o dedutivo estabelecendo um elo entre escola e vida.

**3ª - Articulação de espaço e tempo em diferentes situações** a formação em alternância exige articulação de tempo e espaço, períodos vivenciados na vida ativa e nas sessões escolares, contribuindo para integração da escola, família, comunidade e experiência sócio-profissional, favorecidos pelos instrumentos pedagógicos que promovem:

- Articulação dos conteúdos curriculares com contextos da realidade, através do plano de estudo;
- Planejamento dos estágios, visitas e viagens de estudo às famílias e empreendimentos profissionais.
- Dialética educacional, ação-reflexão-ação.

#### **4ª - Instrumentos metodológicos específicos**

**a) Plano de Estudo-** pesquisa em forma de questionário, sobre um determinado tema, previamente escolhido pela comunidade escolar e sistematizado pelo (a) monitor (a) na sessão escolar para ser posto em prática na sessão familiar com o apoio do pai, mãe, irmãos e outros que compõe o núcleo comunitário do(a) aluno(a).

b) **Colocação em comum**- socialização da pesquisa do Plano de Estudo para os colegas e monitores com debates, problematização<sup>9</sup> e síntese do conhecimento de cada um no conhecimento do grupo. A ação do monitor neste processo é intermediar, provocar questionamentos para serem aprofundados nas aulas, após planejamento pedagógico interdisciplinar.

c) **Caderno da realidade**- instrumento utilizado para registros, anotações, reflexões, sistematização, ilustrações e síntese elaborada pelos jovens nos períodos escolares, familiares e comunitários, fundamentados pelos PE's.

A organização do CR, em parte é desenvolvida em casa e em parte na escola sob a orientação e acompanhamento dos monitores. Visa colaborar com a autonomia e produção independente do jovem no registro de suas idéias e na formação do escritor (a). A nível psicopedagógico estimula o amadurecimento cognitivo; desperta para uma maior percepção da vida cotidiana e ajuda a desenvolver a formação geral do (a) jovem.

d) **Viagens e visitas de estudo**- atividades realizadas com fins de ampliar horizontes e complementar conhecimento em situações práticas como associações, cooperativas, granjas, pisciculturas, pomares, sítios, propriedades agrícolas, etc. As visitas são feitas geralmente na comunidade ou no município e as viagens variam de municípios e estados, conforme os temas trabalhados e a situação articuladora e financeira da escola. É realizada pelos jovens acompanhados pelos monitores e na medida do possível até pelos pais, para uma melhor divisão das responsabilidades educativas. Este instrumento permite um melhor aprofundamento de temas sociais, técnicos, econômicos e políticos, é a prática enriquecendo a teoria

e) **Visita as famílias**- elo integrativo entre a escola e a família em diferentes tempos e espaços, sendo programadas pelos monitores (as) e coordenadores visando:

- Conhecer a realidade do (a) aluno (a) e o seu meio para aprofundar nos problemas de ordem sócio-econômica e suas influências sobre os alunos, tanto no âmbito comportamental, quanto no âmbito das capacidades de aprendizagem, etc.

- Conscientizar as famílias sobre o seu papel na educação dos filhos e co-atores da alternância, bem como da importância da participação na escola, através da associação;

- Permite uma avaliação de todo o projeto e educativo a nível profissional, intelectual, humano, comunitário, social e ético-espiritual.

f) **Serões**- atividades complementares, de caráter informativo, lúdico e cultural, tendo como protagonista a comunidade escolar e intervenções externas como agricultores, professores, médicos, religiosos e técnicos de áreas afins para debates e aprofundamentos advindos dos PE's com a finalidade de valorizar os recursos humanos locais, intensificar os intercâmbios e promover encontros de solidariedade entre a EFA e a comunidade.

g) **Projeto Profissional do aluno**- é um projeto que o aluno desenvolve ao longo do curso do Ensino Médio e Educação Profissional, sendo orientado por monitores e técnicos, para que ao sair da EFA, o mesmo possa desenvolver seu próprio negócio, pois além de requisito para a conclusão do curso, é um meio de inserção profissional ou geração de trabalho e renda para o educando e seus familiares, permitindo que permaneçam em seus locais de origem e promovam o desenvolvimento local sustentável.

h) **Estágio**- situação concreta de teoria e prática onde o aluno observa, participa e experimenta ações do cotidiano no meio sócio-profissional com orientação dos (das) monitores (as) e orientadores (as) de estágio e a EFA. O estágio ajuda na escolha da profissão. A experiência do estágio deve ser intensificada nos dois últimos anos do Ensino Fundamental e durante todo o Ensino Médio e Educação Profissional. Coloca o jovem na situação de estar aberto a “aprender a aprender” com aquisição de habilidades psicomotoras.

## **5ª - Concepção específica do(a) educador(a) monitor(a)**

O educador ou educadora numa EFA é chamado de monitor (a). Significa aquele que aconselha, orienta, acompanha, caminha, ao lado dos jovens, é um facilitador da aprendizagem, provocador, problematizador, o que ensina a pesquisar, a aprender, a buscar por conta própria, não dá receitas, mas mostra caminhos. Porém, para desenvolver tais

habilidades é necessário estar afinado com o projeto EFA e com a sua missão; assumindo a causa dos trabalhadores rurais, encarnando a cultura do campo e acreditando no meio rural como uma das alternativas possíveis de solução para problemas graves do meio urbano. Para a associação EFA funcionar bem, precisa de uma boa equipe de monitores(as) que juntos com a EFA promovem o intercâmbio entre a EFA, as comunidades, as famílias e demais agentes formativos da alternância.

O (a) monitor (a) deve :

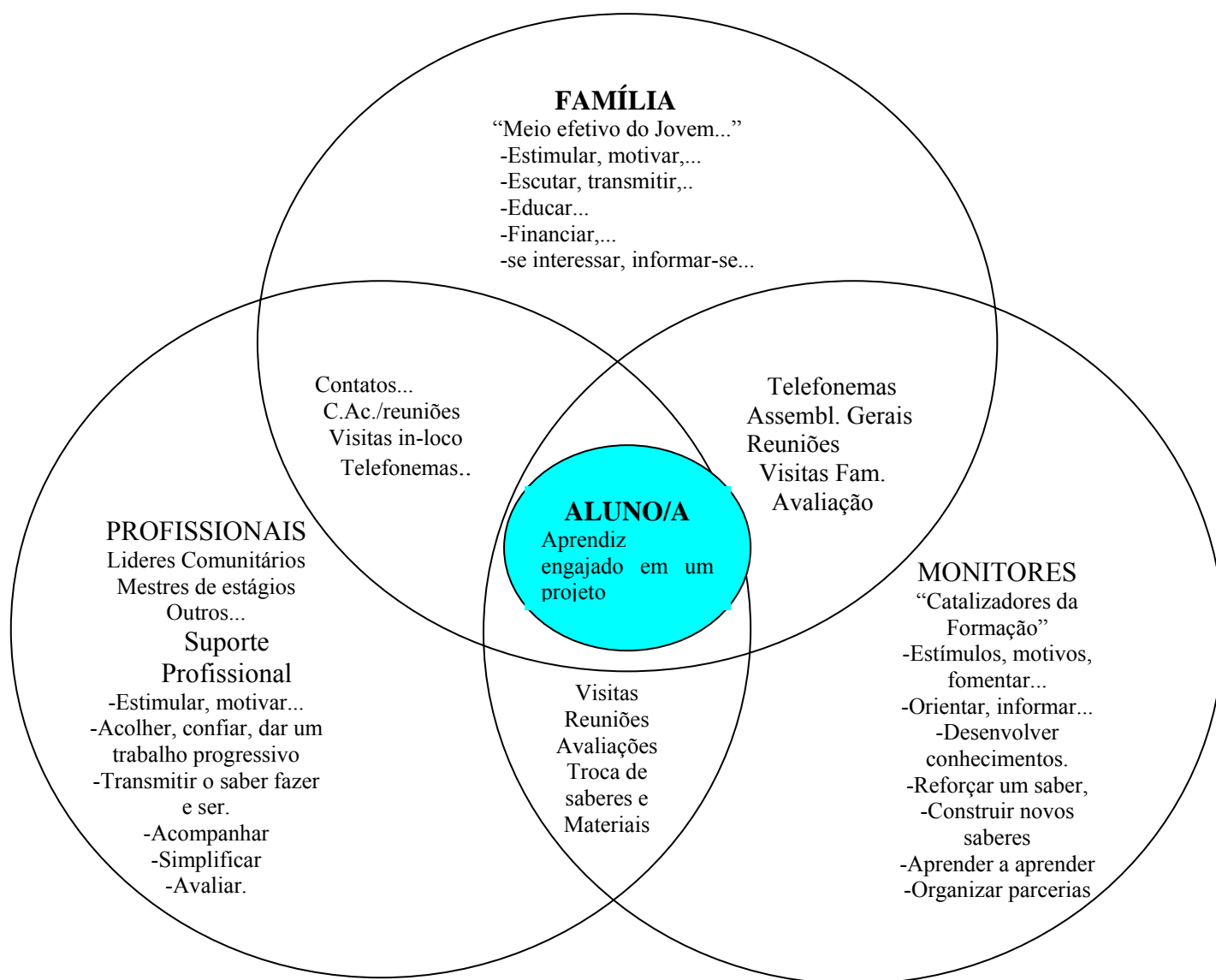
- Fazer um estágio para identificar-se e comprometer-se com a EFA, antes de assumir definitivamente qualquer vínculo com a instituição;
- Ter habilitação mínima para exercer a função;
- Capacidade de trabalho em equipe, ter um bom diálogo com alunos e seus familiares;
- Ter Preparação pedagógica específica, através de formação inicial e continuada em Pedagogia da Alternância e cursos de capacitação;
- Ser militante com a cultura camponesa e ter liderança, facilitando as relações entre os diversos ambientes e atores da alternância.

## **6ª - Um conjunto de colaboradores na formação**

A educação em parceria, é sempre uma formação, com e para a parceria, sendo necessário um conjunto de atores que se mobilizam em prol da formação do(a) jovem, sendo os principais:

- O (a) jovem: constitui o eixo principal do processo pedagógico, aprendiz engajado num projeto de vida, num projeto de inserção profissional.
- A família: responsável primeira pela educação do jovem, partilha de seu projeto e compromete-se no acompanhamento de sua formação.
- A equipe de monitores, catalisadora da formação, assina e articula os demais parceiros, proporcionando uma interação dos diversos atores no processo educativo da “ Pedagogia da Cooperação”.
- Os orientadores de estágios e a empresa ou empreendimento: profissionais do meio rural que ajudam nos estágios e na elaboração dos planos de estudo, transmitindo o saber-fazer, inserindo o jovem no meio sócio profissional .

Os atores e os papéis dos parceiros que atuam na EFA, estão representados no diagrama abaixo:





### **7ª Condições favoráveis à aprendizagem**

As condições favoráveis do meio familiar, somadas à interação da escola e voltada para o meio sócio-profissional, constitui num ambiente que contribui para o processo de formação do(a) jovem em diferentes ritmos de tempo e espaço :

- a) No meio sócio-profissional- situação vivencial direta do(a) jovem com a família e seu meio cultural através dos amigos , parentes, grupos de jovens movimentos religiosos, populares, esporte e lazer com intuito de criar sinergias na vida familiar e comunitária, favorecendo a formação individual e coletiva .
- b) No meio escolar - aplicação do plano de formação com acompanhamento pessoal do(a) aluno(a) pela equipe de monitores, sendo respeitados suas condições e ritmos próprios, articulando os saberes de sua vida, da família, da comunidade, com os saberes científicos do programa escolar de forma reflexiva e crítica.

A Formação Integral do(a) jovem: compreende a formação do ser como um todo, evidenciando as dimensões: individual, social, política, intelectual, profissional, afetiva, lúdica, psicológica, religiosa e organizativa. Numa EFA, a formação integral fundamenta-se no tripé: intelectual – profissional, o humano-social ético-espiritual, contribuindo para o exercício da autonomia e fortalecendo o protagonismo do jovem em seu processo formativo.

### **Conclusão**

Conhecer a realidade onde se processa a pesquisa, torna-se fator preponderante para se compreender o objeto pesquisado. E a Escola do Pacuí, ofereceu dados que mostram como ela surgiu, seus objetivos, seu público, linha filosófica que embasa sua prática, etc. De posse desses elementos, começa-se a adentrar no desvelamento do fenômeno em estudo, procurando compreender como ele ocorreu, ou seja, que intervenções houveram para que se apresentasse assim.

## **II - Projeto e dinâmica educativa**

### **Introdução**

Tendo em vista que, a categoria de projeto tratada nesse estudo é a educacional, referenciamos o projeto educativo, pensado na forma de projeto para a escola, onde são postos em discussão o conjunto de conceitos, conhecimentos e ações que a escola necessita "dar conta" durante o processo letivo, para que as ações se efetivem significativamente, em vista de subsidiar a prática docente e discente da instituição educativa.

Esse capítulo, evidencia de forma ampla, o estudo de projeto, partindo do histórico de sua origem, autores que contribuíram com a temática, tipos de projetos educacionais e conceitualização de projeto.

Como um subsistema social, dependente, sob certo aspecto, do sistema social maior, a escola convive dialeticamente com duas opções: reproduz consciente ou inconscientemente a sociedade na qual está inserida, ou assume um projeto de transformação social, através da ação participativa e integrada de seus atores sociais, no contexto interno e externo às suas ações, como forma de interferir no curso da história.

A função social da escola é ajudar as crianças, jovens, mulheres e homens a se libertarem do paternalismo, adquirirem segurança pessoal e se tornarem autônomos para percorrerem por si próprios os caminhos do mundo e da vida.

A diferença do homem está exatamente em que ele é sujeito de sua ação. E ele pode agir historicamente, isto é, pode dar sentido a seu agir. A ação do homem é transitiva, enquanto age sobre o mundo transformando-o. Por outro lado, enquanto o animal é fechado de si mesmo, está pronto e acabado, o homem é um ser incompleto, em processo constante de crescimento, por isso, só o homem se educa. Assim se entende educação como o processo em que ele assume criticamente valores, hábitos, atitudes, produz cultura, trabalha como forma de produzir sua sustentação e a de outrem, se realiza, ama, sente, expressa seu amor e sentimento e, nesta relação interpessoal, se torna solidário e fraterno com o outro.

O conceito de sociedade que está implícito ao projeto de uma educação libertadora tem as características relativas a sua concepção antropológica:

- Uma sociedade em que a liberdade, a justiça e a dignidade sejam valores praticados e não utopia buscada apenas por uns poucos idealistas;
- Uma sociedade que tenha na participação o alicerce de suas práticas democráticas e, sendo participativa, seja igualitária, sem discriminações por questões de raça, sexo, cor, ideologia ou credo religioso;
- Ressalta o princípio de que o homem constrói sua história e a história dos que convivem com ele. O homem é senhor da história, mas sofre, ele também, os efeitos da história por ele construída. Esta relação histórica é uma relação interativa, dialética, tensa e contínua.

O fato de se afirmar que se deve ter um projeto global ou um projeto educativo para a escola, não significa, em hipótese nenhuma, que este projeto deve ser imposto ou proposto como único para todo o sistema escolar. A concepção de uma sociedade plural passa, exatamente, pela diversidade de formas de se concretizar, se organizar, a própria instituição, isto é, passa pela existência de diversos subprojetos, conjugando num só projeto, o projeto educativo.

## **2.2 Trajetória Histórica de Projeto**

O projeto surge desde a antiguidade, com os gregos, apresentando significados diferentes dos que temos atualmente, na sociedade Pós-moderna. Para eles, o termo se ligava a moral (proaireses) e a objetivos determinados (boulésis). O vocábulo “projeto”, é um termo relativamente recente, surgindo nos meados do século passado, remetendo a sinônimos de plano, desígnio, intenção, alvo, objetivo, finalidade, planejamento e programa.

Nos séculos XVI e XV o vocábulo “projeto” ganha nova dimensão, sob domínio francês, através das formas de *pourjet* e *projet* com conotação de ordenação espacial, apresentando etimologia latina do verbo *projicio*, significando lançar para frente, expulsar, se assemelhando a projetos arquitetônicos, vistos em fachadas ou pilares de uma casa ou edificações.

O termo “projeto”, tem seu reconhecimento no final do século XVII, através da criação arquitetônica que no decorrer da história se valeu dos esboços, desenhos e esquemas para concretizar uma obra e, ainda hoje os engenheiros, se valem destes atributos, aliados à tecnologia industrial na elaboração, operacionalização e concretização de projetos, se efetivando através de uma obra que no período medieval se restringia a canteiro, pedreiro, carpinteiro, telhador, vidraceiro. Passados alguns séculos os ofícios se intensificam e exigem múltiplos especialistas como engenheiro elétrico, hidráulico, design, o economista, paisagista, e vários outros. Por exemplo, uma realização arquitetônica de média importância, mobiliza em torno de 15 a 20 corporações diferentes, gerando uma certa complexidade das técnicas e dos ofícios, através de uma coordenação atuante, diminuindo a possibilidade de improviso, antecipando sua execução.

No século XVIII, sob a influência do Iluminismo, o termo “projeto” se alia a progresso, testemunhando a capacidade do homem se fazer história e, através dela tornar-se seu criador. É nesse contexto, com uma nova ancoragem, a social que, o projeto chega a ser utilizado para caracterizar a nova temporalidade científica e técnica ansiosa de progresso. Em 1697 D.Defol escreve o primeiro projeto de sociedade denominado *An essay upon projects*, propondo um conjunto de reformas para modernizar o Estado, destinadas a fazer com que a Inglaterra saísse da situação arcaica em que se encontrava. Suas idéias influenciaram outros países, onde um certo número dessas reformas, foram acatadas e aplicadas na França, através da Revolução, um século depois. Outros projetos de sociedade surgem, como o projeto político do abade. Saint-Pierre que bania definitivamente a guerra entre soberanos vizinhos. Esse projeto foi retomado em 1750 por Rousseau que escreve um “jugement sur le projet de paix perpétuelle” e depois por Kant, com seu célebre “Projet de paix perpétuelle”, em 1795.

Kant evidencia o projeto como um conjunto de contribuições, ressaltando a superioridade da função prática da razão sobre sua função teórica, afirmando que a verdadeira destinação própria à razão não é o conhecimento, mas a ação. Nesse sentido, antecipa diretamente a filosofia prática do projeto que se consubstanciará em Fichte, por meio da valorização da liberdade humana.

Fichte retoma, complementa e amplia a obra de Kant, porém rejeita o dualismo da razão teórica e da razão prática, perceptível em sua obra *Grundlage*, pautada em três princípios dialéticos:

- o Eu é e interioriza em si o Não-Eu;
  - o Não-Eu existe e opõe-se ao Eu;
  - o Eu e o Não-Eu se limitam reciprocamente, através do conhecimento e da ação. Daí conclui-se uma dupla posição paradoxal:
- a posição idealista, que permite ao filósofo definir o Eu como unidade de consciência e do real, compreendida por sua própria individualidade e ao mesmo tempo pelo seu exterior;
  - a posição realista, que permite ao Eu, em sua oposição ao Não-Eu, tomar consciência de sua finitude e incompletude, situando-se num plano maior ao Eu absoluto, Deus ideal da consciência, seu dever-ser. E diante da finitude, o Eu se interroga sobre o sentido de sua existência, sua destinação, encontrando-se ligado à sua temporalidade e sua intencionalidade.

Por meio da temporalidade e intencionalidade, Fichte define sua filosofia do projeto. Colocando em um contexto de modernidade, articuladas com a filosofia do Iluminismo e com o advento da sociedade industrial, tendo a preocupação com a doutrina da ciência, através de um conhecimento confiável; a doutrina do direito preocupada em legitimar o Estado Moderno e a preocupação com o sistema ético, que embasa e orienta a ação empreendida.

A consciência do Eu como forma absoluta de intencionalidade é temporalidade, o que leva Fichte a concluir que consciência em si e consciência do objeto estão associadas, ou seja, não se separa idealismo de realismo, não há com se distanciar dos eventos da vida, para descrever o que significam. E que o eu finito, não é uma totalidade acabada e absoluta, mas em construção e é esse paralelo que Fichte assimila com frequência ao projeto. Essa predisposição de encontrar-se aberto, constituindo-se das diversas interações do Eu com o Não-Eu, do sujeito com o objeto, do ideal com a razão prática, onde o verdadeiro

fundamento do conhecimento se apresenta diante de si e não atrás, o absoluto do futuro humano e existencial é o projeto, constituindo-se em unidade dialética do sujeito e do meio, onde: o Eu coloca em si mesmo o Não-Eu (subjetividade do projeto) confrontando-se com o Não-Eu (objetividade do projeto). Fichte apreende a essência de todo projeto: o Não-Eu está de um lado, no Eu e assim vice-versa que através de um mesmo movimento dialético, apresentam-se integradas a razão teórica, que interioriza o projeto e a razão prática que o expulsa para fora.

Fichte apresenta o conceito de projeto, destacando os seguintes elementos:

-Em um nível individual, o projeto é identificado com o esforço, integrado em uma filosofia do esforço e associado a uma filosofia da liberdade, sendo o objetivo final do homem a realização de uma comunidade de seres vivos. Psicologicamente, o esforço se apóia na operação que impulsiona o Eu para fora de si;

-Em nível relacional, o projeto surge como interação entre um sujeito em um objeto. Esse objeto é tomado na natureza inanimada ou entre outros sujeitos. O projeto é feito de uma ação recíproca entre o Eu e algo de externo a ele. Isso implica que, no projeto, nada é real para o Eu sem ser igualmente ideal.

-Na passagem do nível individual ao nível relacional, intervém sempre um choque: choque do Não-Eu que se exerce sobre o Eu e será gerador do projeto, provocando o esforço do Eu.

O filósofo Rousseau, representante também da mentalidade do século XVIII foi o oposto de Fichte no que concerne ao otimismo e progresso da sociedade, senda esta considerada por ele como opressiva e injusta, decorrente do progresso científico, que corrompia o homem. Rousseau afirmava:

“ Nascido para a felicidade, o homem se deixou desviar de seu caminho pela sociedade que o corrompeu e, principalmente pelo desenvolvimento da civilização (1754)”

Como forma de reparar esse mal, Rousseau propõe afirmar no homem a preeminência do contrato social e da vontade geral que o fundamenta para corrigir os efeitos nocivos do progresso e da civilização. Entretanto, logo percebe que, apesar do contrato que entrevê, a sociedade não pode ser corrigida e que o retorno ao Estado de Natureza seria impossível.

Na obra *O Emílio* (1767), Rousseau propõe uma educação naturalista a um jovem que será afastado da sociedade para viver no campo, em contato com a natureza, acompanhado somente de seu preceptor, evitando assim que ele se corrompa pela sociedade, pois a educação deve orientar o homem para agir por interesses naturais em não pelas imposições de regras exteriores e artificiais, uma vez que o homem não é só intelecto mas emoções, sentidos, instintos e sentimentos e que a educação deve formar para a autonomia. Porém, mais uma vez, sua proposição não é reconhecida, levando-o a um estado de nostalgia e solidão para refugiar-se nos Devaneios de um caminhante solitário. Rousseau escreveu outros projetos como: *Jugement sur le projet de paix éternelle (...)*, *projet de constitution pour la corse?* (1769) *Considérations sur le gouvernement de Pologne* (1772) e dois projetos educativos: *Mémoire présenté à M. de Mably sur l'éducation de M... son fils* e *Projet pour L'éducation de M.de Saintre-Marie*. Assim foi Rousseau, ora ativo, reflexivo, engajado em educação, política, ora mediativo e nostálgico, ora mobilizador na elaboração de projetos de sociedades.

Diante do exposto, observamos duas contradições da história humana, de um lado Fichte, apresentando a história marcada por um progresso infinito e por outro lado, Rousseau apresentando a história como uma queda. Isso nos remete ao enfoque desta pesquisa, o projeto apresenta progressos e quedas no decorrer de sua trajetória, da concepção à operacionalização. São atitudes antagônicas, porém complementares, diante da modernidade científica e tecnológica: uma evidenciando o encantamento e outra a recusa, uma veemente contestadora e outra afirmadora à permanência da ordem vigente. Configurando o enfoque é como se o projeto precisasse de uma certa contestação que leve a reflexão e controle, impedindo sua evolução desenfreada. O projeto é escolha e ao mesmo tempo recusa, oscilando entre as teorias de Fichte, através de um projeto técnico e de Rousseau diante de um projeto de sociedade.

Após os contributos de Fichte e Rousseau, a Filosofia se volta para a Fenomenologia de Husserl, Heidegger e Hegel, sendo este último, considerado o terceiro representante do Idealismo alemão e mais próximo dos ideais de Fichte. A fenomenologia de Hegel e de Husserl, apresenta poucos pontos em comum. Para Hegel, a fenomenologia é a ciência do saber e da objetividade e para Husserl a consciência é o verdadeiro princípio dos princípios, é a consciência transcendental que constitui as significações apreendidas dos acontecimentos naturais e psíquicos. Heidegger se volta para uma Filosofia existencialista, de identidade e libertária, constituindo-se na essência do ser homem. Essas características, constituem-se princípios imprescindíveis, presentes num projeto político pedagógico.

Na primeira metade do século XX, ressurgiu o conceito de projeto ao nível das produções filosóficas, graças a um trabalho realizado em torno de um outro conceito, o de intencionalidade, feito por F.Brentano, um filósofo-psicólogo, após a segunda metade do século XIX. Para ele, a intencionalidade constitui a propriedade essencial da consciência e, que esta não se caracteriza por seus estados mas por sua direção. Ela está sempre voltada para objetos externos, é a consciência de algo.

Heidegger, discípulo de Husserl, elaborou uma reflexão em torno de projeto, tentando compreender a existência humana, que se dá como lançada-aí e é lançada sobre o modo de ser do projeto, visando às suas possibilidades, como ele mesmo diz: <sup>3</sup>“Enquanto lançado no mundo, o ser-aí é lançado sobre o modo de ser do projeto(ent-wurf)... Enquanto ser-aí, esse já se projetou e permanece um projeto enquanto for... O projeto concerne sempre e de acordo com toda sua amplitude à revelação do estar-no-mundo.”

O projeto propõe mudanças na vida do homem, do que ele pode vir a ser, em função de sua liberdade; mas, esse projeto pode ser marcado pelo abandono, e pela queda, traduzidos pela inquietação ou preocupação, que são inerentes à condição humana. A preocupação se manifesta através da inquietude do homem, na busca de sua capacidade de ser livre, buscando seus próprios questionamentos e a razão de sua existência que, busca tornar o ser-aí autêntico, ou seja, apropriando-se de si mesmo, como promessa e possibilidade. Todavia, a existência do homem já é limitada, arriscando-se no “indeterminado”, no

---

<sup>3</sup> Heidegger (1927) apud Boutinet. p.50



inautêntico, pois segundo Heidegger “O homem não é o mestre do ser. O homem é o pastor do ser”.

O pensamento de Heidegger é retomado por Heidegger, através do desvelamento. E o projeto será o meio que permitirá desvelar o homem ou o ser do homem. Heidegger afirma que: “Todo projeto do ser-aí, rumo as suas responsabilidades já antecipa uma compreensão do ser. O ser está compreendido no pro-jet”. Poderíamos dizer que o projeto constitui a revelação do ser”. Pois o mesmo autor completa este pensamento evidenciando que:<sup>4</sup> “Compreender significa exatamente projetar-se visando uma possibilidade; através do projeto, manter-se sempre na possibilidade”. Isso evidencia o caráter projetivo do homem que se lança diante das possibilidades, como forma de melhor compreender as coisas, ou melhor, desvelá-las.

É inegável a contribuição de Heidegger, através de seu projeto existencial, oportunizando a compreensão e o desvelamento do ser e do estar no mundo, mesmo diante das possibilidades e quedas que fazem parte do processo de existência e de qualquer outro projeto que se implemente, pois projetar-se é lançar-se diante do conhecido e do desconhecido, através de uma consciência antecipadora de que para tudo há um início e um fim.

Para amenizar o caráter angustiante e pessimista de Heidegger, com relação a existência, surge Bloch com a esperança, o otimismo e a utopia na consciência antecipadora, consubstanciada em três momentos descritos por ele em seu *Príncipe Espérance*(1952, p.52).

- tensão (Streben) que a tomada de consciência transformará em...
- aspiração (Sehen), ela própria orientada em...
- procura de um objetivo (Suchen).

Nesse sentido, a consciência antecipadora torna possível os sonhos diurnos, mantém a esperança da juventude e se revolta contra a opressão e alienação. A antecipação se manifesta no pré-consciente, na plenitude do sonho ainda não realizado, com

---

<sup>4</sup> Heidegger (1927) citação em um curso na universidade de Marbourg

possibilidades do vir a ser, diante da inacababilidade do estar-aí do ser humano, que dispõe de infinitas potencialidades ainda não descobertas ou exploradas.

O filósofo J.-P.Sartre faz referência ao projeto, seguindo uma linha antropológica de enaltecimento do homem em detrimento do ser, sendo este considerado por ele um “nada”, onde existir para a consciência é testemunhar o seu próprio nada. Nesse sentido Sartre (1943) dirá que “o projeto do para-si, enquanto superação para o futuro, aparece ao mesmo tempo como um projeto para o Em-si”. Em sua concepção o homem nada mais é do que aquilo que ele se faz. E acrescenta mais:<sup>5</sup>“O homem é primeiro um certo projeto que se vive subjetivamente; nada existe previamente a esse projeto: o homem será antes de mais nada o que tiver projetado ser”.(1947, p.23), isso equivale dizer que o projeto liberta o homem. Mas o projeto não apresenta somente o lado individual ele é também relacional e tem um valor universal; é subjetivo mas também é objetivo.

O projeto surge como superação transcendental das coisas, mostrando sua ascensão ou seu declínio diante das inúmeras possibilidades ou mesmo contradições, como busca de sentido para a existência ou para um determinado fenômeno. Não importando se racionalidade ou subjetividade, criação-destruição, essa ambivalência estará sempre presente, não importa os fins a que se destina.

## **2.2- Multiplicidade de projetos na área educacional**

Boutinet apresenta uma variedade de projetos educacionais que surgiram nos meados do século passado, com o objetivo de inovar, dinamizar e dar respostas aos problemas enfrentados pelos sistemas escolares, diante de uma educação rígida, conteudista e tradicional. O projeto surge ainda, com o propósito de se enquadrar às exigências do sistema vigente que precisava de técnicos mais especializados, com maiores competências para atender a crescente demanda da sociedade industrial para geração de tecnologia, investimentos e desenvolvimento dos diversos setores.

Sobre a influência de J.Dewey (1916) e W.H.Kilpatrick (1918) surgem os primeiros trabalhos na área de projeto educacional como uma oposição à Pedagogia Tradicional.

---

<sup>5</sup> J.-P.Sartre (1947) apud Boutinet. p.57

Esses autores propõem uma Pedagogia Nova, aberta e ativa, transferindo o foco das atenções para o educando que se torna o ator de sua formação, através de aprendizagens concretas e significativas de seu interesse. Neste contexto, embuídos por uma nova dimensão de escolarização, surgem no cenário educacional, os pioneiros da Educação Nova: Celestin Freinet, M.Montessori, O.Decroly e A.S.Makarenko, propondo uma educação que valorizava a liberdade das crianças, seus interesses, suas experiências, seu meio e sua vida. Esses pedagogos da Educação Nova quase não fizeram uso de projetos como Dewey e Kilpatrick. Inclusive esse instrumento ficou por algumas décadas esquecido, só voltando sua emergência nas décadas de 70 e 80 com a Pedagogia por Objetivos de (Hameline, 1979) que propunha a eficácia do ensino através de objetivos precisos e racionais, porém não dera certo, uma vez que a prática não condizia com a linguagem do discurso implantado.

Em reação ao fracasso da pedagogia por objetivos, ressurgiu a Pedagogia do Projeto, como alternativa para amenizar o fracasso escolar, o caráter formal e abstrato de formação, e traçar novos rumos para a educação, como forma de proporcionar mais escolarização aos diversos segmentos da população. Nesse sentido, os sistemas educacionais se organizam. Como exemplo, a França em 1973, cria os 10% pedagógicos, onde um décimo do tempo escolar, ficava livre à gestão dos professores e dos alunos para as experimentações pedagógicas, com atividades educativas e culturais, dando origem aos projetos de estabelecimentos ou projetos de ação educativa.

Diante da variedade de projetos que somam o sistema educacional, Boutinet evidencia quatro: o projeto educacional, o projeto pedagógico, o projeto de estabelecimento e o projeto de formação.

### **2.2.1-O projeto Educacional**

O projeto educacional visa proporcionar ao jovem a autonomia insertiva às práticas sociais, culturais e profissionais, realizadas no âmbito escolar e extra-escolar com a colaboração de diversos parceiros, dentre eles: a família, a escola, o meio profissional e sócio-político, através de seus representantes. É um documento que emerge das intenções de seus atores sociais, ressaltando seus valores, finalidades e traçando as diretrizes funcionais para o

estabelecimento, alunos, professores e demais colaboradores, seguindo as normas locais e nacionais prescritas pelo sistema. Por ser um documento muito amplo, pode correr o risco de não atingir o cerne específico do problema, no caso a melhoria efetiva do processo ensino-aprendizagem.

Algo que merece destaque nesse projeto é que por ele enunciar valores e finalidades, corre o risco de defender uma certa ideologia, influenciando ou doutrinando as demais. Ele pode se manter numa linha de defesa, se autojustificando ou se promovendo, para seguir o modismo ditado pela sociedade, como forma de manter o “status quo”. E por ficar mais na lógica do discurso do que na prática, o projeto educacional ao invés de projetar um estado futuro promissor, simboliza a perpetuação e manutenção da ordem vigente vigente.

### **2.2.2-O projeto Pedagógico**

O projeto Pedagógico, limita-se especificamente ao ambiente escolar, não que a comunidade extra-escolar não influencie, mas esse processo está diretamente ligado à relação professor-aluno e que dependendo da posição por eles ocupada, de centro ou à margem se definirão as posições que se processam no interior da escola. Caso os professores, se tornem o centro, serão os pilotos do projeto em relação aos alunos. Caso sejam os alunos, pois a escola aderiu uma Pedagogia Nova, sua posição passa ao protagonismo do projeto e conseqüentemente da ação educativa. Entretanto, em ambos os casos, o professor mantém seu poder de proposição pedagógica sobre os alunos.

Segundo o autor o que diferencia o projeto pedagógico do projeto educacional é o número de envolvimento dos parceiros, uma vez que no projeto pedagógico a família tem pouca participação, em virtude da autonomia das instâncias de formação em relação ao meio social. A participação da família, geralmente acontece através de representatividade nos conselhos escolares e nas relações interpessoais com os professores.

Para maior clareza e definição do Projeto Pedagógico é necessário atentar para quatro parâmetros em que ele se assenta:

\* A negociação Pedagógica – é a negociação feita entre professores e alunos, para levantamento de duas funções essenciais:

- permite fazer um diagnóstico da situação pedagógica levando em consideração os conhecimentos adquiridos pelo educando. É o que comumente chamamos de teste de sondagem;

- oportuniza os alunos de decidirem o que melhor lhes convém: a negociação é fator essencial de uma pedagogia aberta, que estimula a motivação e a imaginação de seus atores;

Convém ressaltar que essas negociações nem sempre são acatadas, principalmente pelos alunos que estão acostumados mais no papel de receptores do que de construtores e de investigadores de conhecimento, o qual despenderá tempo e energia.

\* A articulação de projetos diferentes através das figuras da interferência e da articulação.

O projeto pedagógico é coletivo mas não é o único, geralmente se articula com o projeto de ensino e com o projeto de aprendizagem e que estes, por sua vez precisam estar em consonância com o projeto pedagógico, em virtude de se tratar de uma mesma realidade educacional e evitar o individualismo.

Para que o projeto Pedagógico de efetive é necessário que haja interferência entre ele mesmo e os outros projetos pois não existe um projeto pedagógico fechado em si. Ele precisa abrir-se para as diversidades, para as iniciativas que compõe o conjunto escolar, quer seja do corpo docente, quer seja do corpo discente ou do serviço técnico e administrativo<sup>1</sup>. Necessita de uma certa flexibilidade para coexistir com outros projetos, tendo atenção aos itens que convergem e aos que divergem, na busca de uma solução ou negociação que favoreça ajustes, modificações e mudanças com a finalidade de compatibilizar com os imperativos dos demais projetos.

\* A determinação de objetivos pertinentes e realizáveis

Os objetivos adquirem papel imprescindível num projeto pedagógico, caso não se tornem determinantes, como ocorreu na Pedagogia por objetivos, que determinava precisão no processo e no produto pedagógico, anulando a variedade e a riqueza do ato educativo. No projeto Pedagógico, os objetivos não são mais o centro do dispositivo, porém um de seus elementos que conduz as ações a serem empreendidas. Eles normalmente emergem do diagnóstico da situação pedagógica que se quer efetivar. O diagnóstico confere aos objetivos uma dupla complementaridade: por um lado, o inventário das possibilidades e ações e por outro, a negociação possível entre os parceiros.

Após a definição e pertinência dos objetivos, resta que se efetivem, sendo postos em prática. No entanto precisam ser pensados coerentemente, levando em consideração os prazos, os métodos, as técnicas pedagógicas utilizadas, as restrições que se deve enfrentar e as possíveis medidas para superá-las, tendo sempre presente que o objetivo poderá sofrer alterações, para melhor atender aos fins que lhe convém.

\* O horizonte do projeto e sua avaliação

A temporalidade do projeto pedagógico é um item relevante que merece atenção, sobretudo para a verificação e avaliação quanto à funcionalidade do processo, onde o tempo, as circunstâncias e as pessoas são efêmeros, assim como os projetos. Há projetos com prazo curto, como os multidisciplinares de ensino, normalmente com duração de um ano; projetos de médio prazo, como o educacional ou o de aprendizagem que variam de um a dois anos e os projetos de longo prazo como o pedagógico, o profissional, que vão de dois a três anos. Mas isso é muito relativo pois quem definirá esse tempo, são os envolvidos no processo que determinarão sua duração, pois um projeto para a Educação Infantil será bem diferente de um para o Ensino Fundamental, pois há de se ter atenção ao tempo biológico, ao cronológico, ao psicológico e etc. o projeto é determinado em relação ao horizonte temporal de seus atores.

A avaliação deve permear todo o percurso do projeto pedagógico e não somente em sua fase terminal, onde os avanços, as conquistas, os retrocessos, sirvam como parâmetros para

verificação e retro-alimentação do trajeto realizado, viabilizado por intermédio de uma avaliação criteriosa, em vista da otimização do processo.

### **2.2.3 Projeto de Escola**

O projeto de Escola busca construir a identidade e autonomia da instituição, através das inter-relações e colaborações entre seus membros: pessoal administrativo, professores, alunos e pais, visando maior envolvimento e dinamicidade da equipe pedagógica com o processo ensino-aprendizagem. Oferece também, a possibilidade de se abrir ao meio sócio-profissional em constante mudança, como forma de reaproximar a escola de seu contexto e da vida de seus atores sociais.

O núcleo central desse projeto é o Conselho Escolar que almeja valorizar uma gestão mais racional, dinâmica e eficiente, gestada pela autonomia institucional, integrando de modo programático a política educacional e pedagógica escolhida pela escola. Entretanto, para que se desenvolva essa nova gestão, faz-se necessário realizar um trabalho aprofundado para verificar as necessidades, as deficiências, os recursos existentes na escola. Essa fase é também conhecida como diagnóstico, onde é feito um levantamento da situação, para a verificação dos pontos fortes, dos pontos fracos e os pontos que precisam ser melhorados.

O projeto de escola dá maior ênfase ao processo e ao procedimento do que aos objetivos delimitados, canalizando as energias, para as negociações e gestão permanente da ação projetada, sem deter-se tanto às explicações de ordem semiótica, presentes no jogo dos poderes e contrapoderes que fazem parte da ação empreendida.

### **2.2.4-O projeto de Formação**

Um projeto de formação, envolve normalmente três aspectos: o projeto se situa no nível individual do estagiário para desenvolvimento do potencial e aperfeiçoamento; apresenta-se a nível organizacional da instância de formação e se mantém ao nível do formador, a quem compete à gestão de uma ação de uma formação. Esses níveis se interpenetram, se reforçam e às vezes chegam a se opor. A seguir se distinguirá cada um desses níveis:

### \* Projeto individual de formação

Diante da crise de insegurança no mercado de trabalho, causada pelo desemprego, aumentaram nos últimos dez anos a procura por qualificação e aperfeiçoamento profissional por parte dos jovens e adultos, visando aquisição de competências e melhor formação, para permanência na esfera social produtiva. Os jovens, buscam através dos estágios, qualificação e inserção no mercado de trabalho; geralmente por ocasião do primeiro emprego; as mães de família almejando inserir-se ou reinserir-se profissionalmente, em decorrência dos filhos já estarem criados; pessoas em busca de uma certa mobilidade na carreira profissional ou como fuga do desemprego. Portanto, existem múltiplas situações que levam as pessoas a buscarem formações complementares, além de sua escolarização, como forma de se manterem menos vulneráveis na esfera social. E que dependendo do estágio em que o indivíduo se encontra, o projeto de formação apresenta variáveis em função das coordenadas temporais que os caracterizam, onde um mesmo projeto pode apresentar três momentos ou limitar-se apenas num, conforme evidencia Boutinet:

- No início da formação o projeto torna-se intenção de assentar-se num dispositivo de formação: licença individual de formação, estágio de procura de emprego, estágio em alternância, etc.
- Durante a formação, o projeto visa a realização de uma ação social ou coletiva, concretizando sua intenção e, ao concretizá-la, realiza sua própria ação de formação, tornando-se projeto-método, método ao qual se efetivará a formação.
- No final da formação, o projeto é direcionado rumo a uma nova inserção no curso profissional, adquirindo caráter de aprendizagem, para aprimoramento das competências.

### O projeto organizacional de formação

As empresas e os órgãos de formação investem maciçamente na organização de projetos, implantando redes diversificadas de formação, lançando novos modelos, visando atender



novas populações e novos mercados. Nesse sentido, a gestão do projeto de formação, apresenta um duplo nível:

- o da empresa, que define um plano de formação plurianual, especificado em diferentes projetos de formação;
- o do órgão de formação que espontaneamente ou em resposta a uma demanda que lhe é solicitada, elabora para uma determinada população, um projeto de formação.

O projeto organizacional de formação, apresenta-se, mais ou menos integrado a estratégia da empresa, onde a formação se efetiva em ação, gerando efeitos que serão sentidos no interior da empresa, resguardando a dimensão coletiva e pragmática da formação.

O projeto de uma ação de formação

Saímos de uma formação individualizada, para uma organizacional e não explicitamos o papel de um dos responsáveis por essa formação, no caso o formador que, geralmente é solicitado pela organização, em função de suas próprias competências, para ser o facilitador ou moderador de uma determinada ação de formação.

Numa ação empreendida de formação, o formador deve levar em conta os estagiários, através de suas histórias de vida, para que se reapropriem dos procedimentos propostos e o reorientem para objetivos significativos a eles. É a efetivação do projeto-método, desenvolvendo novas capacidades de inovação, sendo realizado por meio de um longo tempo de diagnóstico de situação, realizado pelo formador no início da formação, sendo negociado pelos estagiários e formadores como condição indispensável a formação de adultos ou a qualquer outra formação que vise integrar a perspectiva do projeto. A negociação perpassa a ação de formação através dos objetivos, consensos, métodos, tempo e condições de avaliação.

Assim, o projeto de formação é compreendido em sentidos relativamente diferentes e complementares, que por um lado se ligam as coordenadas temporais de início, meio e fim da ação de formação e por outro lado aos atores que participam desse processo. E como os demais projetos, se observa que o projeto de formação varia entre uma valorização do

objeto e uma acentuação do método. O mais viável seria, em se tratando do campo educacional, que objeto e método se imbricassem, evitando assim, riscos de se deixar desviar, onde os fins e os meios apresentam-se em contínua interdependência.

Diante do exposto, o projeto situa-se e toma forma em diversos segmentos do setor educacional, como instrumento dinamizador e facilitador do processo ensino-aprendizagem, nas ações individuais ou coletivas, proposta pelas especificidades de cada projeto. Todavia, é necessário ater-se às implicações que se encontram subjacentes, aos interesses e jogos de poderes que eles representam, para não cair nas armadilhas, camuflando a realidade, criando complicações ou dependências que resultarão em maiores problemas para a escola resolver. Não importa que denominação receba, o projeto no seio escolar deve corresponder aos anseios e objetivos coerentes com a coletividade e com o contexto que se inserem.

### **2.3-Conceito de projeto**

É um empreendimento planejado e consistente, composto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, com a finalidade de alcançar determinados objetivos e metas para transformação de uma dada realidade a fim de obter uma mudança única e benéfica, em um período de tempo definido e com delimitação de recursos físicos e financeiros disponíveis ou negociáveis.

Projeto pode ser entendido de formas diferentes; dependendo da cultura e dos objetivos da comunidade em que está inserido. Muitas organizações desenvolveram conceitos próprios para orientar suas atividades. Essa prática é recomendada, para ficar bem caracterizado dentro da organização o que é projeto.

Algumas características gerais de projetos

A elaboração de qualquer projeto requer clareza, viabilidade de execução e coerência entre a problemática apresentada e as ações propostas.

Os Projetos possuem um ciclo de vida constituído por etapas distintas que, por sua vez, se dividem em tarefas ou atividades, muitas delas executadas uma única vez. Em um projeto existe um seqüenciamento das atividades, cujo planejamento é crucial para que o projeto se encerre em um prazo e custo apropriados. Por serem temporários, os projetos têm um momento de início e um fim estimado e as atividades diárias geralmente representam um desafio novo, visto que, geralmente, não foram executadas anteriormente.

As características básicas de um projeto é que eles possuem um ciclo de vida ou um conjunto de etapas pelas quais o projeto progride e ao final de cada etapa, um produto (deliverable) é concluído. O número de fases, seus nomes, o inter-relacionamento entre elas, suas durações, etc, variam de projeto para projeto. De uma maneira ampla, podemos dizer que qualquer projeto possui quatro etapas genéricas: *conceitualização*, *desenvolvimento* (definição dos detalhes), *execução* e *finalização*.

## **Conclusão**

A história nos mostra, contributos relevantes de projeto que surgiram desde a antiguidade, no século XIV, até chegar ao século que estamos, ou seja ao XXI, onde muita coisa mudou, em termos de construção, efetivação e conceitualização de projeto. As variedades também aumentaram, existem inúmeros projetos: projeto de vida, projeto de formação, projeto de lei, projeto educativo, projeto de aposentadoria, projeto de adolescência, projeto de empresa, PPP... a sociedade vive a cultura dos projetos, pois permitem planejar e obter melhores resultados nas ações empreendidas.

E os projetos na área educacional? Esses então, surgiram como a salvação da escola, porém há de se ter bastante cuidado para não fazer por fazer, ele deve nascer das aspirações da comunidade e atender seus objetivos, pois projeta-se a vida de seus atores. Boutinet foi um autor que contribuiu bastante com esse estudo. Ele ressalta quatro categorias de projeto que se processa no interior das escolas: Projeto Educacional, Projeto Pedagógico, Projeto de Escola e Projeto de Formação.

### **III - ENGENHARIA PARTICIPATIVA E PROJETO PEDAGÓGICO**

#### **Introdução**

Saímos de uma dimensão geral de projeto e nos encaminhamos para projetos que especifiquem o fenômeno pesquisado, no caso o projeto político pedagógico, que se tornará um dos temas desse capítulo. E para compreender como esse projeto se processa, se lançará mão da engenharia, exercida pelos engenheiros, nos projetos de construção de obras, da engenharia de formação dos adultos, surgida no século passado e que foi transportada para as instituições educacionais, encontrando suas características nas práticas, de uma determinada linha filosófica seguida, que especificará o tipo de homem e mulher que se deseja formar, para se tornarem autônomo ou dependentes de um determinado sistema.

Com a expansão e o desenvolvimento das indústrias na área tecnológica e o surgimento de escritórios de consultoria, criados por engenheiros que escolheram trabalhar na formação de adultos, surge nos anos 70 a engenharia de formação. Entretanto sua ascensão dar-se-a a partir da década de 90, devido a crescente demanda de formação dos profissionais, nas diversas áreas, principalmente no setor de informática e comunicação que regulados pela lei do mercado, em função da globalização, exige trabalhadores melhores qualificados, competentes tecnicamente para melhor desempenho de suas funções, com vistas a otimização e eficácia no processo produtivo.

Segundo Boterf, “A engenharia define-se então como o conjunto coordenado das atividades que permitem dominar e sintetizar as informações múltiplas necessárias à concepção, ao estudo e à realização de uma obra ou de um conjunto de obras (unidades de produção, construção civil, sistema de formação, rede de telecomunicação, esquema de urbanismo, equipamento...) tendo em vista a otimização do investimento que constitui e garante as condições da sua viabilidade.”

Para a edificação de uma obra, o arquiteto parte de uma idéia, esboça o desenho, construindo passo a passo, detalhe por detalhe, prevê recursos necessários à nível pessoal,

físico e econômico, visando a eficiência e eficácia na conclusão. Assim também se procede com a construção de um projeto pedagógico. Parte-se de uma reflexão que precisa ganhar forma, ser melhor delineada, estruturada em suas diversas partes, para os devidos procedimentos e modificações, a fim de se adequarem ao contexto e circunstâncias dos atores relacionais que atuarão na co-pilotação do processo, definindo objetivos, estratégias, mecanismos que melhor se ajustem à missão proposta. Convém ressaltar que em se tratando de engenharia pedagógica, deve-se evitar os excessos quanto ao rigor metodológico, às técnicas e à precisão dos resultados a serem alcançados, em vista da pluralidade de seus atores sociais, uma vez que as pessoas não podem ser objetos mas sujeitos de sua história e cada escola representa um determinado contexto que a torna singular.

Conceber, construir, executar e avaliar as ações, compõem um conjunto de competências da engenharia educativa que emerge de uma problemática, num determinado contexto, captando as suas causas e efeitos (diagnóstico) para a definição dos objetivos operativos, priorizando as metas que se deseja alcançar, através de uma ação interativa e co-participativa de seu público, nas idas e vindas para definições e re-definições do processo, como meio de torná-lo eficiente e funcional.

### **3.1 Escola e Comunidade Educativa**

A Educação das comunidades primitivas das aldeias, dos caçadores, agricultores, pastores nômades, dos artesãos, num dado momento passa por um processo de hierarquização, de divisão social do trabalho, de poder centralizador de ação e dominação de uns sobre os outros; faz surgir o ensinar e o aprender, inventa a pedagogia, reduz a aldeia à escola, cria metodologias, edifica prédios com salas de aula, profissionaliza professores, especialistas, elabora diretrizes, leis, categoriza alunos, etc. Estas são algumas características da maioria das escolas, muito embora exista outras, com singularidades notáveis, interferindo diretamente no curso da história.

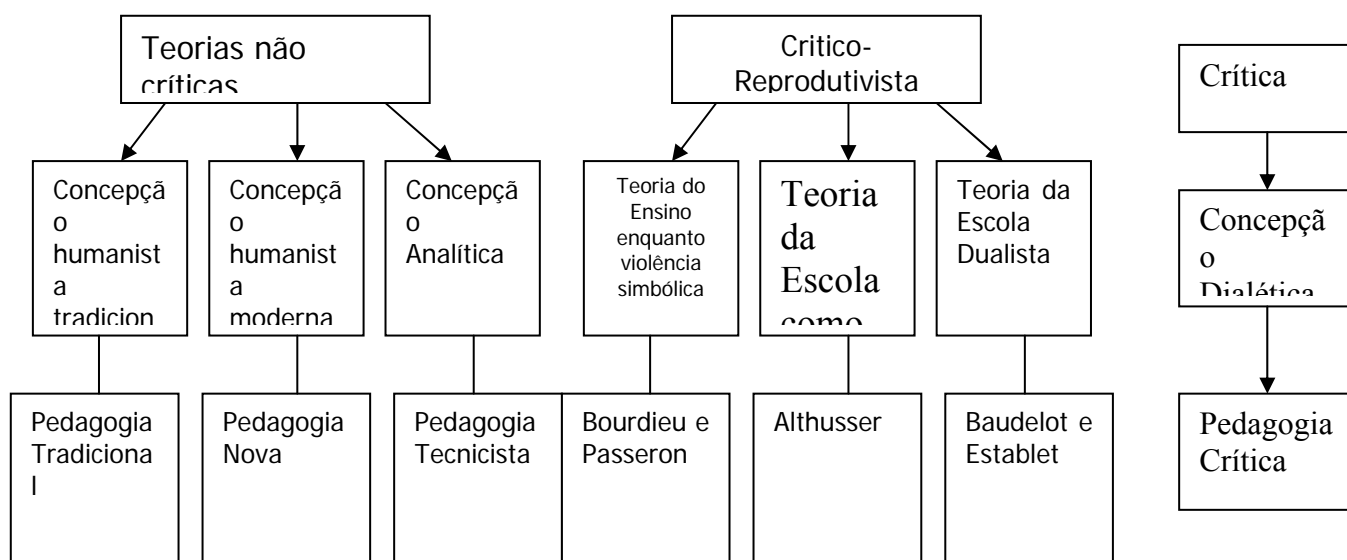
A educação é um fenômeno social, sendo parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma dada sociedade. Na sociedade brasileira, a estrutura social se apresenta dividida em classes e grupos sociais com interesses distintos e

antagônicos, onde as finalidades e meios da educação se subordinam à estrutura e dinâmica das relações entre as classes sociais, socialmente determinadas. Equivale dizer que a prática educativa decorre de várias instâncias da sociedade, bem como dos acontecimentos da vida cotidiana dos fatos políticos e econômicos, que são determinadas por normas valores e particularidades da estrutura social a que é subordinada, visto que desde o início da humanidade, os homens vivem em grupos, colocando-se na dependência de vida de outros membros do grupo social , onde a história de sua vida e a história da sociedade e constituem e se desenvolvem na dinâmica das relações sociais.

Por meio da ação educativa, o meio social exerce influência sobre os indivíduos, através de uma ação interativa que ao assimilarem e recriarem essas influências, tornam-se capazes de efetuar uma relação dinâmica e transformadora com o meio social. Essas influências, manifestam-se por meio de conhecimentos, experiências, valores, crenças e costumes passados de geração a geração. Nesse sentido mais amplo, a educação compreende os processos formativos que acontecem no meio social, onde se inserem os indivíduos, nas diversas instituições e atividades sociais decorrentes da organização econômica , política e legal de uma sociedade, através das diversas formas de convivência humana. E em sentido restrito, a educação ocorre em instituições específicas, escolares ou não, com objetivos explícitos de instrução e ensino mediante uma ação consciente , deliberada e planejada, sem contudo separar-se dos processos formativos gerais.

“... Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante ...” (carta dos índios da Virgínia)

Existem diversos tipos de escola, classificam-se conforme a linha filosófica que seguem, indo desde uma concepção positivista, até chegar a uma mais emancipatória, pautada numa filosofia crítica e libertadora. Sendo assim, faz-se necessário lançar um olhar retrospectivo, bastante breve sobre os modelos pedagógicos mais conhecidos, começando pela Pedagogia Tradicional, Renovada, Tecnicista, Libertadora e Histórico Crítica, para entendermos melhor a problemática evidenciada. Usaremos a classificação das teorias educacionais, segundo Dermeval Saviani , como mostra o esquema:



Critério de classificação: percepção dos condicionantes objetivos e criticidade

Teorias não-críticas	Teorias –crítico-reprodutivistas	Teorias críticas
Apresentam a educação autônoma, independente dos condicionantes objetivos.	Compreendem a educação como fator de reprodução da sociedade.	Apresentam a educação relacionada a seus condicionantes objetivos.

Saviani classifica as teorias educacionais em dois grupos: Não-críticas e críticas. Não críticas, com relação à sociedade, onde a estrutura política e econômica não é questionada, e o papel da educação seria o de promover a integração dos indivíduos na sociedade. E crítica de acordo com o critério de criticidade, ou seja, crítico ao sistema sócio-político-econômico vigente na sociedade, cujos fatores interferem na educação. E entre esses dois surge um outro que denominou de crítico-reprodutivista, onde a escola se apresenta dependente de algo ou de alguém, onde quem detém o poder econômico (o capital e os meios de produção) detém o poder ideológico (idéias, valores, conhecimentos, atitudes, etc.) O educador atuaria na escola como “reprodutor” do conhecimento e essa reprodução dar-se-ia de forma alienante.

Não se trata aqui, de dar uma aula sobre história da educação ou uma explanação sobre as correntes pedagógicas, mas evidenciar itens que esclareçam melhor o fenômeno em estudo, pois é comum ouvir as expressões, principalmente na área educacional, de que uma

determinada escola segue uma linha mais “tradicional” ou mais “moderna”, ou que os métodos A e B são mais eficientes por pertencerem a uma determinada corrente filosófica. Nosso propósito ao evidenciar essa questão é perceber as influências da educação para um determinado tipo de sociedade, para uma maior ou menor participação das pessoas com o processo educacional.

**A Pedagogia Tradicional ou Conservadora**, abrange as correntes filosóficas Essencialista e Perenista aos séculos XVII e XIX, baseando-se nos escritos de Hegel, que defende a escola como agência cultural, como o lugar onde se transmitiam os conhecimentos acumulados através de séculos às novas gerações. Privilegia o professor, por considerar o adulto acabado e completo. Ele ensinava através da exposição oral, explicava a matéria, passava os exercícios, onde os alunos respondiam tal e qual, seguindo as orientações do mestre, com ênfase na repetição e memorização.

Paulo Freire caracterizou esse tipo de educação como “bancária”, onde o professor era o depositante e o aluno o depositário das informações.

“Na concepção bancária...a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem se pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a educação bancária mantém e estimula a contradição.(Freire, 1987, p.59)

A escola tradicional não correspondeu ao que se propunha. Resolver o problema da ignorância e da marginalização social, eis que surge uma nova proposta, a **Pedagogia Nova ou Renovada**, onde o eixo centralizador do processo ensino-aprendizagem passa a ser o aluno, que aprende de uma maneira mais livre e espontânea, através da experimentação, da pesquisa, de trabalhos de grupo por áreas de interesses, pela não diretividade por parte do professor que passa a ser o estimulador e orientador da atividade.

Essa corrente filosófica se embasa no Pragmatismo, no Existencialismo e no Fenomenalismo, considerando o homem como ser incompleto e inacabado, do nascimento à morte. Ela surge no final do século XIX e início do século XX, tendo como principais precursores: Dewey, , Montessori, Decroly, Rogers, Piaget, etc.



“A escola renovada agrava mais ainda o problema da marginalidade, discriminação e antagonismo entre as classes sociais, ao provocar o enfraquecimento da escola pública. Este fenômeno ainda se encontra até hoje nas escolas públicas brasileiras.”(Saviani, 1993).

Saviani faz essa observação, devido um certo afrouxamento de disciplina e de transmissão de conteúdos, principalmente para a classe trabalhadora que não se apropriou dos conhecimentos acumulados pela história da humanidade, perdendo o poder de organização, luta e a manutenção de suas conquistas e direitos no interior da sociedade competitiva e excludora

“O fundamental é compreender que a grande modificação trazida por essa vertente pedagógica para o ensino foi apoiar-se na idéia de que o conhecimento não é ensinado, mas sim estimulado e construído pela própria criança, a partir de experiências que estimulem as diferentes inteligências do ser humano. Daí o termo “construtivismo”, tão conhecido e difundido atualmente entre pais e educadores”.(Zagury,2002,pp95-96)

A escola não correspondia aos anseios do mundo capitalista e industrializado, que precisava de mão-de-obra especializada para gerar desenvolvimento. O eixo do processo pedagógico não era mais o professor e nem o aluno, mas a organização racional dos meios, através das técnicas e dos métodos. Surge então a **Pedagogia Tecnicista**, pautada na filosofia Positivista e Funcionalista, privilegiando a objetividade e a operacionalização do trabalho pedagógico.

“A base de sustentação teórica da Pedagógica Tecnicista é a psicologia Behaviorista, a Engenharia Comportamental, Ergonomia, a Informática e a Cibernética, que tem em comum a inspiração filosófica neopositivista e o método funcionalista”. (Saviani 1993).

A **pedagogia libertadora**, proposta por Paulo Freire, assenta sua base no Humanismo, Existencialismo, Personalismo e no materialismo dialético. O educador e o educando são considerados “sujeitos” dum processo educativo, utilizando o diálogo como método, permitindo a troca de experiência, o avanço nas reflexões em direção a um novo conhecimento e ao desvelamento da realidade, valorizando tanto o saber escolar quanto o empírico, o popular e o experiencial.

Nessa abordagem, pressupõe-se que a aprendizagem se processa por codificação, decodificação, e problematização da situação social para se entender a visão, percebendo criticamente a realidade, através da troca de experiência entre alunos e professores.

O sujeito torna-se histórico a partir de sua interação com o mundo, onde ele se modifica e é modificado, quando percebe que sua realidade pode ser mudada pela ação consciente, racional, concreta, desenvolvida por ele e por outros atores sociais.

É uma vertente pedagógica, bastante evidenciada nas escolas brasileiras no final do século passado e início deste.

**A Pedagogia Histórico-Crítica** nasce do confronto com as teorias críticas – reprodutivistas de Bourdieu, Passeron, Althusser, Berdelot, Boeles e Gintès que caracterizam a escola como reprodutora do sistema social e Aparelho Ideológico do Estado por reforçar a “violência simbólica”, exercida pelas classes dominantes sobre as classes populares, efetivando as desigualdades sociais dominadas economicamente, politicamente e culturalmente (Saviani 1993).

Tem inspiração em Gramsci e no materialismo dialético, partindo da prática social para uma visão sintética de mundo (organizada, unificada), em que se adquire pensamento crítico e sistêmico (síntese da teoria e prática), cujos elementos culturais possibilita a transformação social.

Segundo Saviani, o processo metodológico se desdobra em cinco passos:

**1º)** O ponto de partida é sempre a prática social, tendo a frente professor e alunos, com níveis de compreensão diferente, onde o professor possui um conhecimento difuso, do senso comum;

**2º)** Identificar os principais problemas postos pela prática social, gerando a problematização gera os conteúdos a partir da realidade experimentada, em seguida busca luzes nas ciências para resolver tais problemas.

**3º)** Apropriação de instrumentos teóricos e práticos, necessários para resolver os problemas, sendo produzidos socialmente e historicamente, sendo auxiliado pelo professor, como transmissor de conhecimento ou levar os alunos a experimentar, desenvolver raciocínio lógico, construir conhecimentos a partir das pistas ou caminhos sugeridos. Instrumentalizar significa dotar a classe trabalhadora dos instrumentos e das ferramentas culturais necessárias à luta social e política;

**4º)** O quarto passo é a catarse que é definida por Gramsci (1978) como a elaboração superior da estrutura material em superestrutura na consciência humana, que corresponde às ideologias, à religião, à música, à arte em geral, à cultura que se constrói a partir do fazer social;

**5º)** Volta-se à prática social, como ponto de chegada, entretanto os atores sociais (alunos e professores) encontram-se no processo de igualdade com relação ao conhecimento da realidade. A visão nebulosa que antes os alunos tinham, ganham status de síntese, ultrapassando a experiência do senso comum, identificando as ideologias dominantes, presentes na ideologia popular, buscando meios organizativos para que ocorram as transformações.

Estas duas últimas teorias, apresentam uma visão sócio-política da educação e um comprometimento com as classes populares, visando a transformação da sociedade, através de uma relação dialética entre o indivíduo e a sociedade, a ação educativa e a ação social que fazem parte desse tempo histórico, pós-moderno em que vivemos. Nesse sentido, não nos cabe o papel de criticar as anteriores, elas fizeram parte de um processo histórico de elaboração teórica e de práticas educativas, na busca de compreensão do homem e do mundo. Cabe à escola, definir qual a que melhor lhe convém, a que prima pela ação do professor? Do aluno? Pelas técnicas? Pelo conhecimento/conteúdo? Ou a que leva em consideração todos esses fatores que compõe a comunidade escolar? Não existem “fórmulas mágicas” na educação, tampouco essas teorias emergiram do vazio, há uma série de fatores convergentes, para que se apresentassem dessa forma.

### 3.2- Autonomia da Escola e Projeto

Repensar o papel e a função social da escola, implica buscar alternativas viáveis de formação, que correspondam às exigências, vitais para homens e mulheres, num certo contexto geográfico, principalmente num país de contrastes como o nosso, onde se observa grandes desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas, que de certa forma caracterizam e influenciam as escolas e a ação pedagógica desenvolvida.

A construção do projeto político pedagógico para a escola é, antes de tudo, o resultado de uma ação política que aposta na descentralização do poder, com repasses de gestão administrativa jurídica, pedagógica e financeira para os conselhos e caixas escolares, objetivando maior autonomia e participação da comunidade na condução do processo educativo. Entretanto essa “descentralização” e “autonomia”, não acontecem como num passe de mágica, de uma hora para outra, ou que a construção do projeto solucionará tais situações, até porque a escola está inserida num contexto de diversidades multiculturais, onde estamos aprendendo a conviver com as diferenças, exercitando o poder democrático participativo, assumindo o papel de cidadão e cidadã do mundo.

Autonomia vem do grego, que significa capacidade de auto determinar-se, de auto realizar-se, é uma auto construção, um autogoverno. Autos = si mesmo e nomos =lei .É a faculdade que possui determinada instituição de traçar as normas de sua conduta, sem que sinta imposições restritivas de ordem estranhas; direito de um indivíduo tomar decisões livremente, liberdade, independência moral ou intelectual. Segundo Kant (1724--1804) capacidade apresentada pela vontade humana de se autodeterminar, segundo uma legislação moral, por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma influência subjugante, tal como uma paixão ou uma inclinação afetiva incoercível.

Para o filósofo Sócrates, a autonomia se apresentava através do método dialógico, na interlocução com os discípulos na praça de Atenas, instigando-os para que buscassem respostas dentro de si, para seus questionamentos, através de reflexão ética e antropológica.

Foi através do Movimento Escolanovismo com John Dewey, Maria Montessori, Jean Piaget, Célestin Freinet e outros que a tônica da autonomia ganha mais ênfase, como oposição a uma corrente positivista, onde o professor era o centro do processo pedagógico. A partir daí, há uma reversão de papéis; o aluno passa a ser esse centro, tudo gira em torno dele, emprega-se métodos livres e ativos, para o desenvolvimento de suas potencialidades. O aluno constrói seu próprio conhecimento, intermediado pela ação do professor.

“A autonomia é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa) pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependências e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime sempre um certo grau de relatividade: somos mais ou menos autônomos; podemos ser autônomos em relação a umas causas e não ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis” (Barroso, 2001)

A descentralização não implica em isolamento ou desligamento do sistema, mas em repasses de funções, tarefas, encargos e responsabilidades, com o intuito de promover e assegurar a soberania educacional a quem de fato forma a escola, no caso a comunidade escolar, legítima direta do processo ensino/aprendizagem, que precisa segurar e assegurar seus direitos, dentro dos princípios éticos e políticos, evitando com isso uma auto limitação por parte dos poderes que promovem uma autonomia vigiada ou pseudo-autonomia. Como exemplo temos diretores (as) escolhidos por partidos políticos, por autoridades do serviço público, etc. que vão para as escolas, assegurar a hegemonia partidária ao invés das causas educacionais.

Não basta simplesmente elaborar leis, para que fiquem nos papéis, nos planos ou em projetos. É necessário dar condições para que elas se efetivem para que ganhem corpo, forma e apresentem resultados, subsidiados pela ação coletiva de seus atores. A autonomia das escolas não é uma questão de regulamentação, mas um processo de construção, construído com as singularidades e especificidades locais, em consonância com os princípios e objetivos do sistema público nacional de ensino.

A escola ao construir seu projeto pedagógico, estará democratizando suas ações, principalmente no que concerne aos eixos pedagógicos, jurídicos, administrativos e financeiros que subsidiarão para uma gestão autônoma e partilhada.

**EIXO PEDAGÓGICO:** característica suprema da escola, realizada através do processo ensino aprendizagem, nas diversas áreas do conhecimento, consubstanciado pelo ensino e pesquisa, numa organização curricular, realizada por meio de metodologias específicas, nas diversas modalidades de ensino, tendo a avaliação como parâmetro de mediação entre os objetivos e os resultados propostos por cada unidade escolar, dentro do sistema nacional. É imprescindível à ação do setor técnico (especialistas educacionais), como condutores e orientadores da práxis pedagógica, junto aos professores, propondo novas metodologias, realizando sessões de estudo ou encontros de formação, avaliando os diversos segmentos escolares, com um só objetivo, onde as partes vão convergir para o todo, dando origem ao corpo da escola que se traduzirá no seu projeto pedagógico, redimensionando as funções e as práticas de uma nova escola, representada pela ação de seus indivíduos na formação da coletividade.

**EIXO JURIDICO:** as escolas possuem poder para elaborar seus estatutos e regimento, delimitando às ações de seus setores, como forma organizacional de otimizar suas atividades, seguindo uma hierarquia horizontal dos diversos segmentos que a constituem. Diante dos poderes que lhe são constituídos, realiza matrículas, expede transparências, outorga certificados, diplomas e outros com validades nacionais e internacionais;

**EIXO ADMINISTRATIVO:** gerenciamento autônomo das ações por parte da comunidade escolar, através de uma gestão co-participativa entre a escola, a família e a comunidade, como condutoras do processo e do produto, no ato formativo, em seus diversos papéis e responsabilidades, frente às exigências sociais. A escola precisa ousar e garantir seu espaço, sua independência, mesmo que seja parcial, nos diversos setores que a constituem e não esperar pelos órgãos públicos ou secretarias.

**EIXO FINANCEIRO** – mesmo com as quotas definidas pela União, Estado ou Municípios para as escolas públicas, é de fundamental importância que elas busquem outros recursos em outras esferas ou junto às comunidades para ampliação, equipamentos, laboratórios,

intercâmbios, quebrando o círculo vicioso, esperando que tudo venha do governo. Não se concebe uma autonomia totalmente dependente, cada uma precisa fazer a sua parte, assumindo diretamente o processo formativo.

Esses são os grandes eixos em que se assentam às escolas, são indissociáveis, se completam rumo à democratização e autonomia dos estabelecimentos de ensino, resultantes de diversas lógicas e de vários interesses, sendo necessários saber conduzir o processo com gerenciamento e negociações, diante dos confrontos e diversidades, presentes no meio interno e externo à escola, talvez com perdas e ganhos de ambas as partes, como fenômeno natural de situações vivenciais.

As características atribuídas aos eixos supra citados, se resumem a partículas, diante da imensidão do fenômeno educacional, na qual a escola se constitui imperativa no ato pedagógico, geralmente permeada de inúmeros fatores, os quais influenciam a ação dos atores sociais como os docentes, oriundos de diversos contextos, de diversas concepções ideológicas, alguns apresentando deficiências na formação escolar e ou acadêmica, baixa estima afetiva/ familiar, baixos salários, pouco incentivo para a formação profissional inicial e continuada, dentre outros, afetando consideravelmente a docência. O corpo docente, outro protagonista dessa ação, apresenta-se bastante heterogêneo no que concerne à questão de gênero, raça, religião economia, classe social, etc, itens que por si só, dariam estudos bastante extensos.

Diante disso, faz-se necessário repensar o papel e a função social da escola, frente à complexidade que ela representa, onde ela de certa forma representa a sociedade e a sociedade representa ou é fruto da escola, embora com objetivos e funções diferenciadas, que nem sempre atende aos seus fins e pressupostos, cada uma com suas peculiaridades e funções específicas, seguindo o seu ritmo e construindo sua história, política ou apolítica, emancipadora ou alienante.

“Eu acredito muito na escola, no seu papel social. Creio que o seu potencial transformador não foi ainda suficientemente explorado nas democracias modernas. Mas não podemos perder de vista os seus limites. Ela não é certamente a alavanca de transformação social. Pouco pode sozinha. Pretender mudar a sociedade somente por intermédio da escola me parece uma grande ilusão. Seria não levar em

conta o passado e o presente, a história, o homem concreto. A escola não pode tudo, mas precisa urgentemente recuperar o seu papel dirigente, valorizando sobretudo o professor”.(Gadotti,2001,p168)

### **3.3-Projeto Político Pedagógico**

Conceber o projeto Pedagógico da escola, exigirá uma análise ampla sobre suas finalidades, seu papel e sua missão por parte de todos os envolvidos no processo educativo, quer seja de maneira direta ou indireta, nas diversas circunstâncias espaciais, temporais ideológicas e humanas, vivenciada pela coletividade, através de suas diferenças culturais, religiosas educacionais, econômicas, sócio-ambientais e políticas. Observando e analisando os diferentes processos que ocorrem no cotidiano escolar e suas interferências na vida comunitária, na formação das crianças, jovens e adultos, em seu processo vital e social. O que exigirá por parte de todos, um repensar sobre a dinâmica educacional aí posta, ou seja, se ela efetivamente vem cumprindo o seu papel, enquanto formadora de cidadãos e cidadãs, comprometidos com o seu mundo e sua realidade, diante das diversas mutações por que passa a sociedade.

É necessário que cada educandário, busque o seu caminho, encontre sua direção, trace seus objetivos e metas, partindo de sua realidade e das interações com a coletividade, desvelando os conflitos e as contradições, definindo o tipo de sociedade e o perfil de cidadão que pretendem formar, construindo sua identidade, registrando sua história.

“O projeto Pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que à influencia e que pode ser por ela influenciado.” (Veiga, 2002, pp 11-12)

O projeto político pedagógico é um instrumento legal que organiza, direciona, propõe e estabelece as orientações relativas ao processo ensino-aprendizagem, objetivando atender às necessidades básicas de aprendizagem dos alunos às expectativas de sua família e comunidade envolvidos por um processo de participação e co-gestão das ações educativas, intra e extra-escolar, onde o ponto de partida é a escola que temos e o ponto de chegada é a escola que queremos. Todavia, há de se observar e construir, o processo que fica entre essas duas vertentes, que chamaria de co-ação dos sujeitos, é onde se processa as



operacionalizações do cotidiano, geralmente permeada de relações competitivas, conflituosas corporativas e autoritárias, sendo necessário agir com cautela olhando para o passado, interagindo no presente e vislumbrando o futuro.

Ao elaborar o Projeto Pedagógico planejamos o que temos que fazer, de realizar tendo como referência à própria realidade que temos, prevendo um futuro mais participativo e promissor, conforme as palavras de Gadotti:

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente à determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.(1994 , p.579)”.

Romper com alguns aspectos da escola que temos e rever novos, pressupõem perceber a riqueza de conhecimentos trazidos por alunos e alunas de diferentes meios, de várias comunidades para serem mesclados com os saberes sistematizados, científicos, eruditos do mundo acadêmico. A ciência passa por processos de transformação e aperfeiçoamento a todo instante, não existe apenas uma verdade absoluta, imutável, ninguém é dono do saber e tão pouco ele é esgotável. Ele constrói-se a cada dia, nas interações do homem e meio ambiente, numa cadeia interdependente de ação, reflexão e ação, onde apenas os seres humanos possuem poderes cognoscitivos do conhecimento, que só será validado se corresponder as exigências humanas, se valer para melhorar as condições de vida dos seres.

### **3.4 O projeto político Pedagógico e a lei 9394/96**

A lei maior da Educação brasileira estabelece com responsabilidade e expressão de autonomia da escola, a elaboração do projeto político pedagógico. Essa era uma reivindicação de muitos educadores brasileiros, desde a década de 60, que não consideravam mais seu porvir como dependente do acaso, da providência divina ou das circunstâncias. Estabelecer em lei que a escola deve, ela própria, elaborar seu projeto pedagógico é reconhecer-lhe à capacidade de projetar autonomamente seu futuro .

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96, evidencia nos artigos 12,13 e 14 a construção do projeto político pedagógico por parte do quadro docente e o corpo técnico administrativo da escola . Vejamos os artigos:

**Artigo 12** - os estabelecimentos de ensino, respeitados as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

**Artigo 13** - os docentes incumbir-se-ão de:

I – Participar da elaboração da Proposta pedagógica do Estabelecimento de Ensino;

**Artigo 14** - os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

O Artigo 12 - determina quanto à elaboração execução da proposta pedagógica por parte da escola, evitando que sejam construídos projetos com fins meramente burocráticos ou ações imediatas, para cumprimento de tarefas exigenciais. Todavia, sua execução precisa ser posta em prática cotidianamente, através das atividades escolares e extra escolares, realizadas por um processo participativo de ação e reflexão.

No artigo 13- vimos a incumbência dessa tarefa ao professor(a) que é um dos elos indispensáveis para que a proposta se efetive e seja seguida, numa relação cotidiana e dialógica do processo ensino-aprendizagem. O professor(a) precisa de um norte para desenvolver sua docência, construindo na inter-relação com os demais atores educacionais- caso contrário, sua ação converge a um reducionismo pedagógico, permeado de atos isolados, não interativos.

O Artigo 14 – vai mais além, configurando o projeto pedagógico, como um caminho para a gestão e autonomia da escola. Entretanto peca, ao preconizar a construção desse projeto

aos “profissionais da educação” omitindo o caráter participativo dos diversos segmentos da comunidade ao qual a escola se insere, principalmente dos educandos a seus familiares, que são os agentes diretos dessa ação-interação como afirma Bussmann (1995, p.43).

“(...) na organização escolar, que se quer democrática, em que a participação é elemento inerente a consecução dos fins, em que se buscam e se desejam práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, lideranças e vontade firme para coordenar dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução”.

Embora tenha um grupo que coordena as ações do Projeto Pedagógico, geralmente a coordenação pedagógica, como supervisores e orientadores escolares, juntamente com o diretor, cabe à comunidade, construir esse processo, que é de vital importância para a re-significação da vida escolar, como princípio de mudança, na busca de melhores condições de conhecimento, que reflita a realidade social, comunitária e realidade escolar dos atores que compõe essa ação, como forma de resgate pessoal e identitário, visando uma gestão participativa, onde as pessoas participem de várias maneiras, em diversas situações, em diversos estágios com maior ou menor intensidade, dependendo do nível de engajamento ou de envolvimento no setor, no caso, a escola.

A escola precisa cultivar ambientes de trabalho, pautada numa filosofia participativa, tendo presente o exercício da liberdade e da autonomia. Liberdade que necessita da convivência com os outros para constituir-se que só se efetiva na diversidade. Liberdade que necessita de limites para ser aprendida e exercida, expressada em cada um e em todos na construção do projeto nesse sentido, construir e executar o projeto pedagógico da escola, deve ocorrer de forma natural, comprometida com os objetivos e metas que se propõe cada educandário e não simplesmente por questões normativas do sistema nacional ou determinações burocráticas das gerências educacionais.

O projeto político pedagógico deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão, para uma determinada sociedade.

“A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (Saviani 1983, p. 93).

Político e Pedagógico são indissociáveis, como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas escolares. Na dimensão política reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e suas intencionalidades.

### **3.5-O projeto educativo**

O autor João Barroso, em seu texto “fazer da escola um projeto”, respalda-se em um projeto de empresas para explicar um projeto de escola, ou seja, estabelece as semelhanças e diferenças existentes nos mesmos. Utiliza a teoria administrativa de Henry Fayol, surgida no início do século passado, apresentando o projeto como etapa de planificação estratégica que consiste no processo de conceber alternativas para um futuro melhor, desejado e os meios para alcançá-lo, através de práticas reflexivas que iluminem as ações presentes à luz de futuros promissores e bem melhores.

Fazendo um paralelo da planificação com o setor educacional, observa-se que a escola precisa conhecer com mais profundidade seu ambiente interno e externo, observando seus avanços e retrocessos, a fim de identificar pontos fortes, vantagens e desvantagens em seu processo formador, partindo de um diagnóstico da realidade a fim de traçar ações significativas, que correspondam aos objetivos propostos pela comunidade escolar com vistas a uma melhor organização e definição de papéis dos atores do processo ensino-aprendizagem.

Com esse propósito delineia-se um projeto educativo que oriente, trace diretrizes para a organização, funcionamento e gestão das unidades escolares, contemplando suas diversidades estruturais e funcionais, apresentando-se como um projeto global e normativo de todas suas ações. Entretanto, há de se observar as singularidades, verificando em que contexto se insere, a que sistema pertence e que dependência possui para a garantia de sua

legitimidade. Como exemplo dessas diferenças, o autor destaca que em alguns países do continente Europeu, o projeto adquire um valor próprio enquanto instrumento da administração, para uma renovação pedagógica da instituição escolar, enquanto que para outros, corresponde à missão, visão, elaboração de valores que, o administrador deve ter durante sua gestão. Isso ocorre em alguns países anglo-saxônicos, onde não há política específica de institucionalização de projeto educativo.

### **3.6 Estrutura Organizativa de um Projeto de Escola**

Após definido o que é um projeto educativo, seus objetivos e a que público se destina, precisamos elucidar mais concretamente, quais os passos ou qual o percurso a seguir para que possa tornar-se mais esclarecedor e prático. A intenção não é formular modelo receituário, pois viria de encontro aos objetivos do projeto, dentre eles a singularidade, mas oferecer pistas, caminhos para as escolas que queiram se enveredar nesse processo. Continuaremos tomando por base, o texto do autor Barroso, que utiliza como referência algumas escolas portuguesas.

O autor apresenta o ciclo de elaboração do projeto de escola, que vai da gênese ao desenvolvimento do projeto, numa ação contínua de processo e de produto. As etapas que compõe este ciclo são: gerar, definir, gerir e avaliar o projeto.

#### **3.6.1- Gerar um Projeto**

Para gerar um projeto de escola, é necessário que a coletividade, se disponha a esse fim, agregando princípios, valores e políticas, de caráter pessoal, local regional e nacional, na busca de possíveis soluções para os problemas do educandário. É um processo indutivo que surge da necessidade da escola realizar sua missão enquanto instituição social e de serviço público.

Os princípios, valores e políticas que alicerçam o projeto de escola são determinados pela natureza e especificidade do ato educativo, através da escola, numa reflexão coletiva, através de um diagnóstico.

A primeira etapa do projeto de escola é o diagnóstico que consiste numa reflexão coletiva sobre a realidade da escola e seu contexto. É o confronto entre a situação que vivemos e a situação que queremos. É um registro avaliativo dos dados constatados do que é positivo e do que se pode melhorar, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da instituição escolar.

Esse processo não se faz por voluntarismo ou desordenadamente, seu gerenciamento cabe ao diretor da instituição educacional ou pelo conselho gestor, com o apoio do colegiado escolar e da comunidade, sendo refletido e construído com a participação de todos. Caso não se proceda assim, não pode ser considerado um projeto de escola.

“Portanto, o projeto de uma escola é fruto da projeção arquitetada por todos os envolvidos com o processo educativo, considerando que é na prática que a teoria tem seu nascedouro, sua fonte de desenvolvimento e sua forma de construção, e é na teoria que a prática busca seus fundamentos de existência e reconfiguração” (Veiga, 2001, p.57).

Construir um processo de gestão participativa, com diferentes concepções ideológicas, como é o caso dos membros que compõe a comunidade escolar não é tarefa fácil, mas também não é impossível, se levar em consideração que são as diferenças que se completam, porém precisa de consenso, de liderança por parte de quem coordena as ações, de diálogo permanente, de conhecimento e formação na elaboração e operacionalização de projeto.

### **3.6.2-Definir um Projeto**

Após o mapeamento da situação, fornecido pelo diagnóstico, passa-se ao ato conceitual, extraído das reflexões dos diferentes membros da escola, através de seus princípios, valores e políticas, que por sua vez, influenciarão e serão influenciados pela ação da escola, determinando o grau de autonomia de suas ações. É nesse momento que se define os pressupostos sobre educação (filosóficos, epistemológicos, sociológicos e didático-pedagógicos), metodologia de ensino, currículo e avaliação. É aqui também que se define o rumo, a identidade, a visão de mundo, as projeções de futuro, os objetivos e compromissos da comunidade escolar.

Após o mapeamento da situação, fornecido pelo diagnóstico, passa-se ao ato conceitual, extraído das reflexões dos diferentes membros da escola, através de seus princípios, valores e políticas, que por sua vez, influenciarão e serão influenciados pela ação da escola, determinando o grau de autonomia de suas ações. É nesse momento que se define os pressupostos sobre educação (filosóficos, epistemológicos, sociológicos e didático-pedagógicos), metodologia de ensino, currículo e avaliação. É aqui também que se define o rumo, a identidade, a visão de mundo, as projeções de futuro, os objetivos e compromissos da comunidade escolar.

Ao definir um projeto, evidenciamos o seu conteúdo, os conceitos e as características, transformando-o num documento orientador das metas e estratégias da escola. Dentre essas características o autor Barroso evidencia três:

■ O projeto de escola deve traduzir-se num documento escrito (claro, sugestivo, eficaz) que irá constituir uma referência interna para todo o estabelecimento de ensino, e um meio de afirmação para o exterior;

■ O projeto deve estar orientado para a ação, permitindo desenvolver a partir dele a planificação de médio e curto prazo. De certo modo, ele reproduz, no interior do estabelecimento de ensino, a conhecida fórmula “pensar globalmente, para agir localmente”. O projeto deve ter orientações gerais que depois são operacionalizadas setorialmente de acordo com a organização interna da escola: do curricular às atividades socioeducativas, da animação interna às relações com o meio envolvente, dos departamentos disciplinares aos serviços administrativos, das atividades de ensino e aprendizagem dos alunos, à formação dos professores, etc.

■ O projeto deve estar centrado na função principal da escola (a educação e ensino dos alunos) apresentando os princípios, os elementos de diagnóstico, as estratégias e as metas que permitirão à escola realizar a sua missão, tendo em conta as normas nacionais, a especificidade do estabelecimento de ensino e do meio, os interesses e as estratégias dos diferentes atores.

Para a efetivação dessas características e para a construção do projeto em si, faz-se necessário a dinamização do processo, através da definição de uma metodologia que

envolva o público participante e desvele a situação-problema em foco. Mas para isso, é necessário que a escola, disponha de um fio condutor que evidencie a problemática, para a definição de objetivos e estratégias que levem à solução dos problemas propostos, a fim de otimizar o processo.

### **3.6.3-Gerir e avaliar o projeto de escola**

Continuando o ciclo de elaboração do projeto de escola, chega-se finalmente ao momento de sua execução, onde os desejos, os objetivos e as metas, tornam-se ações concretas. É neste espaço que os princípios, os valores e as políticas se efetivam, para modificar a realidade existente, diminuindo a distância entre o diagnóstico e o ato conceitual. É o momento da gestão.

Seguindo os pressupostos do autor, que embasa esse capítulo, torna-se necessário que se atente para três observações, concernentes à gestão do projeto:

1 - Evidencia-se que o projeto não é um plano de ação mas que pode ser desmembrado em planos operacionais, em princípios anuais, seguindo os objetivos e estratégias do macro projeto e que por sua vez, pode desdobrar-se em micro projetos, de caráter individual ou coletivo, desde que se preserve a coerência e o funcionamento global da escola. Para elaborar esses planos operacionais é necessário seguir a estrutura normal de qualquer planificação, tendo presente: definição de objetivos, atividades a serem desenvolvidas, identificação de recursos (humanos, técnicos e financeiros), estratégias utilizadas, gestão e monitoramento das ações;

2 – Outra observação a destacar é que se o projeto foi construído de maneira coletiva é justo que sua operacionalização seja gestada de uma maneira participativa, através de uma liderança eficaz, por parte de todos os envolvidos no processo, não cabendo aqui a representatividade;

3 – A terceira observação, ressalta a importância do domínio de conhecimento de técnicos de gestão, planificação e animação de grupos para a elaboração e operacionalização de projetos, principalmente por parte de seus condutores que passam por momentos de



formação antes , durante e depois do processo, através de constantes exercícios de ação-reflexão. Isso implica dizer que todo projeto de ação é sempre um projeto de formação.

Quanto à avaliação evidenciada no início deste tópico é de fundamental importância que a escola monitore os encaminhamentos dados ao projeto. O monitoramento consiste na verificação de que, os caminhos coletivamente estabelecidos estejam sendo seguidos, caso não estejam, uma redefinição se fará necessária.

A avaliação tanto formativa, quanto somativa possibilita proceder a revisão sistemática do projeto durante seu percurso, a fim de detectar os avanços e retrocessos surgidos. É a reflexão transformada em ação que impulsionará a novas reflexões.

“... a ação necessita ser avaliada a revista coletivamente, a fim de que o seu “ tónus” possa ser mantido ao longo do tempo que durar a ação. O método da ação ação-reflexão é uma necessidade para a realização o mais próximo possível do desejado, como meio de autodesenvolvimento”.(Luckesi, 1996, p.165)

O processo avaliativo deve ser o elo que interliga as partes ao todo, através de um acompanhamento contínuo de revisão da ação, para revitalização e ajustes, impedindo o comodismo e a imutabilidade do projeto, que precisa satisfazer às necessidades da coletividade em suas constantes mutações.

Tanto o projeto político pedagógico ou projeto educativo, não importa que denominação receba, são ferramentas que possuem as mesmas finalidades, onde a escola pode lançar mão, com o intuito de ressignificar seu cotidiano, tornando-o mais dinâmico, pois a realidade é dinâmica, mais objetivo em suas práticas e subjetivo nas suas relações interpessoais, de enaltecimento do ser, que se encontra em processo permanente de construção, sendo necessário registrar essa história, através de uma gestão compartilhada, com todos que interagem direta ou indiretamente, com o povo, com os sindicatos, com as diversas organizações, com as culturas, com o mundo.

O projeto não é um fim em si e nem se esgota no contexto institucional, mas é um ponto de partida e quem sabe de chegada, para a promoção de uma nova escola, que reflete e busca

novos caminhos para o ato educacional. Talvez não seja a solução para todos os problemas da educação mas pode torna-se um instrumento de mobilização de professores (as), pais alunos (as) e comunidade, para a reformulação da estrutura escolar com a revisão da proposta curricular, do regimento, da sistemática de avaliação, etc. Colocando a baixo a departamentalização setorial , a hierarquia e a burocracia que separam e erguem barreiras, entre a escola e a comunidade. Se o projeto não favorecer à aproximação de seus atores e a uma educação mais humanizadora, torna-se inútil e descaracteriza-se como um projeto educativo, servindo somente como mais um documento inoperante para constar nos arquivos escolares e satisfazer o sistema.

### **Conclusão**

O contexto do projeto político pedagógico, apresenta-se bastante diferenciado, ou melhor complexo, onde um projeto por si só, não dará conta, se seus atores não tiverem envolvidos ou dispostos a vivenciá-lo, em suas múltiplas dimensões. Mudam-se as teorias filosóficas, as leis educacionais, os regulamentos mas se não tiver abertura para mudanças, o processo não avança. O indivíduo precisa encarnar o projeto, pois não é a feitura de um documento que garantirá o seu sucesso, mas a adesão de seus co-autores, em incorporar, pôr em prática a teoria descrita. O verbo precisa se hominizar, para nascer e renascer nas práticas educativas do cotidiano, tendo sempre presente a cíclica que envolve todo projeto de ter início, meio e fim, mas que pode renovar-se a cada dia, interferindo no percurso da história que é feita de ser para ser.

## **IV– Problemática e Metodologia**

### **Introdução**

A metodologia nos mostra caminhos, que precisam ser trilhados para se chegar a um determinado fim. No caso específico dessa pesquisa se buscou instrumentos que favorecessem essas informações, sendo subsidiadas pelas entrevistas semi-estruturadas ou semi-diretivas que auxiliaram no processo de recolha de dados, que posteriormente passarão por um processo de análise, para verificação e comprovação das hipóteses (se houver). A abordagem qualitativa apoiou esse processo que encontra suas raízes no campo antropológico e cultural, nas relações de homem e mundo.

A metodologia a ser utilizada, se embasará nas características de uma metodologia Emergente, com construção de conhecimentos subjetivos, obedecendo aos quatro modelos de investigação educativa, defendida por Gaston Pineau: Quem? O quê? Como? Por quê? É a metodologia da quebra de paradigma clássico e objetivo, onde o pesquisador era o detentor do conhecimento, mantendo uma postura neutra diante do objeto pesquisado, para que não houvesse interferência nos resultados a serem alcançados.

### **4.1 Abordagem qualitativa**

O paradigma qualitativo se constituirá na abordagem desse objeto de pesquisa, por se tratar de um fenômeno eminentemente subjetivo, onde serão analisadas questões educacionais, descritas através de seu projeto político pedagógico, versado por intermédio de seus atores sociais, levando em consideração suas intenções, expectativas e ações, na busca do resgate histórico, contextual e identitário da escola, como forma de desvelar e de projetar sobre a realidade.

A pesquisa qualitativa, apresenta raízes no campo da Antropologia, através do método etnográfico, com o estudo da cultura como apreensão de seus significados, onde os pesquisadores perceberam que as informações sobre a vida dos povos eram muito peculiares e não poderia ser medida quantificada, através de dados objetivos. Nesse sentido também a pesquisa educacional lança a mão desse atributo, uma vez que para compreender

seus “atores” precisa conhecer o seu ambiente, seu contexto, suas relações, seus costumes, suas manifestações e isso se traduzem na cultura real de cada ser, onde se torna impossível compreendê-lo isolado de seu meio físico, social e inter relacional. Essa ação, no projeto educativo, constitui-se como ponto de partida, sendo concebida como o diagnóstico da realidade.

“A abordagem fenomenológica, como a hermenêutica, é holística e tenta por meio da empatia entender os motivos subjacentes às reações humanas. Ao ampliar a perspectiva e procurar compreender os seres humanos como indivíduos em sua totalidade e em seu próprio contexto” ( Santos Filho,2002, p.35).

Para entender mais sobre esta abordagem que embasa esta pesquisa, faz-se necessário, conhecer os pressupostos teóricos que ela se fundamenta, como forma de compreender os caminhos traçados pelo pesquisador, na busca do desvelamento do objeto.

#### **4.2-Diversidade Teórico Qualitativa**

A pesquisa qualitativa, surge na década de 70 em oposição à concepção positivista nas Ciências Sociais, que privilegiava a observação, a neutralidade do pesquisador frente ao objeto pesquisado e a objetividade de resultados. Desde então, vários teóricos tentam classificá-las, conforme às generalizações e especificidades do objeto em estudo. Para Habermas(1971) há três tipos de conhecimento: o conhecimento empírico analítico, centrado na compreensão do mundo físico; o conhecimento hermenêutico e histórico, interessado no significado e compreensão dos eventos históricos e o conhecimento crítico, orientado para a exposição das condições de opressão e dominação. Burrell e Morgan(1979) distinguem quatro paradigmas sociológicos: o funcionalista, o interpretativo, o humanista radical e o estruturalista radical sendo utilizado por esses teóricos para análise das teorias das organizações. Trivinos(1987) evidencia três bases teóricas para a pesquisa: a estrutural funcionalista, a fenomenológica e a materialista dialética. Hoshmand(1989) define três paradigmas: o naturalístico-etnográfico, o fenomenológico-hermenêutico e o cibernético.

Diante da heterogeneidade das concepções teórico qualitativas, percebe-se similaridade entre alguns teóricos e algumas diferenças entre outros. Em parte, isso decorre pelo tipo de abordagem que o pesquisador se apóia para compreender a especificidade do objeto a ser

analisado. E nossa intenção ao descrever esse tópico, não se restringe a definir que tipo de pesquisa representa melhor o enfoque qualitativo, mas localizar nesses enfoques a que melhor se encaixa no objeto deste estudo por se tratar de um fenômeno social, especificamente educacional, pois algumas dessas teorias foram focadas para o campo educacional como Mac Donald(1975), Giroux, Penna e Pinar(1981) aplicaram-nas às teorias do currículo; Zeichner(1983), ao currículo para formação de professores; Blackledge e Hunt(1985), à sociologia da educação; Foster(1986) e Deblois(1988), às teorias de administração educacional; Carr e Kemmis(1988), às teorias do ensino, etc.

Diante de um objeto de pesquisa tão complexo, como o projeto político pedagógico, que para sua construção e efetivação buscará apoio nas diversas áreas do conhecimento, tendo em sua maioria as ciências da educação, como aporte para a compreensão do homem e o mundo, através de suas relações num determinado espaço e tempo. Com isso, torna-se impossível delimitar uma única teoria que atenda a complexa e dinâmica realidade educativa que se processa no interior e exterior à escola, pois como já foi elucidado em capítulos anteriores, o projeto é uma construção coletiva que parte de uma certa realidade(antropológico-cultural) que define um certo perfil de cidadão a formar(político-filosófico), como vive na comunidade, sociedade(sociologia) que conhecimentos são essenciais para a sua formação à nível pessoal, intelectual, social e profissional (psicopedagógico, didático, econômico e outros) pois projetar é lançar-se ao futuro, é prever meios que possibilitem ações que levem o indivíduo a se desenvolver em todas suas potencialidades, num determinado espaço e tempo que definiria como histórico e dialético.

A abordagem qualitativa fenomenológica de natureza histórico estrutural dialética, utilizada por Bogdan, apresenta cinco características fundamentais que favorecem o estudo do objeto com maior profundidade. E à medida que essas características forem apresentadas, se fará uma correlação com o objeto de estudo em questão:

1ª) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.

O enfoque fenomenológico e o materialismo dialético evidenciam a importância do ambiente como fator que influencia na personalidade, problemas e situações existenciais

do sujeito. Entretanto existem diferenças nessas relações e a concepção de meio. Por um lado, esse contexto não é só cultura(fenomenologia) e também não é só realidade complexa e ampla com infra-estrutura e super estrutura(materialismo dialético). Ambas são indissociáveis e se vinculam a realidades sociais bem maiores. Cabe então ao pesquisador, perceber e analisar essa realidade ampla e complexa do real social.

Uma das características para a construção do projeto pedagógico é que ele parte de seu meio sócio-cultural, do contexto onde se insere a instituição educacional, para que de posse dessas informações se efetivem as ações, levando em consideração as aspirações, os valores, as metas e os objetivos, confrontando-os e ajustando aos mecanismos globais da sociedade, onde ora se é protagonista e ora se é coadjuvante no sistema.

## 2ª) A pesquisa qualitativa é descritiva

Tanto a fenomenologia quanto a histórico-estrutural dialética são abordagens descritivas que nas suas diversas formas, trabalham com dados ou fatos , tirados do próprio contexto, com o propósito de ressignificá-lo através de narrativas, ilustrações, declarações de pessoas, documentos, fragmentos de entrevistas, etc. Captando não só a aparência do objeto em estudo como também a sua essência e possíveis conseqüências para a vida.

A descrição permeia todo o trajeto do projeto pedagógico, da concepção à ação, onde são registrados passo a passo os percursos feitos, seja em ações isoladas ou coletivas, com o intuito de sistematizar e formatar as idéias a nível teórico-metodológicos, de objetivos, de estratégias, de organização, de avaliação,etc.

## 3ª) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto

Um dos princípios norteadores da pesquisa qualitativa é que ela repousa na subjetividade, constituindo-se em processos contínuos de elaboração e reelaboração de conceitos, princípios, valores e ações do sujeito que não se encerra num fim. Por mais que se trace objetivos ou metas para uma determinada ação, ainda assim é necessário ter cautela quando se tratar da questão subjetiva, pois os indivíduos estão em processo, são imprevisíveis, não

estão prontos e acabados mas constroem-se a todo momento, durante toda a vida. Por isso fica difícil objetivar resultados, produtos finais mensuráveis de quantificação como ocorre numa abordagem positivista que prevê resultados satisfatórios e imediatos, não importando como, sob pena de não serem considerados científicos.

Ao elaborar um projeto, já se tem a intenção onde se quer chegar, que meios a utilizar, com o propósito de alcançar os objetivos estabelecidos. Entretanto não é só o resultado que interessa, mas todo o trajeto realizado, as conquistas, as perdas, os erros e acertos que servem como parâmetros para uma nova opção. Nesse sentido o processo em si é muito mais importante que sua terminalidade, principalmente em se tratando de projeto pedagógico, onde não há um ponto final, pois educação é um processo contínuo e permanente, sendo feito e refeito por diferentes agentes sociais.

#### 4ª) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente

Nas abordagens que vêm sendo evidenciadas, ambas partem de um fenômeno social. Todavia apresentam diferenças fundamentais. Para a abordagem fenomenológica os significados, a interpretação, surgem da percepção do fenômeno visto num determinado contexto e para a abordagem com raízes no materialismo dialético, o fenômeno tem sua própria realidade fora da consciência, sendo real, concreto e por isso é analisado indutivamente. Mas essa base indutiva, remete a uma outra mais abrangente, mais complexa, que só alcança a validade à luz da prática social, apresentando-se como um processo dialético indutivo-dedutivo.

Fazendo referência ao projeto pedagógico, que surge de um contexto, consubstanciado por sua teoria de base e que precisa do aporte de outros segmentos da esfera da sociedade para legitimação, ou seja, se parte de uma ação indutiva para uma dedutiva, compreendendo o fenômeno em sua totalidade, onde as partes convergem para o todo e o todo se representa nas partes, como se fosse uma cadeia de um único tecido.

#### 5ª) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa

Um dos pressupostos da pesquisa qualitativa, é sua profundidade na análise de fundamentos com relação à vida das pessoas, na busca de seus significados holísticos. O estudo fenomenológico privilegiou esta análise, devido os significados que os sujeitos davam aos fenômenos, decorrentes de seu meio cultural. Já a pesquisa histórico-estrutural, dialético não se restringiu somente à compreensão dos significados mas procurou explicá-los através de suas causas de existência, suas relações, nos diversos meios culturais, colocando a pessoa como ser social e histórico.

Esse item se evidencia no projeto pedagógico como linha norteadora de toda a ação do processo, pois a questão não é seguir determinados passos e elaborar o projeto, a questão fundamental é o que isso significa para a comunidade escolar a nível epistemológico, sociológico, pedagógico, psicológico e tantos outros “ógicos”. O que este instrumento provoca de fato para a organização e para a melhoria de vida das pessoas? É necessário buscar a essência, o significado do fenômeno, conjugados nas interações sociais.

### **4.3-Coleta de dados**

O processo da pesquisa qualitativa, não se apresenta com visões estanques, parceladas ou isoladas do fenômeno mas em constante interação com as diversas partes, retroalimentando-se, adaptando-se e reformulando-se constantemente, como forma de compreender o objeto em suas múltiplas dimensões, convergindo para uma apreensão unitária e integral das partes e do todo.

A pesquisa qualitativa, utiliza os mesmos instrumentos ou técnicas de coleta de dados que a pesquisa quantitativa, porém o enfoque para a mensuração dos dados é que pode variar, por exemplo um questionário com perguntas fechadas, fica mais fácil de tabular e obtém-se dados quantitativos precisos, já o questionário com perguntas semi-diretivas ou abertas, a análise sobressai sobre o processo e o produto do objeto em estudo, apresentando uma validade preditiva, comprovada pelos resultados objetivos num tempo futuro. Normalmente o pesquisador qualitativo considera sua participação e a do sujeito como elementos de seu fazer científico, sendo dada atenção especial ao informante, às anotações de campo e ao



observador pois segundo Dilthey “...a sociedade é o resultado da intenção humana consciente e que as inter-relações entre o objeto pesquisado e o investigador são inseparáveis; portanto, não era forma de se distanciar dos eventos da vida para , com isso, descrever o que significam.” Com base nessa perspectiva:

“Os seres humanos são ao mesmo tempo sujeito e objeto de investigação nas ciências sociais e o estudo do mundo social é, em essência, o estudo de nós mesmos.” (Smith, 1983:35)

Diante da multiplicidade de recursos que o pesquisador qualitativo lança a mão para a coleta e análise dos dados, encontra-se a técnica da triangulação(Triviños,1987) que objetiva compreender o fenômeno em sua máxima amplitude descritiva e explicativa, partindo do princípio que é impossível conceber a existência do fenômeno fora do contexto social, sem suas raízes históricas e culturais, desvinculadas de um sistema macrosocial.

Esta técnica, conjuga três suportes analíticos centrados no:

- Processos e produtos centrados no sujeito;
- Elementos produzidos pelo meio dos sujeitos;
- Processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-sistema, onde se inserem os sujeitos.

O primeiro enfoque enfatiza os processos e produtos elaborados pelo pesquisador, através das entrevistas, realizadas com os atores sociais que participaram da construção do projeto político da instituição.

Nos elementos produzidos pelo meio, evidenciam-se os documentos produzidos, no caso o projeto pedagógico, como documento oficial e identitário das ações escolares, com vistas a dinamizar o processo curricular, metodológico, de diretrizes e filosófico da organização escolar.

A terceira perspectiva, processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro sistema da qual o sujeito pertence, evidencia os modos de produção que determina a vida das pessoas numa dada sociedade, no caso específico do Brasil, o capitalismo de certa forma dependente dos países de primeiro mundo, com uma dívida

externa muito elevada que, somente seus juro, dariam para oportunizar acesso e permanência à educação básica a uma grande maioria de brasileiros, analfabetos que não tiveram a oportunidade de frequentar escola. Esse caso é típico das regiões Nordeste e Norte do país, onde as desigualdades sociais são mais acentuadas, confirmando os contrastes econômicos, sociais, políticos e culturais, presentes num mesmo país.

Para compreender melhor o fenômeno em estudo, com o propósito de dar-lhe validade e confiabilidade, torna-se necessário fazer a recolha dos dados ou materiais, junto as pessoas que participaram da elaboração do projeto político pedagógico, da Escola Família Agrícola do Pacuí, onde os primeiros contatos foram feitos informalmente em novembro do ano passado (2002) para verificação *in locus* da realidade a ser pesquisada, do público participante do projeto, para melhor definição do tipo de técnica que mais se adequaria à obtenção de dados e para passar informações à respeito da pesquisa, com o intuito de promover parceria entre pesquisador e o público envolvido.

A Escola Família Agrícola do Pacuí, situada na zona rural do município de Macapá, apresenta características marcantes de público, metodologia, currículo, paisagem geográfica, fatores sócio-econômico e culturais que a diferem por oferecer uma educação voltada para as características regionais de homens e mulheres amazônidas, ressaltando uma consciência preservacionista e de valorização do meio, tendo como aporte a Pedagogia da Alternância que parte dos saberes tradicionais e empíricos para os saberes sistematizados e acadêmicos, seguindo a filosofia dos Centros de Formação Familiar em Alternância(CEFFA's) que encontra suas raízes vinculadas ao movimento francês das Maisons Familiales Rurales(MFR's) na década de 30, no século passado. E para o registro dessa história, a partir de 2000 a escola resolve escrever seu projeto político pedagógico, como forma de sistematizar suas ações e dar uma identidade própria ao processo ensino-aprendizagem que ali se desenvolve. Essa ação foi reforçada, pela obrigatoriedade da Lei de Diretrizes e Bases de Educação 9394/96 em seus artigos 12,13 e 14 que preceitua a elaboração de propostas pedagógicas, como forma de organização e autonomia escolar dos estabelecimentos de ensino.

Daí então, surge nosso interesse em conhecer mais essa proposta desafiadora que se traduz na concepção de execução do projeto pedagógico, alavancada pela participação e interação

de diferentes atores que comungam do processo, cabe aos especialistas, técnicos em educação e quando muito, a uma certa representatividade de docentes, configurando num documento burocrático, feito apenas para satisfazer exigências legais e para constar nos arquivos, como afirma VEIGA “O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola” (2002, p.13). É com esse propósito, que pretendemos verificar como ocorreu esse processo na escola, como se organizaram? Quem participou de sua elaboração e se o mesmo está sendo posto em prática? Essas são algumas inquietações que pretendemos desvelá-las no decorrer da pesquisa e no processo de análise dos dados. Antes porém, precisamos definir o público envolvido e a técnica a ser utilizada.

#### **4.4-Atores Sociais envolvidos no processo**

Em visita feita à escola, para contatos e acordos, foi feita a escolha do público participante da pesquisa que constou de cinco pessoas, sendo: a coordenadora-diretora, a assessora pedagógica(supervisora) e três monitores(professores), sendo dois da área técnica(agrônoma e técnico agrícola) e uma da base comum(professora de Ciências). A escolha deu-se em função, de serem os únicos remanescentes de uma proposta que vem sendo construída desde 2000 e que devido à grande rotatividade de monitores, ocasionada pelas múltiplas atividades desenvolvidas numa Escola Família, onde além de dar aulas, os monitores acompanham o/a jovem em seu cotidiano, no internato, como orientadores e colaboradores de sua formação. Isso tudo somada às condições de vida enfrentada na área rural, com problemas seríssimos de transportes, estruturas físicas inadequadas, baixos salários e tantos outros que se apresentam como desafios para o profissional da educação do campo.

Spradley (1979) apresenta algumas características para a escolha de um bom informante, quando se tratar de estudo de um fenômeno social vinculada ao desenvolvimento de uma comunidade ou atividade específica:

-Antiguidade na comunidade e envolvimento desde o começo no fenômeno que se quer estudar. Todos os pesquisadores se enquadram neste item, inclusive alguns estão há mais

de dez anos acompanhando as atividades da escola e podem falar com exatidão do antes e do depois do projeto pedagógico.

-Conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que tem envolvido o foco em análise; Este item reforça o primeiro, uma vez que todos os entrevistados vem acompanhando o processo desde a sua origem, dos primeiros contatos com técnicos para capacitação, palestras e cursos dentro e fora da escola.

-Disponibilidade adequada de tempo para participar no desenrolar das entrevistas e encontros;

Esta característica é necessária para o desenrolar da pesquisa, porém se apresenta como entrave, pois o tempo dos entrevistados é exíguo, diante das inúmeras atividades desenvolvidas, principalmente quando se trata de monitor(a). Isto sem falar nos contratempos que surgem, obstaculizando a coleta de informações.

-Capacidade para expressar especialmente o essencial do fenômeno e o detalhe vital que enriquece a compreensão do mesmo;

Pode acontecer do entrevistado não ser objetivo no repasse dos dados, fica com rodeios ou é muito detalhista ao expressar coisas do fenômeno. Convém ao pesquisador ser hábil na condução do processo, retomando o fio condutor das perguntas.

Por se tratar de um pequeno grupo de pesquisados, não foi feita uma seleção tão criteriosa para a escolha, uma vez que todos que participaram do projeto se dispuseram a colaborar com a pesquisa, dentro de seus limites de tempo e espaço, concorridos nas múltiplas tarefas do cotidiano. O espaço para a realização da coleta, ficou definido na própria escola, porém em decorrência de lidar com um público muito atarefado, só foi possível uma entrevista na escola, as outras foram realizadas nas residências dos pesquisados e na sede do Regional das Escolas Famílias do Amapá (RAEFAP) no qual desempenho a função de assessora pedagógica.

#### **4.5-As Entrevistas**

A entrevista encontra-se presente nas diversas ações do cotidiano. Seja quando assistimos a filmes policiais, principalmente quando o investigador precisa desvendar um caso, em programas jornalísticos em que o repórter entrevista seus interlocutores, quando se busca um emprego, quando os pais interrogam seus filhos querendo saber o que ocorreu na escola etc. Toda a entrevista consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de um certo ato social comum à conversação. De certo, cada um de nós já foi entrevistador ou entrevistado alguma vez, ou todos ouvimos entrevistas constantemente, nos atos mais corriqueiros do dia-a-dia. Porém para a entrevista que busca estudar um fenômeno social, com validade científica, faz-se necessário definir o tipo de entrevista que melhor se adequa ao estudo, e seguir certos critérios de coleta e análise de dados.

No enfoque qualitativo as entrevistas podem ser classificadas em estruturadas, semi-estruturadas e a livre ou aberta:

\*As entrevistas estruturadas são aquelas que apresentam questões previamente formuladas pelo entrevistador, onde não há liberdade de alteração dos tópicos e nem inclusão de questões frente às situações.

\*As entrevistas semi-diretivas ou semi-estruturadas, são as mais utilizadas na investigação social, por valorizar a presença de investigador e oferecer ao informante liberdade e espontaneidade necessárias à investigação, através de perguntas-guias, relativamente abertas. Esta modalidade de entrevista, constitui-se foco desta pesquisa, para apreensão do fenômeno em estudo.

\*A pesquisa livre ou aberta é utilizada no âmbito das histórias de vida, onde os investigadores utilizam um método de entrevista aprofundado, pormenorizado e com poucos interlocutores, deixando que o pesquisado discorra livremente sobre sua vida, enfocando os aspectos que mais interessam a pesquisa.

A entrevista semi-estruturada foi a técnica utilizada para a coleta de dados, devido permitir uma maior interação entre entrevistador e entrevistado, através da troca de informações de um dado fenômeno, no caso específico, o projeto pedagógico da EFA do Pacuí, sendo descrito por seus atores sociais, representantes do corpo técnico, administrativo e docente. Esse tipo de entrevista permite uma certa flexibilidade, na condução das informações, não exigindo dos entrevistados, rigidez e ordem de sequência nas informações repassadas. Porém o pesquisador precisa estar atento no encaminhamento do processo, evitando que o informante fuja do assunto ou direcione para outro. Por isso, é necessário ter sempre à mão um roteiro de entrevista, para auxiliar nas colocações, objetivando extrair e assegurar coerência nas informações.

## **Conclusão**

A metodologia utilizada nessa pesquisa, encontra na abordagem qualitativa, espaço e campo para desenvolver-se, pois o objeto de estudo fertiliza-se na intersubjetividade de seus atores e autores, vindo descrever, como o processo se efetivou, como o construíram e como o utilizam, através de suas práticas, transformando-os em processos e produtos, onde ora se efetivam como sujeitos, ora como objetos de um certo sistema, que tenta apagar sua identidade e cultura em prol da homogeneização, que transforma as diferenças em pontos comuns, desrespeitando a condição humana de fazer história.

## **V- Estudo Documental do Projeto Político Pedagógico da Escola do Pacuí**

### **Introdução**

O objetivo desse capítulo se propõe a analisar, a sistematização ou o registro do documento, do projeto político pedagógico da Escola do Pacuí, observando sua estrutura organizacional, coerência de conteúdo, quem interveio na sua elaboração(organização) e como se dá sua aplicabilidade, no decorrer do processo. Isso tudo, subsidiado, pelas informações contidas nas entrevistas e na teoria de base dessa pesquisa, o que proporcionará melhor compreensão de como de fato, ocorreu o processo de construção do registro do projeto político pedagógico da EFAP.

### **5.1-Visão do Contexto Escola Família**

Verificou-se que as pessoas que participaram da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola do Pacuí tiveram a preocupação de registrar de forma clara e coerente a finalidade da estruturação(e futuramente da efetivação) do projeto citado- “subsidiar as atividades pedagógicas, culturais, sociais, religiosas e administrativas onde a escola está inserida,...” Outro aspecto que merece registro é o de que os membros da Associação das Escolas Famílias da Escola Família Agrícola da Região do Pacuí- AFEFARP- apresentam como pretensão maior o estabelecimento de um intercâmbio entre a realidade interna e externa da escola, uma vez que assim estariam assegurados aos alunos e às alunas uma formação consistente e a permanência dos mesmos em sua comunidade.

Após a etapa de identificação, localização e histórico (onde se percebe a origem da Escola Família Agrícola), onde seus autores seguem numa linha dedutiva, partindo do mundial, adentrando no nacional, passando pelo regional, até chegar ao local, onde encontram-se a filosofia e as metas da EFA do Pacuí. No que concerne à filosofia adotada pela referida escola, nota-se que a mesma, como o seu próprio nome já diz, está centrada no cerne familiar, nas suas atividades diariamente realizadas, nas experiências que homens e mulheres vão adquirindo em seu dia-a-dia. Subtende-se com isso que em detrimento do intelectualismo(muito cultivado nas escolas da zona urbana) existente nas escolas, daria-se

vez à promoção integral do homem, passariam a serem valorizados as profissões das áreas primárias e secundárias da economia da comunidade do Pacuí.

Percebeu-se, também, que as EFA's possuem características muito peculiares e distintas de escolas com outra realidade(zona urbana); as EFA's caracterizam-se por estarem bastante voltada à relação teoria x prática, como se vê num de seus objetivos: "Desenvolver atividades educacionais, ajudando a aceleração do desenvolvimento do meio rural, sem perder seus valores históricos e culturais."

Outro aspecto de caráter relevante presente no PPP da EFAP identificado no decorrer destes estudos alude sobre o fato da referida escola não deixar à margem de seus interesses o aspecto político. Tal aspecto encontrou-se presente quando os filhos e filhas daquela comunidade eram preparados para a vida em sociedade, afim de que esses pudessem tomar consciência de seus direitos e deveres com o intuito de no futuro fazerem empreendimento no seu lugar de origem.

Concebe-se que é neste momento que emerge o processo pedagógico a ser adotado pela EFAP, o qual será denominado de Pedagogia da Alternância, considerada como uma pedagogia da dialética por fazer uso do plano de estudo como meio de(ação-reflexão-ação). Por esse motivo verifica-se que as famílias e as comunidades vão se tornar a base do processo educativo, como se pode observar no texto do projeto em voga: " O sistema Escola Família Agrícola deve ser um sistema de inter educação. Isso quer dizer, para todos(...)". Essa ação, adquire consistência e viabilizava-se, por meio de um conjunto de instrumentos metodológicos que originará o Plano de Formação do educando, constituindo-se num elemento indispensável para o processo de desenvolvimento das ações que ocorre no meio escolar e no meio sócio-comunitário.

## **5.2 Público envolvido no processo de construção do projeto**

No que tange à clientela da EFAP pode-se dizer que os alunos são filhos de agricultores que vem do próprio estado, do Pará e de alguns municípios vizinhos à comunidade do Pacuí. A maioria da clientela estudantil, é do sexo masculino, devido a especificidade do



curso oferecido pela escola “Técnico em agropecuária”, está ainda mais restrita a esse tipo de público.

Com referência à seleção dos funcionários daquela escola, os mesmos são contratados pela AFEFARP e estes profissionais devem mostrar-se comprometidos com o meio rural e com formação de conhecimento sobre a pedagogia adotada pela escola. Os profissionais que compõem o quadro funcional e que atuam mais diretamente com os alunos são os monitores, a assessoria pedagógica, a direção e o secretário escolar; onde os mesmos, além de exercerem ofícios à sua função, exercem outras atividades, inerentes ao cotidiano das Escolas Famílias.

O cerne da ação pedagógica, numa escola família é o trabalho conjunto e em parceria, onde a unidade, representa-se na coletividade de seus diferentes atores, nas diversas situações de espaço e tempo, através de um dinâmica formadora e integrativa, pautada numa relação vertical, que possibilita aprenderem uns aos outros. Seja na relação de monitor com monitor, de monitor com aluno, de aluno com aluno ou da escola, com a família e a comunidade. Esse tipo de relacionamento, enriquece e oferece mecanismos que tornam a aprendizagem mais significativa e comprometida, pois ocorre de forma conjunta e participativa, evitando atividades estanques e fragmentadas, onde cada um faz somente a sua parte. E enquanto o professor ou qualquer outro profissional, se preocupar somente com a sua disciplina, sua especialidade, esquecendo-se que faz parte de uma instituição, não será possível construir um projeto, pois uma de suas especificidades, reside no trabalho construído na coletividade.

Para que o trabalho se realize a contento e envolva a globalidade da escola, torna-se necessário que se defina objetivos e metas, que possam direcionar as ações a serem desenvolvidas, a longo, médio e curto prazo. E a EFA do Pacuí, estabeleceu ações a médio e longo prazo, algumas até, bastante longas e ousadas para a realidade do entorno como “90% dos monitores com residência na área de abrangência da Escola” ou “Sensibilizar anualmente 70% dos familiares dos alunos matriculados e da comunidade que residem”. São ações, não tão fáceis de serem realizadas, porém, com esforço, persistência e empenho da comunidade escolar e extra-escolar, pode vir a torna-se viável. E a escola precisa de

ousadia, de sonho e utopia para manter viva a inovação, o conhecimento, a descoberta de projetar-se ao novo e ao inédito.

### **5.3 Formação**

“Comprometida com a formação de construtores de novos conhecimentos...” Constitui característica fundamental da metodologia adotada pela escola, que se mostra sabedora da importância desse processo, para a continuidade e concretização de seu projeto educativo. E como as mudanças são demasiadamente lentas, a escola decide investir, na formação de seu público, de um forma mais abrangente e consistente, pois além da formação do educando, do monitor, investe-se também na formação da família, considerada o alicerce da escola. Sendo, uma das principais responsáveis, pela ação que se desenvolve no interior da EFA's, através de funções gerenciais, educativas, financeiras e de apoio pedagógico. Assim, faz-se necessária sua formação para que possam participar com mais propriedade e eficiência da ação empreendida e que investir na participação da família, constitui ação primordial para a otimização do processo que se desenvolve no estabelecimento.

O ato pedagógico, encontra-se seu vértice na relação professor-aluno, apresentando-se como elos indispensáveis para o desenvolvimento da ação educativa que transcorre na instituição escolar. Portanto, como atores indissociáveis e protagonistas da relação ensino-aprendizagem, faz-se necessário fomentar sua formação por intermédio do Plano de Formação do aluno e do Plano de Formação do monitor, onde algumas ações se intercalam e outras se especificam, dependendo das posições e relações assumidas no contexto, onde ora se é aprendente, ora se é ensinante, processando-se assim a práxis pedagógica necessária, para uma caminhada numa só direção fortalecida pelos elementos constitutivos de seu projeto pedagógico, que devem estar voltados para uma prática libertadora, como afirma Freire e Shor (1986):

“A educação libertadora é, fundamentalmente, uma situação na quase tanto os professores como os alunos devem ser os que aprendem; devem ser os sujeitos cognitivos, apesar de serem diferentes. Este é, para mim, o primeiro teste da educação libertadora: que tanto os professores como os alunos, sejam agentes críticos do ato de conhecer”. (Freire e Shor, apud Gandin, p.129)

E nessa relação dialética, desdobra-se a dinâmica do currículo escolar da EFAP, objetivando oferecer aos seus alunos, conhecimentos interdisciplinares básicos e específicos para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, subsidiadas pelos diversos saberes, para a formação integral do ser, onde a escola vem cumprindo com sua missão, oferecendo educação, no Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional, com habilitação técnica em Agropecuária, seguindo as diretrizes do Sistema Nacional e Estadual de Ensino, através da matriz curricular. A Escola do Pacuí, desafia as condições sociais e culturais de espaço e tempo, ousando oferecer uma educação diferenciada, nas diversas modalidades de ensino, porque até então, as escolas distantes dos centros urbanos (zona rural) malfadavam a oferecer um ensino elementar, das primeiras séries iniciais (1ª a 4ª série), quanto muito, o Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª série) e a escola vem quebrando barreiras, oportunizando mais escolaridade para a comunidade. E que esse “mais” seja de fato, transformado, numa formação duradoura, pautada nos princípios e valores éticos, culturais e sociais, consolidados pelos conhecimentos advindos das ciências empíricas e científicas, onde o saber articule a relação teoria-prática-teoria que, nas Escolas Famílias, sofre uma inversão de prática-teoria-prática. Não importa a ordem, ambas não alterarão o produto, pois encontram-se em processo.

#### **5.4 Avaliação**

O sistema de avaliação, confere uma avaliação contínua e processual, apresentando como objetivo a “verificação da aprendizagem, o aproveitamento e o desenvolvimento do educando”, auxiliados pelo sistema de notas conferidos por percentuais de mínimos e máximos em termos quantitativos. A avaliação é qualitativa e quantitativa, como preceitua o art.24 da Lei 9394/96.

A avaliação que antecede à elaboração de um projeto político pedagógico, denomina-se avaliação diagnóstica, apresentando como função básica o contexto, onde irá se realizar a ação, os atores que farão parte. Essa avaliação repousa sobre a realidade que se quer conhecer.

A avaliação formativa, efetiva-se no decorrer do processo, detectando avanços e percalços, surgidos durante a ação, o que permitirá, tomar medidas para solucionar os problemas que

porventura surjam. Um projeto, mesmo quando bem elaborado, pode sofrer mudanças, quando avaliado. A avaliação não simboliza terminalidade, pode acontecer no início, no meio e no fim da atividade, contribuindo para promover o crescimento e melhorar os resultados.

“Avaliar é refletir sobre uma determinada realidade, a partir de dados e informações e emitir um julgamento que possibilite uma tomada de decisão”. (Romeiro, p.79)

Para finalizar o documento, a escola apresentou um inventário dos bens que possui, evidenciando os materiais humanos, permanentes e financeiros, provindos de convênios, parcerias e doações, com o intuito de dar continuidade às ações.

Em linhas gerais, o Projeto Político Pedagógico da EFAP surgiu de intenções particulares, com vistas a atender uma exigência legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação\_9394/96, objetivando promover a “autonomia” do educandário. Esse trajeto, foi descrito, pelos atores que participaram da construção, via entrevista.

O levantamento do diagnóstico, constituiu, dado importante para o conhecimento da realidade, em vista de elaboração de seus objetivos e metas prevendo, os resultados a serem alcançados pela escola. Entretanto para que os objetivos se efetivassem, através de ações, torna-se necessário utilizar metodologias que, favoreçam o processo.

E para verificar se as ações estão surtindo efeitos satisfatórios, alia-se a avaliação formativa, diagnóstica e somativa, verificando a quantidade e a qualidade da ação empreendida. Esse processo, perpassa todas as etapas vivenciadas num Projeto Político Pedagógico.

## **Conclusão**

O documento produzido pela Escola do Pacuí, apresenta todos os elementos exigidos na feitura de um projeto político pedagógico, ou seja, as características constitutivas de projeto, encontram-se contidas no documento que serviu de estudo para essa pesquisa,

onde a intenção foi analisar o processo e o produto, resultante da ação do público participante.

O projeto político da escola, apresenta bases bastante consistentes que se forem trabalhadas por toda comunidade escolar, gerará bons frutos, em termos de formação humana, educacional, profissional e para a vida. Há um grande potencial a se explorar, através da coletividade que precisa manter-se coesa, evitando que continue a rotatividade de monitores, onde a ausência, constitui lacuna para o desenvolver da ação. É claro que altos e baixos, permearão o caminho mas o projeto não é um produto pronto e acabado, ele renova-se a cada dia, a cada mês ou a cada ano, onde o sujeito de hoje, não será o de amanhã e enquanto há vida, haverá projeto.

## **VI -Análise das Entrevistas**

### **Introdução**

A etapa de análise dos dados, constitui um dos pontos fundamentais da pesquisa, onde o pesquisador de posse dos materiais coletados, cria estratégias que favoreçam a compreensão do fenômeno, através de composição e decomposição dos elementos informativos, onde ele vai organizar, recortar, classificar e comparar os materiais coletados, tendo o cuidado de manter-se fiel às informações, evitando dá-lhe sentido conotativo. E um outro instrumento que o auxiliará no processo de análise, é a definição da abordagem, que nesse caso, foi definida pela pesquisa qualitativa, em função do fenômeno em estudo.

Tendo se apropriado dos dados coletados, chega o momento de fazer a análise dos materiais obtidos, durante a investigação, que consistiu em: recolha do documento elaborado pela escola, o projeto político pedagógico e as entrevistas, posteriormente transcritas, realizadas com monitores (as), coordenadora pedagógica e coordenadora administrativa que participaram da elaboração e operacionalização do projeto pedagógico na EFA do Pacuí. O objetivo desta fase consistiu em organizar e descrever os dados coletados, com leituras interpretativas, visando recortar, classificar, comparar codificar e decodificar os materiais apreendidos, buscando explicações para o problema, confrontando-o com os objetivos propostos pela pesquisa e com as teorias que embasam o fenômeno em estudo, tendo o aporte de uma abordagem qualitativa para a análise.

“Analisar significa buscar o sentido mais explicativo dos resultados da pesquisa. Significa ler através dos índices, dos percentuais obtidos, a partir da medição e tabulação dos dados, ou de leitura e decomposição de depoimentos obtidos em pesquisas com ênfase na abordagem metodológica mais qualitativa. (Barros, 2003. P.87).

Para a análise dos dados, numa dimensão qualitativa, foram realizadas algumas etapas que permitiram compreender com mais profundidade a problemática-objeto de estudo. As etapas consistiram em:

\*Organização e descrição dos dados- essa fase constituiu-se na recolha de materiais basilares e fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, sendo representado especificamente através de documentos e pelas entrevistas.

\*Interpretação dos dados pelas categoriais teóricas de análise-realizada através dos recortes que permitiram codificar, classificar, comparar e decodificar as mensagens, objetivando melhor compreensão e desvelamento do fenômeno em estudo.

\*Análise de conteúdo- esse método vem reforçar e complementar as etapas anteriores, principalmente no que concerne a descrição e sistematização do conteúdo das mensagens, transmitidas pelos sujeitos da ação. Considerado por diversos autores, como um método coadjuvante para análise das entrevistas, pois:

“... o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo. Durante as entrevistas trata-se, de fato, de fazer aparecer o máximo possível de elementos de informação e de reflexos, que servirão de materiais par análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos.” (Quivy,1998, P.195).

Seguiremos as colocações de Bardin, através de sua obra notável , *L’analyse de Contenu* (1977), em pregando seus procedimentos técnicos, seus princípios a luz dos ensinamentos da prática da pesquisa em educação, buscando compreender como ocorreu o processo de elaboração do projeto político pedagógico na escola do Pacuí na visão de seus atores e se o mesmo vem contribuindo significamente com o processo educacional ou se tornou em mais um documento burocrático do educandário. Esse mesmo autor, conceitua a análise de conteúdo em:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimento sistemático e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens(Bardin, 1997; P.142).

A análise do conteúdo apresenta como objetivo de estudo a linguagem, por isso foi usada, durante um certo tempo, em estudos de mensagem escrita. Em seguida foi utilizada na análise de comunicação não verbal, a semiologia e finalmente em trabalhos de ordem

lingüística. É utilizada para analisar material quantitativo e qualitativo, buscando compreender o conteúdo de uma comunicação ou discurso.

Bardin apresenta três etapas básicas, que apoiará o trabalho do pesquisador, no desenvolvimento da análise. São elas: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial:

A pré-análise, é a fase da organização do material pesquisado, no caso específico dessa pesquisa, o documento da escola, o projeto pedagógico e as entrevistas semi-estruturadas, onde foi realizada uma leitura geral, denominada por Bardin de leitura “flutuante”, para maior compreensão do objeto de estudo.

Na descrição analítica, efetiva-se a análise propriamente dita, através dos processos de codificação, categorização ou classificação do corpus da investigação. Durante essa etapa se buscou, extrair os pontos essenciais e que davam pertinência ao problema evidenciado, surgindo então um novo corpus, resultante de uma primeira análise, emergindo em categorias que foram sintetizadas, a partir de uma análise comparativa entre o suporte teórico e as informações experiências dos envolvidos com a ação projetiva.

A etapa de interpretação referencial, constituiu-se numa reflexão aprofundada, consubstanciada pelos dados oferecidos desde a pré-análise, dando suporte para o estabelecimento de relações e conexões com o sistema educacional e social mais amplo, onde as questões evidenciadas no projeto pedagógico, inter relacionam-se com as questões mais amplas do sistema, ou seja, a indução influencia a dedução, com possibilidades de emergir propostas básicas de transformações tanto a nível específico quanto a nível geral.

### **6.1-Leitura das Entrevistas**

Descrever os fatos relevantes que permearam o trajeto de construção do projeto político pedagógico na EFA do Pacuí, representou uma imersão nas informações, em busca de elementos que subsidiassem ou dessem respostas as questões levantadas, confirmando ou não as hipóteses de partidas a cerca do fenômeno estudado. Nessa etapa foram realizadas leituras e releituras, de forma horizontal, vertical e transversal com o intuito de interpretar



e compreender os dados com mais pertinência, mais objetividade, utilizando raciocínios indutivos, dedutivos, comparativos, etc. Mostrando realmente como os fatos sucederam e quais as correlações que apresentam com o itinerário realizado, até então, por essa pesquisa.

Realizada as etapas preliminares da análise, chega-se a indicadores ou categorias emergentes do problema, destacando o que sobressaiu ou emergiu das questões propostas, tornando-se indicadores do percurso realizado, pela escola, para a efetivação da ação. Os pontos destacados e relevantes do processo de construção do projeto pedagógico, apresentado pelo público de monitores e coordenadores administrativo e pedagógico foram:

#### **6.1.1-Experiência pessoal e de interventores na elaboração do projeto político pedagógico.**

Os grupos ressaltaram a aquisição de aprendizagem, o conhecimento a cerca da escola, o trabalho coletivo e a participação. Discorreremos a partir do ultimo tópico citado, a participação que abrangerá os demais itens citados, como ela intermediador da ação desenvolvida.

Participar tornou-se um vocábulo bastante utilizado na sociedade para designar envolvimento, pertencimento, adesão à instituições, sendo elas, de caráter particular ou coletivo, de promoção ou acomodação das pessoas, ou seja, apresenta pontos positivos e negativos, que dependendo do contexto em que é utilizada, pode levar a libertação ou a domesticação dos seres, pois apesar da participação ser uma necessidade básica, para a vida social, ninguém nasce sabendo participar. É uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa ao longo da existência, em diversos contextos. As pessoas participam na família, na escola, no clube, no sindicato, na associação, na comunidade, etc.

“... a participação deve ser aprendida numa prática concreta e numa reflexão profunda sobre esta prática. Será preciso então aprender a participar, mas igualmente aprender a se organizar, a dialogar e, em primeiro lugar, aprender a aprender.”(Faundez, 1993, p.34)

Essa citação nos remete ao enfoque deste item, evidenciando como ocorreu a participação dos atores e o que eles ressaltaram como importante desse aprendizado, pois participar, é aprender, é refletir, onde participando se aprende e aprendendo se participa, se interage, se descobre, compreende-se e busca a partir da coletividade soluções para uma determinada causa. Mas para isso faz-se necessário conhecer a realidade em que se vai atuar e que foi outro item destacado a cerca da participação. E que também já vem sendo evidenciado em capítulos anteriores, especificamente no III, que aborda o diagnóstico, como o “conhecimento da realidade”, sendo este indispensável para qualquer ação que se deseje implementar e em especial aos projetos de escola que precisam nascer e se efetivar a partir das aspirações de seus interlocutores, da comunidade escolar, outorgando seu direito de construir junto com os demais segmentos, um projeto que apresente seu perfil, que surja das reais necessidades da escola, através de um diálogo permanente, uma participação ativa, crítica e criativa. E por falar em diálogo, Bordenave resalta que a maior força para a participação se dá através do diálogo:

“Diálogo, aliás, não significa somente conversa. Significa se colocar no lugar do outro para compreender seu ponto de vista; respeitar a opinião alheia; aceitar a vitória da maioria; pôr em comum as experiências vividas, sejam boas ou ruins; partilhar a informação disponível; tolerar longas discussões para chegar a um consenso satisfatório para todos”.(Bordenave, 1994, p.50)

Novamente me reporto ao capítulo III, onde evidencio a Educação Libertadora, tendo como mentor Paulo Freire que apresenta o diálogo como método da ação educando-educador, enfatizando que “somente o diálogo, que implica com um pensar crítico, é capaz também de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação”.(Freire, 1987, p.83)

A participação se efetiva e se fortifica, por intermédio da coletividade, não importando em que apresente a atuação de seus participantes e que dependendo dos objetivos e da dimensão do enfoque a ser buscado, o grupo cria mecanismos para maior assimilação e envolvimento, como cursos de capacitação, seminários, palestras e outros, que permitirá nivelar o nível de conhecimento de seus integrantes, com o intuito de que compreendam seu papel na ação. Entretanto, as diferenças existem e devem ser respeitadas, pois nem todas as pessoas participam da mesma maneira. Há pessoas introvertidas e outras

extrovertidas, líderes e seguidores, cada qual participa no seu ritmo e são as diversidades, as heterogeneidades que conferem sucesso à participação.

Ao iniciar o processo de construção do projeto pedagógico da EFA do Pacuí, foram utilizados instrumentos básicos como reuniões, curso e seminários, com vistas a embasar e desenvolver um trabalho coletivo com seu público, conforme citação abaixo:

“... o nosso trabalho foi todo em equipe, foi dividido uma comissão e cada grupo de monitores coordenava essa comissão, desde o diagnóstico da comunidade a relação professor/aluno, o levantamento dos desafios da escola, das estruturas que nós temos, foi dado um trabalho de equipe e depois discutíamos no Conselho Administrativo da escola” (Coordenadora M).

#### **6.1.2-Razões ou intenções que levaram a construção do Projeto.**

Os entrevistados apresentaram vários motivos que os levaram a escrever a sua história, a sua identidade. E dentre eles os que mais sobressaíram foram: a exigência legal, influência da administração escolar, ter um norte para a escola e melhoria da qualidade de vida pessoal e profissional para a comunidade.

A primeira razão exposta, evidencia em lei a construção do projeto pedagógico ou da sua proposta pedagógica a cargo do corpo docente e técnico administrativo de cada instituição de ensino. Essa medida é contemplada em três artigos(12, 13 e 14) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDB 9394/96. Esse aspecto também foi bastante evidenciado no cap.III, no item 3.4 em que trata do projeto político pedagógico e a lei 9394/96. A questão da obrigatoriedade ou exigência legal, é um aspecto que precisa ser repensado, refletido, para que a escola tenha a liberdade de decidir se a causa é realmente justa, se está dentro de seus objetivos. Caso contrário, haverá apenas um seguimento burocrático, um fazer por fazer porque está na lei e isso tudo associado à cultura do povo brasileiro que ainda é de pouco envolvimento, pouca participação, com suas causas. Decorrente de ranços de país colonizado, de ditadura e sistema econômico excludente, deixando que uns pensem e decidam pelos outros. Mas o que se deixou transparecer nas informações é que mesmo sendo uma exigência normativa, a escola percebia que era algo importante que estavam realizando e que as leis, são parâmetros norteadores do sistema,

como forma de assegurar uma certa homogeneidade, para garantia dos princípios educacionais. E que a escola precisa se planejar, definir objetivos e direcionar suas ações, para que todos os envolvidos no processo educativo, se ajustem em uma só direção e é isso que propõe o projeto pedagógico da escola, nas palavras de seus entrevistados:

“O Projeto Político Pedagógico, todas as escolas devem ter ele, é ele que vai nos dar um norte de como se dá o funcionamento da escola, quais as metas e os objetivos que ela pretende atingir, então é ele que vai nos dá o norte de nossa atividade”.(coordenadora. T)

É imprescindível a contribuição de cada ator ou atriz no processo de construção e execução do projeto pedagógico. Entretanto se espera que o (a) diretor (a), seja o co-piloto, o inspirador, o animador ou o catalisador da ação, que precisa ser exercida com liderança democrática, dividindo o poder de decisão com os professores, alunos, pais e demais funcionários da instituição, promovendo uma gestão participativa e democrática, por isso:

“O diretor da escola é, antes de tudo um educador. Enquanto tal, possui uma função primordialmente pedagógica e social, que lhe exige o desenvolvimento de competência técnica, política e pedagógica. Em sua gestão, deve ser um articulador dos diferentes segmentos escolares em torno do projeto político pedagógico da escola.” (Romão, 2000 p.102)

O enfoque no papel do diretor, dar-se em função de sua iniciativa, para a elaboração da proposta pedagógica da escola, onde nas escolas famílias ele recebe o nome de coordenador, em face da gestão compartilhada, junto ao Conselho Administrativo<sup>6</sup>, na gerência da escola. Isso equivale dizer que o coordenador(diretor) não é órgão máximo na hierarquia escolar de um EFA e sim o Conselho Administrativo, de onde o coordenador faz parte, juntamente com os coordenadores pedagógicos, representantes do corpo docente, do corpo discente, dos pais, representantes de órgãos locais afins e representantes da associação gestora da escola. Vale frisar que antes de se criar uma Escola Família, cria-se primeiro a associação<sup>7</sup> que passa a responsabilizar-se, dando andamento ao processo de implementação da escola. Mas, voltando ao coordenador é necessário que ele passe por ações de formação contínua a nível pedagógico, administrativo, relações humanas(etno-psicossocial) e tantos outros que embasarão sua atuação num ambiente complexo, como o educacional, com vistas a institucionalização da gestão democrática da escola.

<sup>6</sup> O Conselho Administrativo da EFA do Pacuí é composto de 17 membros.

<sup>7</sup> Ver anexo Projeto Político Pedagógico da EFAP.

A gestão democrática, prioriza a participação de diversos segmentos, tanto do escolar quanto do não escolar na elaboração de seu projeto pedagógico, por se tratar de uma ação que apresenta reflexos vivenciados no âmbito coletivo, na sociedade, onde a missão da escola, além de preparar o indivíduo cognitivamente, precisa prepará-lo para a vivência em sociedade, para o trabalho, para a cidadania e porque não dizer, para a vida, pois a escola deve estar a serviço da comunidade e que isso se reflita em sua diretriz curricular, em seu calendário, em sua metodologia, sistemática de avaliação, criação de novos cursos, etc. Atuando assim, as relações entre escola e comunidade tendem a apresentar, resultados satisfatórios para ambos, que podem se traduzir em melhorias de formação à nível pessoal e profissional.

### **6.1.3-Público participante na elaboração do Projeto Político Pedagógico**

O projeto foi construído com um tipo de público que atuou diretamente e outro indiretamente, mais à nível de representação, no conselho administrativo.

O público que atuou diretamente, foi composto por coordenadora administrativa, coordenadora pedagógica e monitores(as) que se reuniram em grupos para estudar, sistematizar, socializar e montar o projeto. Vejamos um depoimento que confirma esta prática:

“Era o grupo de monitores, os técnicos (agrônomos e veterinário), todos os que estavam aqui na época a gente trabalhou muito nessa questão das reuniões”.(Monitor V)

A participação indireta e em minoria, ficou representada por pais e alunos que fazem parte do Conselho Administrativo da escola, que se apresenta como um órgão consultivo e deliberativo das ações escolares, evidenciado na fala de seus representantes:

“Teve participação de aluno e também do Conselho Administrativo da escola, que depois nós tivemos que socializar tudo e ver se passava na aprovação do conselho ou não a questão do projeto”  
(Coordenadora M)

“Houve mudanças, depois que foi passado para o Conselho em algumas linhas e parece-me que houve a participação dos pais também, se não me falha a memória”.(Entrevistada C)

Observa-se que a participação dos pais e alunos ainda é tímida, precisando ser mais estimulada e fomentada pelo corpo administrativo, pedagógico e docente da escola, através de práticas dinamizadoras que os leve a se envolver, a assumir mais o seu papel, enquanto co-formadores do processo de formação. Os pais numa EFA são tidos como parceiros da formação, em virtude de seu compromisso com a educação dos filhos. E os jovens são os atores principais, os aprendizes e co-partícipes do seu processo formativo. Podemos dizer então, parafraseando Freire (1987) eles são sujeitos do seu processo, de sua ação. Daí a necessidade da escola, promover encontros interativos que levem seus parceiros a exercitar seu direito a uma participação mais afetiva.

#### **6.1.4-Organização e tempo para a elaboração do Projeto Pedagógico**

Organização e tempo constitui-se etapas indissociáveis para a execução de uma dada ação, em virtude da otimização dos resultados, principalmente decorrente pelo tipo de sociedade que se vive, onde o hoje era para ser vivido ontem, em função de uma desenfredda corrida em busca do progresso e desenvolvimento do mundo.

As respostas foram unânimes, confirmando que se reuniram em grupo para discutir e colocar em comum, cada item do projeto, devido sua extensão, abrangência e que registrar o antes, o durante e o depois do processo que ocorre na escola, torna-se tarefa árdua e cansativa, em decorrência da diversidade de opiniões, do nível de conhecimento e até mesmo do envolvimento com a causa, onde elaborar um tipo de projeto como este não é somente questão de técnica e embasamento teórico, mas envolve subjetividade, inter-relações e compromisso político. É o que deixa transparecer essa citação, quando diz que:

“Eram reuniões por sinais algumas muito cansativas, porque é um trabalho que não é curto é muito longo, exige muito tempo, participamos de muitas reuniões, que foram muito discutidas, algumas coisa que nós achávamos que naquela época deviam entrar, outros achavam que não, então foi uma discussão bastante complicada e demorada”.(Monitor V)

No processo de elaboração é comum passar por momentos de aflição, alegria, angústia, tensão, conflito, tristeza e esperança. Tudo isso é comum acontecer, faz parte do processo que dará subsídios para que mudanças ocorram, a nível pessoal, coletivo e institucional, abrindo caminhos para a transformação da prática pedagógica, que exigirá tempo para acontecer, sendo que as mudanças são demoradas, principalmente em se tratando do processo educativo, onde se torna inviável analisar um processo, sem levar em conta sua trajetória ao longo do tempo. Tempo ambíguo que remete às condições existenciais dos seres, tempo técnico ou cronológico que precisa as ações cotidianas; tempo prospectivo que remete a condição e projeção do futuro, apresentada em âmbito individual ou social. Tempo que se inicia, que se efetiva e que se finaliza uma ação. Mas voltando a questão do projeto pedagógico, ele realmente tem um fim? Um prazo determinado para sua finalização? Está pronto? Vejamos o que dizem seus interlocutores a esse respeito:

“Para construir, porque demora, passamos bastante tempo, não posso dizer quanto tempo levamos, mas acho que foram uns meses, por exemplo agora nós estávamos em alguns reajustes desses anos todos, que todo ano tem que fazer, ver o que não foi alcançado e fazer um novo reajuste ... e ainda não concluímos.” (Coordenadora T)

“Nós levamos dois anos participando de encontros de formação e começamos devagar, engatinhando no nosso da EFA do Pacuí e que ainda hoje, ele não está terminado, ele está ainda, é um processo contínuo que a cada ano a gente percebe que tem de modificar, que tem alguma coisa que tem que mexer, tem de mudar, que já avançou, que está diferente, tanto faz a questão das estruturas físicas, como alguns desafios alcançados, como também a questão do corpo docente, o rodízio dos monitores nas nossas escolas e também a questão dos nossos alunos, com a preocupação no seu entendimento.” (Coordenadora M).

Analisando as colocações, quanto a terminalidade do projeto pedagógico da escola do Pacuí, ressalta-se que a maioria das ações, demandam num processo contínuo de ajustes e modificações para melhor se adequarem ao contexto sócio-internacional, principalmente em virtude da clientela discente e docente, que renova-se a cada ano, como explica a última depoente. E quanto a finalização da sistematização do documento variou de semanas, meses, dois a três anos, não se teve um tempo exato e isso não é problema pois a questão não é produzir o documento mas pô-lo em prática para ver se de fato atende aos objetivos da comunidade escolar. O documento produzido, torna-se o produto das aspirações e concretização das ações que se traduzem na prática educativa de cada escola,

onde somente seus atores podem definir quando e como utilizá-lo, evidenciando a singularidade da ação.

#### **6.1.5-Utilização do projeto na prática pedagógica**

Uma coisa é participar da elaboração do projeto pedagógico, a outra é operacionalizar as ações através de práticas pedagógicas, para que se efetivem de maneira coerente com as metas propostas, onde o projeto se torne a bússola indicativa da ação coletiva, que transcorre no cotidiano escolar através de planejamento interdisciplinar. Contudo, diversos fatores emperram o deslanchar desse processo, dentre eles a formação do docente, que precisa ser reconduzida para uma capacitação ou formação contínua e permanente, para aquisição de conhecimentos científicos de sua área e de áreas afins. Seguindo nesta linha, a escola defronta-se com outro entrave que é a rotatividade de professores/monitores em seu quadro funcional.

Seguir a prática educativa embasada pelo seu projeto pedagógico, constitui-se num desafio para a escola, especificamente para os docentes que precisam estar abertos a mudanças, a renúncias e a realização de trabalho em equipe, tudo presente que não é um seguir por seguir, porque está no projeto, mas é um seguir, com consciência crítica, verificando se condiz com a realidade, se a metodologia é adequada, se os materiais didáticos e permanentes estão acessíveis à realização das atividades, se as condições de trabalho, oferecem crescimento profissional etc. Até então, elencou-se itens mais de ordem docente, porém há outros de ordem discente, familiar e técnico administrativo, ou seja, dos diversos setores que compõe a comunidade escolar, que precisam caminhar juntos, caso um deles desande ou siga sozinho, afetará toda a engrenagem do processo, onde as partes são essenciais para a funcionalidade do conjunto, e também porque o processo foi construído de maneira participativa e precisa fazer jus à isso. E um outro fator que se observou como entrave desse seguimento é que às vezes, a escola constrói projetos complexos, muito teóricos, tornando difícil sua colocação em prática, como se evidencia a citação que segue:

“Olhando a questão solicitada pela lei, acho que estamos seguindo, o que ainda a gente precisa é ter um PPP mais pé no chão mesmo, mais em cima da nossa realidade, não é que o nosso não seja, a gente tenta trabalhar com o corpo docente, com o discente, com o Conselho Administrativo da escola, mas eu acho que ele ainda precisa ficar mais pé no chão, mais prático, tem ainda muita teoria e ainda tem



algumas coisas que a gente está assim muito preso, há muita fundamentação... mesmo que a gente não alcance os objetivos que foram propostos, a gente precisa estar mais perto da realidade dos nossos alunos.” (Coordenadora M).

Outros atores que participaram do processo de elaboração do projeto pedagógico na EFA do Pacuí, confirmam as dificuldades de pôr em prática: “A gente precisa utilizar, às vezes se foge um pouquinho mas se tenta seguir sim. O que quer é alcançar o que está lá escrito, mas para isso...” (Monitora C)

“Algumas coisas dá para utilizar, principalmente no plano de formação do aluno<sup>8</sup>, outras nunca foram utilizadas e como tem que fazer o inventário da escola, então dá para utilizar nas aulas, isso é só um exemplo.” (Monitora B)

Diante dos depoimentos, se percebe um certo empenhamento, ainda que tímido por parte dos docentes e corpo técnico administrativo da escola, na utilização do projeto pedagógico em suas atividades, onde alguns fatores obstaculizam o processo como a rotatividade e a formação dos docentes, gerando um descompasso na equipe, ressaltado na fala de uma das entrevistadas, quando diz que: “Os monitores não estão preparados para serem monitores, eles estão sendo somente professores, não estão sabendo trabalhar o PE na sala de aula, então vão para o tradicional. Os antigos trabalham bem, agora os novos que chegaram neste ano...” (Monitora B).

A formação e a rotatividade de monitores, constituem problemas seríssimos para o educandário, principalmente em se tratando de gestão coletiva, onde o grupo além de estar coeso, seguir numa só direção, precisa de uma capacitação permanente para corresponder às exigências de vivenciar situações que o leve a interagir com mais segurança, propriedade e profissionalismo, diante das situações ou problemas prestados tanto no âmbito individual quanto no social. E a partir do momento que a escola opta em vivenciar ações projetuais, deve-se prever elementos que darão suporte ou alimentarão a ação, como os investimentos nos diversos níveis. E um deles que merece atenção é a formação de pessoal e em , se tratando de projeto pedagógico, convém ater-se sobre a formação de docente, que para o exercício de sua função, carece de diversos saberes que embasarão e enriquecerão sua prática.

---

<sup>8</sup> O Plano de Formação do Aluno, é um instrumento metodológico da Pedagogia da Alternância.

Diversos autores vêm pesquisando esta temática, dentre eles: Shôn, Enguita, Tardif, Lessard, Lahaye, Perrenoud, Gomez e outros, que vem ampliar os saberes já existentes e mostrar novos que venham respaldar a prática docente, tão necessária e com melhor qualificação para o exercício, com vistas a uma educação formadora e transformadora da sociedade. Entretanto para se chegar a esse nível, ou melhor a este objetivo faz-se necessário dominar uma pluralidade de conhecimentos, advindos das instituições acadêmicas, das experiências e práticas do cotidiano, do meio ambiente, das culturas etc. Resultante de uma constante interação complexa com tudo e com todos.

Para Tardif, Lessard e Lahaye o saber docente advém de quatro bases: do profissional, das disciplinas, dos currículos e da experiência. O saber profissional se assenta nas ciências humanas, tendo como suporte os conhecimentos pedagógicos, através de uma prática educativa voltada para a metodologia, métodos e técnicas de um saber fazer, onde a teoria embasará a prática; o saber das disciplinas, vem das instituições superiores ou centros de excelência, que buscam embasar nos diferentes campos do conhecimento, nas diversas matérias e habilitações; o saber dos currículos provém dos educandários, das propostas

curriculares que servem como guia de conteúdos a serem ministrados, resultantes dos processos didáticos ou culturais; os saberes da experiência advém de vivências individuais ou grupais que levam os docentes a interagir nas diversas circunstâncias e em diferentes contextos.

Perrenoud evidencia dez competências prioritárias para a formação dos professores, dentre elas o docente precisa gerir sua própria formação contínua, como elemento que se encontra em formação como ser inacabado que busca no dia-a-dia, respostas para suas inquietações, procurando ser e fazer melhor seu ofício, respaldado por novos conhecimentos, novas metodologias e práticas construídas nas experiências do grupo de colegas, dos alunos, da comunidade e no suporte teórico das ciências.

A Escola Família Agrícola do Pacuí, contempla em seu projeto político pedagógico o Plano de Formação dos alunos (as) monitores (as), através de formação inicial e continuada em Pedagogia da Alternância e o plano de formação das famílias.

No plano de formação dos educandos se vincula o conhecimento associado ao contexto institucional e comunitário, onde o aluno participa ativamente na elaboração e reelaboração do processo ensino-aprendizagem, buscando uma formação pautada nos valores, conhecimentos empíricos e científicos.

O plano de formação dos docentes procura conciliar as funções inerentes a docência, porém de forma ampliada, com maior acompanhamento e em parceria com os diversos sistemas da sociedade. A formação ocorre em serviço, apresentando duas vertentes: uma Formação Inicial, que dura em média dois anos e meio, onde o monitor adquire conhecimento e aplicabilidade da Pedagogia da Alternância e a Formação Continuada que transcorre permanentemente, como forma de manter o profissional sempre atualizado no exercício de sua função.

A formação das famílias, ocorre através de um plano que dura aproximadamente dois anos, onde são trabalhados temas que estimulem a participação e o envolvimento da família na escola, objetivando promover uma gestão compartilhada, solidária e coletiva.

Apesar de investir na capacitação e formação de seus atores, a escola do Pacuí, enfrenta um grande desafio, que é permanência de seus monitores em seu quadro de pessoal. Os motivos são vários, porém os que mais se destacam são:

\*Múltiplos papéis do monitor- “sendo aquele que acompanha, caminha ao lado dos jovens, facilitador da aprendizagem, provocador, problematizador, aquele que ensina a pesquisar, a buscar por conta própria e não nada pronto mas mostrar caminhos”. (PPP da EFAP).

\*Jornada integral no exercício da função- convivência diurna e noturna junto aos jovens em situação de internato. Geralmente os monitores moram nos alojamentos da escola, só retornando para o seio familiar nos fins de semana.

\*Ausência da família- devido residir na escola, o monitor se afasta do convívio familiar por vários dias, o que normalmente acarreta problema com o cônjuge e filhos, quando casado. A escola passa a ser sua nova família.

\*Condições locais- no cenário brasileiro, as Escolas Famílias, localizam-se na zona rural, onde as condições de sobrevivência são desafiadoras, a começar pela distância, dos grandes centros (a do Pacuí 123 km distante da capital), com via de acesso precário, tanto no setor de transporte quanto no rodoviário, alojamentos em condições físicas inadequadas, etc.

A mudança constante de docentes, no interior de uma escola, provoca sérios problemas para a comunidade escolar, em razão das alterações ou reajustes que se fará para que o novo membro possa se adequar ao processo que vem sendo realizado, o qual demandará tempo, capacitação em serviço e colaboração da equipe para que o professor (a) se aproprie do contexto e das ações e passe a somar no conjunto, sendo que o trabalho coletivo e o conhecimento da realidade, constituem características fundamentais de um projeto pedagógico, que para se efetivar com resultados satisfatórios, necessita criar mecanismos que retardem ou contenham a rotatividade de seu pessoal, em vistas de verificar se as ações empreendidas estão surtindo efeitos, se estão dentro dos objetivos esperados. Caso contrário, que medidas se tomará para que cheguem aos resultados esperados? Esse é um exercício que precisa ser feito continuamente na gestão de um projeto, mas para isso é necessárias a adesão e continuidade de seus atores, pois fica difícil avaliar um processo que está sempre começando ou que sofre rupturas constantemente com a mudança de seus atores.

#### **6.1.6-Conceitualização de Projeto Político Pedagógico**

A definição do projeto político pedagógico na lógica de seus atores, representou para uns como produto, como um documento elaborado que precisa ser seguido e para outros, um processo inacabado que precisa ser questionado, alimentado e questionado nas ações e interações circunstanciais do cotidiano. O projeto é ao mesmo tempo produto e processo, ambos indissociáveis, como teoria e prática ou ação e reflexão. E que o melhor produto resultante de toda essa transação, deverá ser a transformação da comunidade escolar, ciente de suas responsabilidades e papéis.

No decorrer das entrevistas, já se percebia o conceito de PPP na fala de alguns entrevistados, isso vem demonstrar que na pesquisa qualitativa não há rigidez nas etapas e

nem divisões estanques da pesquisa, mas um entrelaçamento e complementação das informações. Porém, para que a compreensão se torne mais clara e completa, os atores sociais da EFA do Pacuí definiram o Projeto Político Pedagógico:

“É um planejamento das ações que devem ser realizadas pela escola, mostrando a cara real da escola, como ele funciona, sua estrutura...” (Coordenadora T).

“Ele dá uma visão total do que se está trabalhando na escola...Ele coloca a vida da escola toda nos seus papéis, é difícil colocar, mas está lá...” (Monitora B)

“É um projeto construído, por todos que trabalham na EFA, pela alternância entre a escola e o meio sócio-profissional. Logo é um processo contínuo, inacabado que orienta, acompanha e se desenvolve numa parceria entre coordenador, monitor/educador, aluno, família e comunidade.” (Coordenadora M)

“É um caminho que a gente tem que seguir como escola é como se fosse a trilha que a gente vai percorrer no processo de formação de alunos e no processo de formação da própria escola. É um caminho que não está pronto, ele não está em linha reta, ele pode ser modificado aqui e ali de acordo com as necessidades da escola, então ele é uma linha que vai direcionar o caminho da escola.” (Monitor V)

#### **6.1.7-Ações utilizadas pelos técnicos para dar ciência aos novos monitores sobre o PPP**

Como a escola já vem com o Projeto Político Pedagógico à algum tempo e em seu quadro de pessoal há o problema da rotatividade dos monitores achou-se necessário auscultar junto a administração e coordenação pedagógica, que procedimentos realizam com os novos docentes para que se interessem na proposta pedagógica da escola. Vejamos suas colocações:

“Conversa informal com os monitores sobre o PPP, depois são encaminhados para a coordenadora pedagógica que dá uma cópia do projeto para lerem, após isso, são trabalhados em seminários e reuniões pedagógicas semanais.” (Coordenadora M)

“Quando os professores chegam, além da questão da aula, eu tenho que trabalhar com eles o perfil do monitor, como ele deve ser...” (Coordenadora T)

Quando se é co-autor de uma ação ou se participa diretamente, torna-se mais viável da continuidade ao processo, pois se conhece e interage-se mais. Porém, quando o fenômeno é

desconhecido, leva-se mais tempo para se compreender e interagir. É o que ocorre com os monitores da escola do Pacuí, que devido a grande rotatividade, dificultam o andamento das ações e impedem a consistência do processo coletivo que precisa de tempo para verificar se os resultados estão sendo satisfatórios, principalmente em se tratando de formação de homens e mulheres, para atuar num determinado tipo de sociedade, pois bem sabemos que trabalhar com a educação é um processo longo, permanente e para toda a vida e que (in)felizmente, precisamos começar e recomeçar, com as subidas e as quedas, sendo ambas importantes para a busca de novos caminhos.

E que, diante de tantos entraves que impossibilitam a permanência do professor no educandário, deve-se insistir nas estratégias já dotadas pela escola, especificamente no enfoque da formação, considerada um dos principais fatores de mudança da prática pedagógica, onde sem dúvida a escola é o laboratório que dá oportunidade para o desenvolvimento de uma sólida articulação entre a teoria e a prática. E que a EFAP, continue buscando mecanismos que amenizem a situação do rodízio dos docentes, como forma de aprofundar a experiência do projeto político pedagógico.

## **Conclusão**

A análise dos materiais, possibilitou conhecer, como de fato transcorreu o processo de construção do projeto político pedagógico na escola do Pacuí, destacando quem estava na linha de frente, co-autores diretos e indiretos, a forma que se organizaram e como utilizam em suas práticas. O leitor irá perceber que, eles seguiram alguns passos comuns e imprescindíveis para a montagem de projetos como o levantamento do diagnóstico, os objetivos, a metodologia, a avaliação etc. Entretanto as informações que subsidiaram como se deu o processo e o produto a que chegaram, constituem marcos singulares daquela realidade que busca encontrar sua forma de conduzir o processo educacional de forma comprometida com o seu meio sócio-político cultural, através da interação entre teoria e prática.

As informações evidenciam que o projeto político pedagógico, constitui o norte para as ações educativas da escola do Pacuí e que seus atores fazem o possível para segui-lo, embora esbarrem em alguns entraves que precisam ser corrigidos. Quanto à questão

levantada no princípio, de que os projetos políticos pedagógicos são questões meramente burocráticas no interior de uma escola, não foi confirmada, diante da metodologia usada, onde se pôde perceber como de fato ocorreu a articulação para que o projeto se apresentasse como processo e produto. Processo no sentido de trajetória, de vivências e práticas, emanadas do produto que se efetivou no sentido de sistematização de documento e não como resultado de formação, de aprendizagem, de desempenho e de transformação social de seus atores, sendo esse um processo longo e complexo e que exigirá maiores conhecimentos tanto no campo científico quanto no empírico.

## CONCLUSÃO

Ao finalizar esse estudo, apresentamos o produto da trajetória realizada no decorrer do processo que se realizou nas idas e vindas à teoria, ao contexto do fenômeno e ao material obtido, composto do documento e das entrevistas que permitiram nos apropriar das compreensões a cerca do objeto, foco da pesquisa, vindo subsidiar o processo de construção do projeto político pedagógico na EFA do Pacuí, onde a mesma sentiu a necessidade, refletiu e elaborou proposições que norteariam sua prática pedagógica.

O projeto político pedagógico, encontra suas raízes no contexto escolar, na prática que se efetiva nas relações do cotidiano, no papel dos diferentes atores da comunidade educativa que se tornaram também seus autores, através de um processo de co-autoria. Esse processo só se tornou possível, devido o canal de abertura que há entre os parceiros da escola, facilitada pela Pedagogia da Alternância que, se apresenta como um projeto educativo diferenciado, pautado na unicidade da relação teoria-prática.

O projeto Político Pedagógico, nasce de intenções individuais ou coletivas, e pode se dar de maneira natural ou imposta. Se for consenso da comunidade escolar para que haja um trabalho mais integrado e consistente, se parece natural mas se for determinado, porque está na Lei ou por exigência do Sistema Nacional, configura-se imposição. Independente da forma que for articulado, a concepção de um projeto passa por um conhecimento a cerca da realidade onde irá se atuar, essa etapa denomina-se diagnóstico, onde são levantados os aspectos físicos, humanos, geográficos, históricos, educacionais, políticos, isto é, faz-se uma radiografia da escola e do seu entorno, porém associando, com as interpenetrações de outros sistemas, onde àquela realidade, integra-se a outra maior. Após formalizado o diagnóstico, elabora-se objetivos que atendam aos problemas enfocados, sendo transformados em ações que demandam, tempo, espaço e recursos, para serem postas em prática e que após concretizadas torna-se necessário verificar, como estão se processando, para que medidas sejam tomadas. Essa é a etapa da avaliação que se efetiva em qualquer momento do projeto. Em linhas gerais, esses são os passos do processo de implantação de um projeto político pedagógico. Foi assim, que a EFAP, elaborou o seu projeto. E não se pode negar, a riqueza de informações que demandam, porém, riqueza maior é que esses



registros se efetivem na prática, através de uma relação dialética entre a teoria e a prática, entre processo e produto.

O processo elaborado pela escola que resultou no documento, foi realizado através da participação de seus atores sociais, embora ainda com pouca representatividade (pais e alunos), necessitando que a instituição invista mais nesse processo que é de vital importância para a integração e desenvolvimento da prática pedagógica, que precisa da ação conjunta da comunidade escolar, extra-escolar e dos diversos sistemas ou instituições que atuam de maneira direta ou indireta na prática (pedagógica) escolar.

O estudo mostrou que enquanto processo de aplicação e vivência das ações projetivas, se tenta seguir, porém há alguns percalços que se faz necessário ultrapassar, com a rotatividade e a formação profissional dos monitores, onde ainda se é muito “professor”. E enquanto produto, seus atores e autores se articularam de diversas maneiras, em diversos tempos e construíram o projeto político pedagógico, considerado por eles como documento que orienta as ações de todos os envolvidos na comunidade educativa, é a bússola que aponta o caminho a seguir e é também processo, que precisa ser alimentado a cada dia, visando ressignificar o cotidiano escolar, através de uma prática consistente que prepare seus atores sociais para intervir de fato em seu contexto, no local, no nacional e no mundial.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Ana Maria F. Guimas de (1997). Metodologias de Investigação em Ciências da Educação – Questões Epistemológicas. VII Colloque national de L'AIPELF/ AFIRSE – Faculdade de Ciências e Tecnologia/ Universidade Nova de Lisboa

BAHIA, Secretaria da Educação (1999) Construindo a Escola Terra Bahia: Proposta pedagógica. Salvador-Ba

BARROS, Aidil de Jesus Paes de e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza (Orgs.) (2003). Projeto de Pesquisa : Propostas metodológicas. 14ª ed. – Petrópolis, RJ : Vozes

BARROS. (2000) Fundamentos de Metodologia Científica. 2ª ed. Ampliada : São Paulo. Makron Books.

BARROSO, João (1992) Fazer da Escola um Projeto. Inovação e projeto Educativo de Escola / org. de Rui Canário: Textos de João Barroso...et.al. Educa - Organizações. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Lisboa

BRANDÃO, Carlos Rodrigues.(1995) O que é Educação. 33ª ed. São Paulo : Ed. Brasiliense, ( Coleção Primeiros Passos:203 )

BOUTINET, J.Pierre (2002). Antropologia do Projeto. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. 5ª ed. Porto Alegre : Artmed

CARRÉ PHILIPPE et CASPAR, PIERRE (2001) Tratado das Ciências e das Técnicas de Formação. Horizontes Pedagógicos- Instituto Piaget – Divisão Editorial. Borbodela. Portugal

CERVO, Amador Luiz (1996). Metodologia Científica / Amador Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian. 4ª ed. – São Paulo : Makron Books

CUIABÁ, Secretaria da Educação. (1997) CPP/ SEDUC: Projeto político pedagógico

DAMKE, Ilda Righi (1995) O Processo do Conhecimento na pedagogia da libertação : as idéias de Freire, Fiori e Dussel. Petrópolis

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (2000) – Lei Darcy Ribeiro nº 9394/96 : Brasília - DF

FAUNDEZ, Antonio (1993). O poder da Participação. Trad. Lígia Chiappini e Eliana Martins. V.18: São Paulo. Cortez

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda.(1995) Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Nova edição revista e ampliada. 2ª Ed.: São Paulo. Ed. Nova Fronteira.

- FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.) (2001) Gestão Democrática da Educação : atuais tendências, novos desafios. – 3ª ed. – São Paulo : Cortez
- FRANCISCO, Gutierrez e ROJAS, Cruz Prado.(2000) Ecopedagogia e Cidadania Planetaria.2ª ed. São Paulo Ed. Cortez, ( Guia da escola cidadã:v.3)
- FREIRE, Paulo.(2001) Pedagogia do Oprimido, 31ª ed. Rio de Janeiro: .Paz e Terra
- FREIRE.(2002).Pedagogia da Autonomia, 21ª ed.Rio de Janeiro : Paz e Terra
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. (Orgs.) (2000). Autonomia da escola : Princípios e propostas. 3ª ed. – São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire – (Guia da escola cidadã ; v.1)
- GADOTTI, Moacir. (1995). Pedagogia da práxis. – São Paulo : Cortez
- GANDIM, Danilo. GANDIM Luis Armando (Orgs.) (2003). Temas para um Projeto Político pedagógico – 6ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes
- GOODE, William Josiah (1977). Métodos em Pesquisa Social. William J. Goode e Paul K. Hatt ; tradução de Carolina Martuscelli Bori. 6ª ed. São Paulo. Editora Nacional
- HERNÁNDEZ, Fernando. (1998) Transgressão e mudança na Educação : os Projetos de trabalho ; trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre : Artmed
- HERNANDEZ,Fernando. VENTURA, Montsserat. (1998). A organização do currículo por projetos de trabalho : Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre : Artmed
- HOUAISS, Dicionário da língua portuguesa (2001) 1ª ed. – RJ : Objetiva
- LIBANEO, José Carlos. (1994) Didática – São Paulo : Cortez , (Coleção magistério 2º grau. Série Formação do professor )
- MONTEIRO, Gilson (1998). Guia para Elaboração de projetos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Dissertações – 1ª edição – São Paulo : Edicon
- MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa ( 2001), “Professores : entre saberes e práticas” in Educação e Sociedade, ano XII, nº74, 121-142 pp.
- PERRENOUD, Philippe.(1999) Formar professores em contextos sociais em mudança – Prática reflexiva e participação crítica. Revista Brasileira de Educação. Set nº 12. 5– 21 pp.
- QUEIROZ, João B. Pereira.(1997). O processo de implantação da Escola Família Agrícola de Goiás. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Goiás
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT.Luc Van.(1998) Manual de investigação em Ciências Sociais. 2ª ed. Lisboa: Gradiva,

ROSSA, Leandro (2000). Armadilhas do Projeto Político Pedagógico. Revista de Educação AEC nº 117,75 – 84pp.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. GAMBOA, Sílvio Sánchez . (Org.) (2002) Pesquisa Educacional: quantidade- qualidade. 5ª ed. – São Paulo, Cortez. (Coleção Questões de Nossa Época : v.42).

SALTO PARA O FUTURO (2000) Um olhar sobre a escola/ Secretaria de Educação a Distância; Brasília. Ministério da Educação

SEVERINO, Antônio Joaquim.(2002) Metodologia do Trabalho Científico. 22ª ed. Ver. E ampl. De acordo com a ABNT. São Paulo : Cortez

SOUZA, Paulo Natanael Pereira de e SILVA, Eurípedes Brito da. (1997) Como entender e aplicar a nova LDB: São Paulo. Ed. Pioneira.

TRIVIÑOS, A. N. Silva (1987). Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo; Atlas

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. FONSECA, Marília Orgs. (2001) As dimensões do projeto Político Pedagógico: Novos desafios para a escola – Campinas, São Paulo: papirus

VEIGA, Ilma passos Alencastro. RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de Orgs. (2002) Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico 6ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus

ZAGURY, Tânia (2002) Escola sem Conflito : Parceria com os pais - Rio de janeiro : Record

ZAMBERLAM, Sergio Pedagogia da Alternância. Centro de Formação – MEPES – Piúma – ES – Brasil. Mim. S/d.

## **DOCUMENTO**

Projeto Político Pedagógico da EFAP

## **Anexos**

**Anexo I-** Roteiro de entrevista com os monitores e coordenadores

**Anexo II-** Transcrição da entrevista da coordenadora M

**Anexo III-** Transcrição da entrevista da monitora C

**Anexo IV-** Transcrição da entrevista da monitora B

**Anexo V-** Transcrição da entrevista da coordenadora T

**AnexoVI-** Transcrição da entrevista do monitor V.

**Anexo VII-** Projeto Político Pedagógico da EFA do Pacuí

**Roteiro de entrevista com os monitores e coordenadores**

- 1 - Como foi a sua participação na construção do Projeto Político Pedagógico da escola?
- 2 – Por que vocês decidiram construir esse processo?
- 3 – Que intenções vocês tiveram na construção do Projeto?
- 4 – Quem participou na elaboração do Projeto?
- 5 – Os pais ou o Conselho Administrativo participaram desse processo?
- 6 – Houve a participação de alunos? De que maneira participaram?
- 7 – Como vocês se organizaram para montar o projeto político da escola?
- 8 – Quanto tempo levou para vocês construírem o documento do projeto? Ele está pronto?
- 9 – Você utiliza o Projeto Político Pedagógico em suas atividades?
- 10 – Quem auxiliou no processo, além da direção e da coordenação pedagógica?
- 11 – O que é o Projeto Político Pedagógico?

# As mesmas questões, foram aplicadas às coordenadoras, alterando somente a questão 10 que ficou assim :

- 10 - Que metodologia você utiliza com os novos professores, para dar conhecimento do projeto da escola?

## **ENTREVISTA COM A COORDENADORA M**

Como foi a sua participação na construção do projeto político pedagógico da Escola Família Agrícola do Pacuí ?

Foi uma das menores, porque o nosso trabalho foi todo em equipe, foi dividido em comissão e cada grupo de monitores coordenava essa comissão, desde o diagnóstico da comunidade a relação professor/aluno, o levantamento dos desafios da escola, das estruturas que nós temos, foi todo um trabalho de equipe, e depois discutíamos no conselho administrativo da escola.

Por que vocês resolveram construir o Projeto Político Pedagógico?

Primeiro porque se tornou obrigatório através da nova LDB, a construção, e nós participamos também de varias reuniões, apesar de não ser da filosofia da Escola Família, foi das Escolas Estaduais do São Joaquim do Pacuí, houveram vários encontros pedagógicos que trabalhavam a construção do projeto político das Escolas Estaduais do Estado do Amapá, nos participamos de vários encontros intermunicipais onde participaram não só o pessoal do distrito de São Joaquim, mas do Cutias de tudo onde foi centralizado a secretaria de educação nos patrocinou uma participação na capacitação de como construir o projeto político pedagógico a nível estadual, e depois também nós tivemos a oportunidade de discutir num grupo vem menor com o João Batista Begnami, de Minas, nós lemos alguns livros que nos tínhamos sobre a construção do PPP, vimos também algumas experiências de escolas da Bahia, de construção de PPP, mas de escolas estaduais, não de escolas famílias. Também tivemos acesso a um outro estudo e apostilas sobre construção de PPP das escolas estaduais que serviram assim como capacitação para o grupo de professores que nós tínhamos e nem todos os monitores participaram dessa capacitação. Quando havia encontros nós mandávamos representantes, inclusive eu participei e outros monitores também e depois socializavam com os outros.

Houve outras intenções para a construção do PPP?

Eu acho que uma das intenções foi conhecer, ter um diagnóstico, conhecer mais o distrito, a região de São Joaquim do Pacuí. Aproveitamos uma pesquisa que foi feita pelos franceses que passaram quatro meses fazendo um diagnostico da região, nós aproveitamos também, onde eles citaram a escola como fator de mudança da região e nós também buscamos fundamentar o PPP em cima desses estudos da comunidade, desse diagnóstico que foi feito pelos técnicos franceses da Agropólis, O outro dado que nos levou a outra prioridade, foi porque ela trata da seleção dos monitores e isso ai para nós, a gente

esta tentando seguir a risca o nosso PPP , embora a gente tenha uma questão de rodízio muito grande nas escolas e eu acho que a outra prioridade também é a questão de não só acompanhar a questão do regimento escolar mas acompanhar toda a situação da organização da escola, aprofundar o histórico, a filosofia , as metas de Escola Família, acho que para nós foram estas as prioridades, além de ter um plano que a gente pudesse seguir e acompanhar, ver se vale a pena, se dar certo como gostaríamos que fosse o PPP, cumprindo desde o processo da seleção, à adaptação dos nossos alunos, o histórico, o plano de formação, se realmente a gente está tendo o PPP como uma linha mestra. A cada ano a gente ver o que precisa modificar algumas coisas no nosso PPP. Para mim ele é um processo contínuo, e que nunca terminará de ser construído, eu acho que enquanto houver monitores e alunos, a cada ano ele vai ter que ter uma parte refeita, avaliada, analisada , com a participação de todos da escola.

Quem participou na elaboração do projeto?

Participaram os monitores,tanto da base comum quanto da área técnica, a direção, o Conselho Administrativo, a coordenação pedagógica e os alunos.

Os pais ou o Conselho Administrativo participaram?

Os pais participaram através do Conselho Administrativo, que é um órgão responsável pela administração da escola.

Houve a participação dos alunos, justifique?

Teve participação de aluno e também do conselho administrativo da escola, que depois nos tivemos que socializar tudo e ver se passava na aprovação do conselho ou não à questão do projeto, e teve também a participação deles, aqueles pais que entendiam um pouco mais eles participaram da elaboração do projeto político da escola.

Como vocês se organizaram para montar o Projeto Político Pedagógico?.

Inicialmente nós distribuímos as comissões por grupo de monitores, e cada um ou dois monitores que coordenava, era responsável por uma comissão da montagem do projeto político, e depois quando todo mundo já tinha mais ou menos algo formado, era feita uma reunião pedagógica par socialização do que nos tínhamos, e até hoje ainda esta sendo construído esse projeto político pedagógico nosso, por que nunca termina, a gente sempre está encontrando novas formulas e novas coisas que nos deixamos de lado para contemplar no projeto político pedagógico.



Quanto tempo levou de estudos, reflexões participação?

Nós levamos dois anos participando de encontro de participação, formação e começamos também devagar, engatinhando no nosso da EFA do Pacuí e que ainda hoje ele não é terminado, é um processo contínuo que a cada ano a gente percebe que tem de modificar, que tem alguma coisa que tem de mexer, tem de mudar, que já avançou, que está diferente, tanto faz a questão das estruturas físicas, como alguns desafios alcançados, como também a questão do corpo docente, do rodízio dos monitores nas nossas escolas, e também uma das coisas assim maior é a questão dos nossos alunos, também o atendimento dos nossos alunos, a preocupação no atendimento.

Você utiliza o PPP nas suas atividades? De que maneira?

É como uma bússola para orientação dos trabalhos administrativos e pedagógicos da escola. Ele orienta, informa, acompanha, é transformado e melhorado em alguns itens que a equipe ache necessário, já que o mesmo é um processo inacabado. E olhando a questão solicitada pela lei, acho que nós estamos seguindo, o que ainda a gente precisa é ter um PPP mais pé no chão, mesmo mais em cima da nossa realidade, não é que o nosso não seja, a gente tenta trabalhar com o corpo docente, com o discente, com o Conselho Administrativo, com o administrativo da Escola, mas eu acho que ele ainda precisa ficar mais pé no chão mais prático, tem ainda muita teoria e ainda tem algumas coisas que a gente está assim muito preso, há muita fundamentação, eu acho que a gente precisa descer mais, mais pé no chão, e mesmo que a gente não alcance os objetivos que foram proposto, mas eu acho que a gente precisa está mais perto da realidade dos nossos alunos.

Que metodologia, você utiliza para os novos monitores para dar conhecimento do PPP?

Conversa informal com os monitores sobre o projeto, depois são encaminhados para a coordenadora pedagógica que dá uma cópia do documento para lerem, após isso são trabalhados em seminários e reuniões pedagógicas semanais.

O que é o PPP?

É um projeto construído por todos que trabalham na EFA, pela alternância entre a escola e o meio sócio-profissional. Logo é um processo contínuo, inacabado que orienta, acompanha e se desenvolve numa parceria entre coordenador, monitor/ educador, aluno, família e comunidade.

## ANEXO III

### ENTREVISTA COM A MONITORA C

Como foi a sua participação no Projeto Político da Escola?

Eu participei como monitora da Escola, todos os monitores presentes participaram do projeto e eu acho que tem que participar, porque a gente faz parte da escola e tem que conhecer como é que funciona, foi muito importante e eu acho que contribuiu um pouco com o funcionamento dessa escola.

Por que vocês decidiram construir o projeto Político Pedagógico e que intenções vocês tiveram com essa construção?

Eu acho que tem que construir esse projeto, porque a gente tem que ter diretrizes dentro de uma escola e o objetivo dele é saber trabalhar dentro daquelas regras que estão sendo propostas, ali na educação, na formação do aluno, então fomos nós que elaboramos e a gente tem que saber lidar com ele.

Teve alguma outra intenção com relação a essa construção?

Eu acho que no conjunto, tanto na convivência porque entra dentro dos projetos, da formação do aluno profissional e pessoal, de formar um cidadão, líderes, acho que o conjunto do que a gente está querendo alcançar, de objetivo, a intenção é de melhoria de qualidade de vida tanto profissional, como pessoal.

Quem participou na elaboração do projeto?

Conjunto de professores, a direção da escola, depois passou pelo Conselho, que é sabedor desse projeto.

Os pais e o Conselho Administrativo participaram?

Houve Mudanças, depois que foi passado para o conselho em algumas linhas e parece-me que houve a participação dos pais também, se não me falha a memória.

E de alunos houve participação?

Não me lembro mais, porque não foi só num dia e teve momentos que eu não estava lá, então eu não sei te dizer, Eu só sei que houve aprovação do Conselho, foi passado tudo para eles.

Como vocês se organizaram para montar o projeto?

Quando eu participei, já existia um projeto anterior e a gente foi fazer uma reformulação, então tinham várias cópias e a gente foi ler tudo. Por exemplo a gente lia um parágrafo, um pedaço. refletia-se, explicava-se o que era aquilo, se precisava mudar a gente mudava. Depois, marcava-se o dia e a gente se reunia para discutir, se explicava e, se fosse preciso mudança a gente fazia. As vezes se lia um parágrafo e, se eu achasse que aquilo ali não estava bom, aí eu colocava a minha opinião e se fosse aceita ou não, era assim que funcionava.

Quanto tempo levou para vocês construírem esse projeto, ele já está pronto ou não?

Eu não sei te dizer quanto tempo levou, porque eu não participei de todas as reuniões.

Você utiliza o PPP nas suas atividades, nas suas aulas?

A gente precisa utilizar, se não a gente foge um pouquinho mas se tenta seguir sim. O que a gente quer é alcançar o que está lá escrito, mas para isso...

Quem auxiliou nesse processo de construção além da direção, da assessoria pedagógica, houve outras intervenções?

Foram tantas, houve a participação de outras pessoas, sempre apareciam por lá a convite da Dona Maria ou não para falar principalmente da questão da nova LDB e aí foi importante pelos esclarecimentos que ajudaram a montar esse projeto e foram várias pessoas, o Paulo Melo, a Marlene Vilhena, a Hildete e várias outras pessoas que passaram por lá e ajudaram na explanação.

O que é o projeto...

Eu só espero que a gente consiga colocar em prática na íntegra esse projeto que eu acho que prática na íntegra esse projeto que eu acho que é importante, é difícil da gente trabalhar ele assim integralmente mas a gente tenta.

**ENTREVISTA COM A MONITORA B**

Como foi sua participação na construção do PPP?

Boa. Eu aprendi muita coisa, construí uma porta da formação da Escola.

Por que resolveram construir o projeto?

Porque era uma exigência das EFA's, influenciado pelo João Batista Begnami, com influência da UNEFAB.

Que intenções vocês tiveram ao construir?

De colocar ao pé da letra o Projeto Político Pedagógico, que até hoje a gente ainda não conseguiu colocar, mas eram essas as intenções. É o pé da letra é a melhoria e a aplicabilidade do sistema educacional, usando todos os critérios.

Quem participou na elaboração?

Grupo dos monitores e coordenadores.

Houve a participação de alunos e de pais?

Não diretamente, após concluirmos, demos ciências aos pais no Conselho Administrativo.

Como vocês se organizaram?

A gente dividiu os monitores em grupo, cada dupla ficava responsável por um item do projeto. Depois nós nos reuníamos, colocávamos em comum e entregávamos para a coordenação.

Quando tempo levou para construírem?

Três anos.

Você utiliza o projeto Político em suas atividades?

Algumas coisas dão para utilizar, principalmente no Plano de Formação, outras nunca foram utilizadas e como tem que fazer o inventário da escola, então dá para utilizar nas aulas, isso é só um exemplo. E os monitores não estão preparados para serem monitores, eles estão sendo professores, eles não estão sabendo trabalhar o PE na sala de aula, então vão pra o tradicional. Os antigos trabalham numa boa, agora os novos, que chegaram neste ano...

|

Quem auxiliou nesse processo... ?

Fizemos curso, seminários... Primeiro, tivemos uma oficina pedagógica com o Walter, depois novamente o João com os coordenadores para a montagem do Projeto e depois a coordenadora repassou para os monitores.

O que é o PPP?

Excelente, ele dá uma visão total do que se está trabalhando na escola e tudo que se vai trabalhar. Ele coloca a vida da escola toda nos seus papéis, é difícil colocar, mas está lá. Que é justamente quando chegar um novo monitor, ele tem condições de conhecer o que se passa.

## ENTREVISTA COM A COORDENADORA T

Como foi a sua participação na elaboração do PPP da EFA do Pacuí?

A minha participação foi ativa, porque nós fizemos a distribuição das várias tarefas e cada equipe ficou responsável por executar e todos nós participamos ativamente.

Por que vocês decidiram construir o PPP?

Porque o PPP todas as escolas devem ter, é ele que vai nos dar o norte de como se dá o funcionamento da escola, quais as metas e os objetivos que ela pretende atingir, então é ele que orienta as nossas atividades.

Houve outra intenção com a construção desse projeto, vocês queriam alcançar o quê, que outras intenções vocês tinham?

Uma outra intenção, após o projeto elaborado, seria a gente com nossos estágios, fazer que algumas instituições pudessem nos ajudar.

Quem participou desse processo?

Participaram os professores, os pais através de algumas entrevistas que nós utilizamos no trabalho da UNICEF, onde houve entrevistas com as famílias e essas entrevistas nós utilizamos também para o nosso projeto e a comunidade mais próxima, no acaso a de São Joaquim, as famílias de lá também participaram até para a construção do histórico da comunidade ao qual a escola está inserida.

Os pais ou o Conselho....participaram?

A participação dos pais foi indireta, através de documentos mas diretamente foi quando fomos levantar o histórico que nós não sabíamos, aí tivemos de sair para entrevistar lá na vila.

Como você se organizaram para coletar as informações ?

Nós nos dividimos, porque são vários tópicos do projeto e cada dupla, elaborava, depois nós sistematizávamos e verificávamos o que foi construído, fazíamos os ajustes e foi isso.

Quanto tempo levou para vocês construírem?

Para construir, porque demora, passamos bastante tempo, eu não posso te dizer precisamente, quanto tempo nós levamos, mas acho que foram uns meses, por exemplo, agora nós estávamos só em alguns

| reajustes desses anos todos, que todo ano tem que fazer, ver o que não foi alcançado e fazer um novo reajuste, é o que nós estamos fazendo, e ainda não concluímos .

Você utiliza alguma ação do PPP nas suas atividades de que maneira?

Eu tenho por exemplo na minha atividade. No PPP tem a questão que sempre quando os professores chegam, além da questão da aula, eu tenho que trabalhar com eles o perfil do monitor, como ele deve ser. E no projeto político tem os instrumentos que eu nas minhas atividades utilizo, principalmente com a Didática da Alternância e na Educação Familiar que também falo para os alunos, como é a escola, como ela funciona, então utilizo mais diretamente.

Que metodologia você utiliza com os novos professores, para dar conhecimento do PPP?

Quando eles chegam, eu vou explicar como funciona a escola, então eu pego o projeto, que geralmente fica três cópias na sala de professores, eu destaco as partes que mais interessam a eles e explico o que é e depois eu digo para eles lerem que no momento não dá para explicar tudo, então é isso que eu faço.

Como você define o PPP?

É um planejamento das ações que, devem ser realizadas pela escola e também mostra a cara real da escola, como ela funciona, sua estrutura.

### Entrevista com o Monitor V

Como foi a sua participação no PPP da escola?

No início nós participamos de reuniões, para montar o PPP, definindo as diretrizes que a escola iria tomar, depois de um certo tempo eu saí de sala de aula, aí eu parei de acompanhar mais de perto mas no início quando a gente começou a montar, a escrever, alguma coisa nas reuniões a gente estava sempre presente.

Por que vocês decidiram escrever o PPP e que intenções tiveram com essa construção?

Primeiro a questão é que o projeto é uma exigência legal que você tem que ter para o próprio funcionamento da escola e as intenções era de legalizar a escola junto ao órgão competente de ensino e também de se definir mais claramente as metas que a escola teria que seguir na questão da educação.

Quando você falou na sua participação de que maneira participaram, como foi feito o trabalho?

Eram reuniões por sinais algumas muito cansativas, porque é um trabalho que não é curto é muito longo, exige muito tempo, participamos de muitas reuniões, que foram muito discutidas, algumas coisas que nós achávamos que naquela época devia entrar, outras pessoas achavam que não, então foi uma discussão bastante complicada e demorada.

Teve alguma outra intenção nessa construção, além de seguir as diretrizes. Vocês sentiram essa necessidade realmente?

Ela veio assim de outra, porque naquela época eu só tinha o Ensino Médio, então nem tinha muito conhecimento dessa parte, então ela veio da questão da direção da escola, em função dessa necessidade que teria que se construir isso, em função do próprio futuro da escola.

Quem foram às pessoas que participaram na elaboração do projeto?

Era o grupo de monitores, os técnicos, agrônomos, veterinários, todos os que estavam aqui na época a gente trabalhou muito nessa questão das reuniões, o próprio Alexandre que era o agrônomo, que está aí no RURAP, estava nessa discussão, o Raimundo, a Rose... todos eles participaram da discussão e da montagem.



Os pais e o Conselho Administrativo participaram?

Professora eu não me lembro dessa parte aí, não me lembro muito mas lembro assim da participação dos pais e dos alunos na reformulação regimento interno da escola que seria necessário também para a montagem do projeto, mas da lembrança do projeto em si eu não tenho lembrança deles terem participado.

E dos alunos, houve participação?

Também eu não me lembro, se teve não me lembro, talvez a Telma tenha feito um trabalho em sala de aula, mas eu particularmente não lembro.

Como vocês se organizaram para montar o projeto, como ocorriam os encontros, que estava à frente?

Quem estava à frente era a Dona Maria que, era diretora e tinha mais conhecimentos nessa área e as reuniões eram organizadas geralmente a tarde, porque de manhã tinha aulas normais e onde a gente sentava e pagava tema por tema do PPP e íamos montando, discutindo, escrevendo, alguma coisa sobre aquele tema. Nessa época o Raimundo era o professor de Português, depois ele tentava dar uma arrumada aqui outra ali na questão da redação é a gente ia toda tarde por um bom período que a gente ficou direto nessas reuniões.

Quer dizer que tudo era em conjunto, não era dividido, por exemplo da área técnica ficava com um tema e os outros com outro tema?

Não, foi todo o pessoal em conjunto, assim pra gente discutir todo esse negócio assim. Depois já numas reformulações de conteúdo, já de programas, das disciplinas de alguns professores foi feito para a área técnica, assim para geografia, matemática, algumas reformulações mas na época para montar o geral foi todo mundo, a discussão foi geral.

Você lembra quanto tempo durou para vocês construírem o projeto? Ele já está pronto ou não?

Eu não me lembro quanto tempo levou, mas foi umas duas semanas que sentamos aí direto até ficar pronto, pelo que eu sei a gente nunca termina, a gente monta mas ele está em renovação, em modificação, assim por diante, então até hoje, ele não está pronto e terminado.

Você utiliza o PPP em suas atividades?

Bom eu trabalho mas na questão prática do campo, não estou em sala de aula, então a gente tenta seguir porque o regimento de qualquer maneira está incluso dentro desse projeto, a gente utiliza mas a questão do regimento interno do dia-a-dia dos alunos, da gente aqui na escola.

Você lembra de quem auxiliou nesse processo de construção, além da direção, quais outras intervenções?

Foram várias, teve aí o Paulo Melo que deu uma contribuição, teve uma outra senhora do CEE que eu não me lembro, aquela que está na UNIFAP, a profª Lúcia Borges que deu uma grande contribuição, às vezes ela não tinha tempo para vir aqui mas a gente fazia a nossa parte escrita e mandava para ela que lia e fazia as observações ou as considerações e mandava para a gente de volta.

O que é o Projeto Político Pedagógico?

É um caminho que a gente tem que seguir como escola, é como se fosse a trilha que a gente vai percorrer no processo de formação de alunos e no processo de conclusão da própria escola. É um caminho que não está pronto, ele não está em linha reta, ele pode ser modificado aqui e ali de acordo com as necessidades da escola, então ele é uma linha que vai direcionar o caminho da escola.

## JUSTIFICATIVA

Com a finalidade de subsidiar as atividades pedagógicas, culturais, sociais, religiosas e administrativas da comunidade onde a escola está inserida, e sendo o projeto Político Pedagógico o instrumento legal que organiza, direciona e estabelece as orientações relativas ao processo de ensino-aprendizagem, objetiva atender às necessidades básicas de aprendizagem dos alunos às expectativas de sua família e comunidade.

O desafio de construir uma política educacional voltada para a área rural, exige um permanente exercício de inovação e criatividade, coragem e determinação política em fazê-lo, pois a busca de uma educação básica e profissional ligada às potencialidades sócio-econômico-cultural da Região Amazônica (nesse caso ligado ao setor primário da economia), representa o rompimento com padrões educativos pouco ou nada adequados às necessidades da área rural. Apresenta-nos elementos imperiosos sobre a necessidade de pautarmos ações sócio-educativas identificadas com a perspectiva do desenvolvimento sustentável na Região e aponta-nos pistas para um novo patamar de discussões sobre educação rural, com características regionais muito específicas. Contribuições indiscutíveis, visto que estas são iniciativas pouco presentes nos projetos políticos e educativos estabelecidos em nossa Região.

Por esses e tantos outros motivos, tornar documentada uma experiência educacional, seus princípios, metas e seus protagonistas, perspectivando o registro crítico e a consolidação de um canal de discussão entre a comunidade interior e exterior à escola, significa construir um processo de enriquecimento desafiador à experiência e a todos que dela fazem parte.

Analisar e incrementar a qualidade pedagógico-educativa do trabalho que ora desenvolvem, para a construção de novas e efetivas condições de exercício da cidadania, assim como, promover um maior intercâmbio sócio-cultural entre as famílias e as comunidades atendidas com o trabalho da escola e difundir novas tecnologias agrícolas e agropecuárias adaptadas à Região, considerando o respeito ao meio ambiente, também fazem parte desse processo educativo onde os alunos, as alunas, os professores e professoras e a comunidade, descobrem que são sujeitos de direitos, que podem lutar para ter e manter os seus direitos.

É com esses objetivos que a experiência educacional da Escola Família Agrícola do Pacuí – EFAP, uma iniciativa educacional instalada na região Amazônica, apresentando um caráter cooperativo e comunitário, realizando um trabalho de formação profissional e educação geral, como eixos fundamentais na construção e conquista da cidadania de seus alunos e alunas.

A Escola Família Agrícola do Pacuí é, para seus alunos e alunas, uma alternativa concreta de formação profissional próxima à sua realidade, realizando projetos de interesse da comunidade, intencionando instalar uma nova discussão sobre a produção agrícola local e aliando a isso uma

| perspectiva de trabalho pedagógico ligada às questões cotidianas de uma localidade dedicada às atividades agrícolas e agropecuárias; tornando-a uma experiência rica de fundamentos para continuar desenvolvendo um projeto educativo sócio-ambiental para a Região.

Evidencia-se, na experiência da Escola, que a educação tem sido a melhor contribuição para a realidade rural, pois os cidadãos podem se agrupar e envolverem-se em um projeto educativo e cultural, que pode assegurar uma formação consistente, bem como a permanência destes na sua propriedade rural.

## **I – APRESENTAÇÃO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO**

#### **A) – Escola**

**Nome:** Escola Família Agrícola do Pacuí

**Endereço:** Rodovia Macapá Cutias Km 123

Distrito de São Joaquim do Pacuí – Macapá/AP

Fone: (0xx96) 3231103, Fone/Fax – 242-0015

E-mail: [afefarp@tvsom.com.br](mailto:afefarp@tvsom.com.br)

#### **B) – Entidade Mantenedora**

**Nome:** AFEFARP – Associação das Famílias da Escola Família Agrícola da Região do Pacuí

**Endereço:** Rodovia Macapá Cutias Km 123

Distrito de São Joaquim do Pacuí – Macapá/AP

CEP: 68912-500

Fone: (0xx96) 3231103, Fone/Fax – 242-0015

E-mail: [afefarp@tvsom.com.br](mailto:afefarp@tvsom.com.br)

**CNPJ:** 23.088.8594/0001-30

**Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos:** Nº 44006.001934/99-33.

Diretoria: **Presidente:** **Raimundo de Souza Costa**

Vice-Presidente: Rosena Vilhena de Almeida

Secretário: Ana Patrícia Cordeiro Ramos

2º Secretário: Marinelson Antonio Santos da Silva

Tesoureiro: Idoel Sarmento dos Santos

2º Tesoureiro: Teófilo Rodrigues de Souza

C) – Etapas da Educação

**Ensino Fundamental (5ª à 8ª série)**

**Ensino Médio**

**Educação Profissional (Qualificação Básica e Técnico em Agropecuária)**

- Usando como metodologia a Pedagogia da Alternância

**D) – Localização**

**- Descrição Geográfica**

O distrito do Pacuí está localizado a 120 km da capital Macapá. É fronteiro ao norte com o município de Cutias, a oeste com o município de Ferreira Gomes, ao sul com o município de Itaubal e a leste com o Oceano Atlântico. Apresenta três grupos principais de vegetação: campos inundados, cerrado e floresta. Os solos que predominam são: latossolo amarelo, hidromórfico Gleys e laterita. a temperatura média anual é de 26° C, com uma umidade relativa de 80 – 85% e uma pluviometria de 2.400 mm concentrada nos meses de janeiro a julho.

A população é de aproximadamente 4.700 habitantes. Pacuí é o distrito que apresenta a maior densidade populacional rural do Estado. Seus habitantes vivem principalmente das atividades agrícolas e é constituída de pessoas de baixa renda e baixo nível escolar. Os diferentes usos dos recursos naturais são inadequados as condições ambientais dos ecossistemas locais, pois eles provocam principalmente a extinção de algumas espécies animais, redução do estoque de peixes e degradação contínua dos solos. Para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas do Pacuí, e em consequência promover a melhoria da renda dos produtores, o Governo Estadual – AP assegura o transporte dos produtos até as feiras da capital, freqüentada por inúmeros consumidores<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Pesquisa ICRA – Centro Internacional de Pesquisa Agrícola Orientada para o Desenvolvimento – 1999

## **.2 ORIGEM E HISTÓRICO**

A) – Origem da Escola Família Agrícola:

A primeira Escola Família surgiu em 1935, em Lot-et-garonne, província francesa. Onde um grupo de agricultores, ajudados pelo abade Garanereau, organizou um tipo de ensino onde a permanência de seus filhos na paróquia e na família se alternavam. Esta alternância permitia aos alunos a conciliação entre trabalho agrícola e estudo. Posteriormente estruturou-se a iniciativa em uma semana de internato, com uma seqüência de duas ou três semanas de trabalhos práticos na propriedade familiar. A metodologia teve plena aceitação dos pa

is que passaram a chamar o internato de “*maison familiale*”. Prendendo-se a denominação de “*casas familiares*” ao fato de serem os pais, além de orientadores de seus filhos na propriedade familiar, responsáveis pela administração da nova modalidade escolar.

Houve uma grande evolução da “*maison familiale*”, sua metodologia foi aperfeiçoada e expandida, originando uma rede nacional de escolas de aprendizagem rural. Integrando-se as mesmas ao sistema oficial de ensino francês desde 1960, recebendo alunos procedentes da escola primária. O curso é concluído em três anos, após o qual o aluno recebe o “*Brevet D’aprentissage Agricole*”. O triênio de estudos equívale ao ciclo curto de ensino agrícola francês, controlado pelo Ministério da Agricultura da França, e que também proporciona subsídios financeiros às escolas. O programa de ensino contempla os conteúdos dos programas das demais escolas oficiais, porém sem perderem a originalidade requerida pela alternância. Atendendo em escolas separadas, jovens de ambos os sexos na faixa etária a partir de 14 anos.

Durante os anos 60, surgiram Escolas Famílias na Itália, Espanha, Norte da África, Argentina e Brasil.

No Brasil elas foram implantadas inicialmente ao Norte e Sul do Estado do Espírito Santo, em áreas rurais ocupadas por imigrantes europeus, por uma iniciativa do “Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo” (MEPES).

Atualmente no Brasil existem 200 Associações de Escolas Famílias Agrícolas, 15.000 jovens atendidos, 100.000 famílias de agricultores e outras profissões, 3.000 entidades envolvidas; 200 (duzentas) EFA's (Escolas Famílias Agrícolas) em funcionamento, distribuídas em 23 Estados, sendo que 90% são do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série 10% de Ensino Médio Profissionalizante. Todas são mistas e autorizadas. Das 200 EFA's, 60% são reconhecidas e 40%, em processo de reconhecimento e 50 (cinquenta) em fase de implantação. Todas são filiadas à UNEFAB (União Nacional das Escolas Famílias do Brasil), fundada em março de 1982.

As Escolas Famílias abrangem regiões que se caracterizam como zonas agrícolas tradicionais, de pequenas propriedades rurais, onde a força de trabalho é constituída de mão-de-obra familiar. Sendo a agricultura de subsistência o sustentáculo econômico de tais áreas.

#### **B) – Histórico, Filosofia e Metas da Escola Família Agrícola do Pacuí:**

A história das Escolas Família Agrícola é antes de tudo, a história de uma “Idéia – fato”, a história que vive até hoje. Foi a idéia de uma pessoa, filho de pequeno agricultor que, durante toda sua vida esteve comprometido com o meio rural, dividindo as angústias, as esperanças, as lutas e as injustiças.

Foi a convicção de uma pessoa que acreditava que algo deveria ser feito para que aquela situação de marginalização pudesse começar a mudar.

Surgia uma forma de educação que cortaria o individualismo e levaria em conta a promoção integral do homem: o ser humano, sua família, seu ambiente. Fazia-se urgente descobrir um modelo que superasse o desligamento entre ação – reflexão muito comum em regiões subdesenvolvidas. Era preciso cortar o intelectualismo existente nas escolas e a desvalorização das profissões das áreas primárias e secundárias da economia. A Escola Família Agrícola surgiu como resposta.



Como instituição já tratada em tantos países e revelada eficaz, expandiu-se rapidamente e hoje em todas as regiões do Brasil.

Observando alguns aspectos históricos sobre a variedade e riqueza das experiências educativas que representam as EFA's do Brasil, é preciso tecer algumas generalizações: A maioria das EFA's iniciou suas atividades e suas ações comunitárias desenvolvendo-se ligadas diretamente a trabalhos paroquiais ou diocesanos. Em consequência disso e também como necessidade para respeitar as exigências das comunidades rurais, as EFA's continuam engajadas nessas pastorais. A intensidade varia de EFA para EFA e das motivações humanas e espirituais de todo o “corpo” educativo dela.

A Escola Família Agrícola do Pacuí, localizada na comunidade de São Joaquim do Pacuí, na Rodovia Macapá/Cutias – Km 123, iniciou suas atividades em janeiro de 1989, com o voluntariado de padres italianos, ministrando “um curso informal de suplência de 1º grau com algumas atividades paralelas em agropecuária”, tendo como mantenedora a Associação das Famílias da Escola Família Agrícola da Região do Pacuí – AFEFARP – entidade sem fins lucrativos que sobrevive com os recursos dos próprios associados e recursos financeiros provenientes de convênios firmados inicialmente com o Diocese de Macapá/ONG Italiana AES (Associação dos Amigos do Espírito Santo), entidades sociais federais, estaduais, municipais.

A exemplo da experiência ocorrida no Espírito Santo, no Pacuí a iniciativa também ao encargo de um grupo de voluntários, em colaboração com a Diocese e a ONG italiana – AES, que embasado nos conhecimentos acumulados pelo MEPES resolveu implantar uma Escola Família em plena região amazônica contando, também com a ajuda, através do sistema de mutirão, da região do Pacuí que apoiou e ajudou na implantação do projeto.

**Intencionava-se a instalação e manutenção da Escola, beneficiando os membros da Associação das Famílias da Escola Família Agrícola da Região do Pacuí - AFEFARP e a população da Região.**

A Escola Família Agrícola do Pacuí tem como objetivo atender à clientela estudantil do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e Ensino Médio (com quatro anos de

|

duração), procurando “evitar o êxodo rural”, já que a migração de jovens para a cidade em busca de escola ou de oportunidade de trabalho é uma constante nas comunidades rurais do Amapá. Geralmente vivem à margem da sociedade, excluídos de uma vida digna e de participação nas estruturas sociais.

Visando atender esse objetivo, a Escola Família Agrícola do Pacuí apresenta uma experiência pedagógica de curso profissionalizante no setor primário da economia para adolescentes e jovens, filhos de pequenos produtores rurais, cuja produção restringe-se, na maior parte dos casos, da monocultura da mandioca, proporcionando-lhes técnicas agrícolas adaptadas à região e às condições financeiras do pequeno produtor, como forma de criar uma nova cultura de produção local, que seja mais lucrativa (explorando um mercado ainda insipiente, como na produção da fruticultura) e que respeite o meio ambiente.

As atividades obedecem assim, um programa anual de aulas teóricas e práticas na propriedade da Escola com produção de ovos, carne, leite, mel, frutas, verduras e Industrialização Rurais como: licores, doces, queijos e outros. Além das atividades extracurriculares de caráter sociocultural e comunitário, visando o desenvolvimento de projetos inovadores na produção agrícola local, bem como a integração da Escola com a Família e a comunidade.

Em 1991, com a chegada do Sr. Sandro Rigamonti e sua esposa a Profª. Maria José Rigamonti, dois idealizadores de uma experiência de Escola Agrícola realizada no estado do Amazonas, o ideário da Escola Família Agrícola no Amapá toma novos rumos e em Janeiro de 1991, para melhor atender à população da região e para fins de reconhecimento junto aos órgãos competentes do Sistema Estadual de Ensino, essa instituição escolar instalou-se legalmente com a Habilitação Profissional Antecipada em Agropecuária, amparada nos artigos 1º, 64 e 76 das leis (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) nº 4024/61, 5692/71 e 7044/82. Segundo princípios de uma filosofia própria, “*considerando o aluno inserido em sua família e comunidade objetivando a aquisição de um conhecimento global do meio rural*”.

Dentre suas principais metas temos:

|

*“Evitar que o jovem ruralista abandone o meio rural em busca de estudos ou emprego proporcionando-lhes a difusão de Técnicas Agrícolas adaptadas à região e as condições financeiras do pequeno produtor rural no respeito ao meio ambiente”.*

***“Proporcionar aos educandos o ciclo de estudos previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), sendo o Ensino Fundamental com Qualificação Básica em Agropecuária e os estudos de Ensino Médio com Habilitação Técnica em Agropecuária”.***

*“Proporcionar aos outros componentes curriculares um ambiente de convivência fraterna, no respeito aos direitos de todos e no exercício das responsabilidades individuais e coletivas, tendo em vista os direitos e os deveres próprios do exercício da cidadania”.*

*“Trabalhar uma formação crítica e participativa, que provoque o surgimento de lideranças locais e elementos mobilizadores de novas e mais qualificadas intervenções dos trabalhadores do setor primário da economia”.*

### **1.3 O QUE SÃO EFA's?**

São escolas organizadas em associações de famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar a problemática comum, da evolução e do desenvolvimento local, através de atividades de formação, principalmente dos jovens sem, entretanto, exclui os adultos.

### **1.4 CARACTERÍSTICAS DAS EFA's**

As EFA's se caracterizam pela:

**a) Pedagogia da Alternância** – Que leva o jovem a alternar sessões na família/comunidade e escola. A alternância acontece de tal forma, onde o trabalho e estudo são momentos interligados porque, em ambos os momentos, se aprende e se interage.

**b) Associativismo** – As associações, formadas por famílias, respondem jurídica e economicamente pelas EFA's e assumem a sua gestão.

**c) Formação Integral** – A EFA promove a formação do jovem do meio rural nos seus aspectos social, humano, profissional, intelectual, ético e espiritual.

|

**d) Desenvolvimento Local** – Através da formação de seus próprios atores.

### **1.5 OBJETIVOS DAS EFA's**

A Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola, enfatiza o meio como fator privilegiado do processo ensino-aprendizagem, sendo o ambiente escolar local de sistematização científica e ponto de partida para organizar pesquisas, integrando, desta forma, teoria com prática, ação com reflexão. São objetivos das EFA's do Amapá:

- Desenvolver atividades educacionais, ajudando a aceleração do desenvolvimento do meio rural, sem perder os seus valores históricos e culturais;
- Oferecer ao meio rural uma liderança motivada e devidamente preparada para que possa estimular e orientar o desenvolvimento técnico em geral e o comunitário, em particular;
- Reduzir o êxodo rural;
- Fortalecer as pequenas propriedades da região;
- Difundir alternativas de produção e novas tecnologias para região;
- Valorizar o homem e a mulher do campo;
- Incentivar a participação dos pais na vida escolar dos filhos;
- Promover integração entre os pequenos produtores;
- Tornar o educando sujeito da sua própria história.
- Respeitar as tradições sócio-culturais, e conhecimento empírico das famílias em seu meio comunitário.

### **1.6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

As EFA's são criadas depois de longo processo de discussão, de amadurecimento e mobilização, até a organização de uma associação de pais, jovens e outras pessoas da sociedade que se disponham a colaborar na construção e na manutenção da escola. Os associados são capacitados no exercício da gestão através de diretorias e conselhos.

### **A) Direção**

A Escola Família Agrícola do Pacuí tem como gestora a Pedagoga Maria José de Souza Rigamonti, 56 anos de idade, moradora antiga da cidade de Macapá e há 10 anos vem trabalhando no projeto Escola Família Agrícola. A pedagoga tem 30 anos de magistério, foi indicada pelo presidente da associação mantenedora – AFEFARP e fez pós-graduação em administração e supervisão escolar.

### **B) Conselho Administrativo**

O conselho é composto pela diretoria da AFEFARP, diretoria da escola, representante da autoridade local, representante do corpo docente da escola, representante dos pais de alunos de cada turma, representante dos ex-alunos e representante dos alunos.

#### **Conselheiros:**

- Raimundo de Souza Costa
- Raimundo Conceição Pessoa
- Idoel Sarmento dos Santos
- Ana Patrícia Cordeiro Ramos
- Marinelson Antonio Santos da Silva
- Italo Tarcisio de Souza Rigamonti
- Raimunda de Farias Pantoja
- José Maria Costa dos Santos
- Cirio Campos Ramos
- Maria Estelita Maciel Lobato
- Raimundo pereira
- Antonio Valdecy Reis
- Maria José de Souza Rigamonti
- Telma dos Santos Ferreira Reis
- Rosena Vilhena de Almeida
- Diocelso Nunes do Nascimento
- Lázaro Carmo Reis
- Teófilo Rodrigues
- Izaías Mendes da Silva

- Monitor/Professor da EFAP
- RURAP Local
- Agência Distrital – PMM

## **II – A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA**

A Escola Família Agrícola do Pacuí vê a educação como formação integral da pessoa humana, proporcionando qualificação básica, habilitação técnica e a formação do cidadão e da cidadã. Para a EFA do Pacuí educação é um ato político visando preparar os filhos do campo para a vida em comunidade, sociedade, de forma organizada e consciente dos direitos e deveres, visando formar jovens empreendedores, abrir perspectivas de futuro dentro do próprio meio de origem, ajudando no desenvolvimento em bases sustentáveis através da Pedagogia da Alternância.

É uma Pedagogia da dialética: ação – reflexão – ação. Utiliza – se o plano de estudo como meio.

Sistema: as famílias e as comunidades são a base do processo educativo. Os alunos representam o motor. Os monitores são os técnicos e animadores. Quer dizer que, cada um tem uma responsabilidade específica, porém, existe uma interdependência e um papel próprio.

O sistema Escola Família Agrícola deve ser um sistema de inter educação. Isso quer dizer, para todos: alunos, monitores, famílias e comunidades. Na dialética: ação – reflexão – ação, a reflexão é o momento de tomada de consciência e a ação é o alimento da reflexão.

Três princípios fundamentais que caracterizam as EFA's:

- a) A responsabilidade efetiva dos pais e da comunidade inteira no andamento da escola e a sua participação na formação de seus jovens;
- b) Uma pedagogia particular para o desenvolvimento integral do jovem do meio rural. Ela usa como método de formação a alternância entre períodos de escola e períodos de trabalhos numa empresa agrícola. Esta empresa é a dos pais ou de um acompanhador de estágios numa e noutra.
- c) Uma participação contínua e responsável à vida da comunidade local no que se refere ao desenvolvimento, de maneira que a escola – família contribua de uma

forma determinante com sua própria originalidade cultural, promocional e associativa.

## **2.1 – CARACTERÍSTICAS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA**

A Pedagogia da Alternância é uma corrente pedagógica para além das pedagogias modernas. Comprometida com o ser humano integral, visto como ser político, como sujeito de direitos e deveres, num contexto da sociedade, comprometida, pois com a formação para a cidadania.

Comprometida com a formação de construtores de novos conhecimentos, fundada na crença de que a aprendizagem é mais efetiva se baseada na realidade e na experiência sócio-profissional dos alunos e suas famílias e não na mera repetição de conteúdos já produzidos numa ótica “urbanóide”. Trabalha-se no sentido de que os próprios alunos possam ampliar e aprofundar seus conhecimentos, valorizando a relação educandos–alunos; escola–família–comunidade e trabalho, nas quais o educador é o mediador do conhecimento que os alunos e as famílias possuem e os que a escola deverá transmitir.

### **A) Prioridade da Experiência Sócio-profissional**

**A experiência sócio-profissional é o ponto de partida e de chegada do processo ensino-aprendizagem na EFA. A natureza é o melhor lucro! A vida ensina mais que a escola. O aprender pelo fazer concreto no dia a dia, na experiência de trabalho, na vivência familiar e comunitária é valorizado e considerado.**

**A aprendizagem acontece, principalmente, nos períodos de atividades em casa e no trabalho. O método adotado é o indutivo: de concreto para o abstrato; do contexto sócio-político, econômico e cultural local para o mundial; do particular para o geral; do local para o universal; do prático para o teórico. Estas idéias possuem bases teóricas em Jean Piaget, Carl Rogers, John Dewey, Paulo Freire, Demerval Saviani e outros, como Consinet e Freinet.**

### **B) Articulação de Espaço e Tempo em Diferentes Situações**

A pedagogia da Alternância articula ritmos em diferentes situações de espaço e tempo para:

- Criar sinergias - sintomas de relações;
- Favorecer o processo de formação pessoal e comunitária;
- Integrar a escola com a vida do aluno, comunidade e experiência sócio-profissional.

Esses ritmos e espaços são estruturados por:

- Temáticas progressivas nas Alternâncias;
- Articulação dos conteúdos curriculares oficiais com os temas da realidade (contexto);
- Preparação de visitas de estudos, estágios e intervenções externas;
- Realizações de experiência como atividade de retorno, visando solucionar situações, problemas dos alunos e suas famílias;
- Visitas às famílias e acompanhamento personalizado dos alunos;
- Avaliação contínua do processo.

A Pedagogia da Alternância se processa dentro do princípio da ação – reflexão ação.

## **2.2 OS INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS**

A Escola Família Agrícola do Pacuí possui um conjunto de instrumentos metodológicos específicos:

**A) Plano de Estudo (PE)** – é uma pesquisa sobre um tema escolhido previamente pelos monitores, educandos e pais. A organização desta pesquisa se dá no final da alternância escolar onde os próprios alunos participam da elaboração do roteiro da pesquisa e os monitores colaboram na sistematização da mesma. O Plano de Estudo deve ser desenvolvido durante a Alternância Familiar para ser colocado em comum na Alternância Escolar seguinte, conforme o planejamento da EFAP;

**B) Colocação em Comum (CC)** – é uma estratégia de socialização da pesquisa do Plano de Estudo, onde ocorre debate, problematização, perguntas e síntese do conhecimento de cada um no conhecimento do grupo;



|

**C) Caderno da Realidade (CR)** – é onde fica documentado o resultado da pesquisa do PE. É o espaço para o jovem formalizar o saber do meio rural e das experiências adquiridas de forma crítica, os relatórios das visitas de estudo, observações, sínteses, desenhos, croquis, fotos mapas e aprofundamento nas aulas ou cursos também devem fazer parte deste documento como complementação dos conhecimentos adquiridos e apropriados. O CR é um elo orgânico entre a escola, a família e o meio comunitário. Ele deve reforçar o interesse do aluno pelo o que ele faz e as implantações nele contidas devem constituir-se em ligação entre o seu meio e a escola. A organização do CR, em parte e desenvolvida em casa e em parte na EFAP, com toda uma orientação dos monitores. O CR objetiva instigar o jovem quanto a sua autonomia para que ele mesmo seja ator do seu processo educativo. Ele sugere que, a partir da realidade constatada, acrescida dos saberes teóricos – escolares – os jovens busquem uma solução concreta, através de organizações para reivindicações de direitos, para produção, industrialização e comercialização em grupos... O CR pode ser o projeto Profissional do jovem no último ano da formação em nível do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e Médio Profissionalizante;

**D) Viagens e Visitas de Estudo** – geralmente, as viagens acontecem uma vez ao ano para uma localidade mais distante, fora do Estado. As visitas são atividades constantes, organizadas a partir de cada tema do Plano de Estudo. Objetiva levar o jovem a confrontar o conhecimento de cada um da família com os conhecimentos dos outros, sobre o PE em questão, por exemplo: criação de abelhas, suínos, cooperativas de pequenos produtores...

**E) Visita às Famílias** – Mais um instrumento para integrar os espaços e tempos diferentes – a EFAP e a família. Devidamente planejadas e realizadas de forma sistemática a visita objetiva:

- conhecer a realidade do aluno e o seu meio para aprofundar nos problemas de ordem sócio - econômico e suas influências sobre os educandos, tanto no âmbito comportamental, quanto no âmbito das capacidades de aprendizagem etc.;
- Acompanhar as experiências dos alunos, realizadas a partir dos Planos de Estudo;
- Conscientizar as famílias sobre o seu papel na educação dos filhos e coatores da alternância, bem como da importância da participação na EFAP, através da associação;

- As visitas às famílias permitem uma avaliação de todo o projeto educativo na EFAP: profissional, intelectual, humano, comunitário, social e ético-espiritual;

**F) Projeto Profissional do Aluno** – é um projeto que o aluno deve desenvolver ao longo do curso e apresentar no último ano do curso. Vale, sobretudo, para o ensino médio profissionalizante. O aluno aprende a fazer projeto fazendo o seu próprio. O projeto, além de requisito para conclusão do curso, é um meio de inserção profissional ou geração de trabalho e renda.

### **III – ALCANCE SOCIAL DO PROJETO**

Toma proporções que ultrapassa uma prática educacional centrada na preocupação apenas com o conteúdo escolarizado, alheio a uma série de influências que o meio social exerce sobre o jovem. Toma proporções mais amplas, atingindo o estudante no seu contexto de vida.

A ideologia que fundamenta, que orienta a prática educativa das EFA's, nasce da consideração do homem e da mulher como ponto central e convergente da realidade que os circunda. Assim, a EFA objetiva juntar forças sociais no meio rural visando desenvolver uma educação o mais integral possível da pessoa – formar indivíduos que se sintam capazes de encontrar em si e em sua comunidade as forças necessárias para o engajamento em mudanças políticas, sociais, técnicas e econômicas.

#### **3.1 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE**

- A Escola Família Agrícola do Pacuí oferece o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e Médio com matrícula por componente curricular em regime de crédito, concomitante com a Educação Profissional em nível Básico e Técnico em Agropecuária.
- O corpo docente é composto com diferentes níveis de formação: Magistério, Pedagogos e área Profissionalizantes.

A estrutura e funcionamento da Escola caracterizam-se por atender as finalidades da filosofia da Escola Família Agrícola, da legislação de ensino e as exigências de uma

educação para a cidadania. Funciona em regime de internato, com período de alternância, ou seja, um período que os alunos e alunas deslocam-se até suas famílias e desenvolvem atividades apreendidas na escola, na propriedade de seus pais.

Para fins de reconhecimento junto aos órgãos competentes do Sistema Estadual de Ensino, a escola foi autorizada a desenvolver suas atividades educacionais através da Portaria de Funcionamento nº 0312/92 – SEECE, sendo reconhecida com Parecer nº 36/94 – CEE/AP, datado de 06/12/94. O Ensino Médio foi autorizado a funcionar através do Parecer nº 10/97, datado em 25/06/97, sendo reconhecido com Parecer nº 013/98 – CEE/AP.

### **3.2 OBJETIVOS DA EFAP**

#### **A) Objetivo Geral**

A EFAP existe para promover o desenvolvimento econômico, social, cultural e político das famílias de seus alunos e conseqüentemente das comunidades a que fazem parte, através da troca de experiências relacionadas a formação agropecuária e principalmente, auxiliando o crescimento da pessoa humana.

Proporcionar uma formação humanística e profissional, integral, buscando desenvolver a pessoa como um todo em todas as suas dimensões: intelectual - profissional, humano - social e espiritual – ético - ecológico, visando a promoção pessoal, familiar, comunitária e o desenvolvimento sustentável da região.

#### **B) Objetivos Específicos**

A formação geral visa instrumentalizar o exercício da cidadania e propiciar continuidade aos estudos.

A formação técnico-profissional visa a Qualificação Profissional Básica e Habilitação Técnica para inserção na agricultura familiar e outras profissões relacionadas com o meio rural ou empreendimento da propriedade ou cooperativa.

A EFAP terá em vista o aluno como um ser em potencial e em caminho para conquistar a sua libertação; um ser inacabado e capaz de sua própria complementação e transformação; um ser que, por vocação divina, é chamado a ser um agente de transformação do mundo exterior através do seu trabalho.

A EFAP coloca-se ao lado de cada aluno para acompanhá-lo com discrição na obra educativa, no respeito da sua personalidade, procurando, através da vivência comunitária e das disciplinas lecionadas, preparar o aluno para que, voltando na própria comunidade possa ser um elemento sensibilizador e animador no trabalho do campo e na vida geral da própria comunidade.

A Escola é consciente de que cada formação, para ser autêntica, deverá visar ao homem na sua fé cristã transcendental, na sua ação construtiva do mundo, chamado a ser um colaborador na obra criativa de DEUS.

### **3.3 CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE, DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO**

#### **A) A Comunidade**

O Distrito de São Joaquim do Pacuí, pertencente ao Município de Macapá, está localizado em uma região de planície, possuindo duas áreas bem distintas: uma de várzea e outra de terra firme. Situa-se entre os municípios de Cutias do Araguari e Itaubal do Pírim. É drenado pelos rios Pírim, Pacuí e Gurijuba, além de inúmeros igarapés. É formada por 25 comunidades e uma população de mais ou menos 6.000 habitantes.

A região interliga-se com a capital do Estado através da AP 70, que faz a ligação da capital com o município de Cutias do Araguari.

Sua origem data do início do século com a vinda das primeiras civilizações brancas, oriundas das ilhas do Bailique/AP e do Pará. Porém, sabe-se que antes dos brancos a região era habitada por índios. A descoberta de dois cemitérios indígenas em Santa Luzia e São Francisco comprova esta versão. Mas, foi somente no ano de 1931, que se deu a definitiva ocupação do distrito, com a chegada do Senhor Manoel da Silva Cordeiro, conhecido como Manoel Braga, vindo da localidade de Bom Jardim, região do Bailique. Conta a história que Manoel Braga, regateador de gêneros alimentícios de primeiras necessidades (peixe, café, açúcar, sal, etc.) subira o rio Pacuí para exercer tal ofício, encontrando com o ribeirinho Cipriano de Tal, e encantado com a exuberância da natureza, manifestou interesse em adquirir um lote de terra para trabalhar a agricultura, onde posteriormente fez seu primeiro roçado.

Poucos meses depois, retorna com mais dois companheiros: Manoel Louredo da Silva (cunhado) e Raimundo Sarges. Com a roça já queimada, os amigos a plantaram e retornaram novamente ao Bailique, a espera do amadurecimento do fruto de seu trabalho.

Por volta de 1933, os três amigos retornam, já com suas famílias ao Pacuí, exceto Raimundo Sarges que era solteiro. Manoel Braga trouxe a esposa Maria Ramos Cordeiro e mais os cinco filhos Iverdina, Faustino, Izarina, Aurino e Joaquim; já Manoel Louredo trouxe a esposa e três filhos Raimundo, José e Osório. Desde essa época, as famílias não mais saíam do local, onde hoje se ergue a próspera e linda vila de São Joaquim do Pacuí.

A denominação de Vila de São Joaquim deveu-se a Manoel Braga, homem religioso, devoto de São Joaquim, que quando aqui se instalou, passou a festejar o glorioso santo, sempre no dia 16 de agosto. A princípio, sozinho, depois em 1955, com a irmandade, que era um tipo de organização responsável pela realização do evento. Os festejos iniciam no dia 11 e se estendem até o dia 16. Eram festas bonitas, onde serviam para integrar as localidades, rever velhos amigos e fazer novas amizades. Durante a realização do evento dançavam, bebiam, comiam, rezavam ladainhas em louvores ao santo padroeiro. A partir daí a localidade passou a chamar-se São Joaquim. Pacuí, por sua localização junto ao rio Pacuí e também pela abundância de uma espécie de peixe chamado pacu que existe na região e é bastante apreciado pela população.

A agricultura pacuiense é tipicamente de subsistência, onde predomina a monocultura, destacando-se o cultivo da mandioca. O sistema de produção é rudimentar. O preparo do solo, por exemplo, ainda consiste na milenar derrubada e queima da mata. Entretanto já se vislumbra sinais de mudanças nesse sentido.

Como agente de mudança destaca-se a Escola Família Agrícola do Pacuí, que tenta repassar aos agricultores da região, através de seus alunos, uma agricultura diversificada e consorciada, preferencialmente a fruticultura cultivada conjuntamente com a mandioca. Outra ação importante que merece registro é a implantação do PDSA (programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá), ações do governo do Estado, que nos últimos anos vem incentivando o beneficiamento de alguns produtos da floresta através de pequenas fábricas comunitárias, bem como o consorciamento de outras culturas como: abacaxi, banana, pupunha, melancia, etc.. Estas ações são incrementadas na região através da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAF, Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Atualmente foi montada uma fábrica de farinha que veio viabilizar a mecanização do beneficiamento da mandioca. A referida fábrica, que tem capacidade de produzir 60 sacas de farinha dia, foi montada pelo Governo do Estado e gerenciada pela Associação dos Produtores Rurais de São Joaquim que, através de uma cooperativa que pretende atender aos produtores de mandioca das comunidades mais próximas de São Joaquim.

A pecuária praticada na região é do tipo extensiva. A criação do gado ocorre principalmente nos campos inundáveis do Piririm, Gurijuba e Pacuí, com destaque para a criação de búfalos, além da criação de suínos ao ar livre. A caça e a pesca, embora proibida por lei, é praticada na região como forma de complementação alimentar das famílias, destacando a captura da capivara, jacaré, tatu, veado, caititu entre outros. A pesca artesanal (malhadeira, tarrafa, zagaia, etc..) é praticada principalmente em épocas de estiagem com a captura de traíra, tucunaré, tamuatá, apaiari, piranha, etc..

A região do Pacuí possui um grande potencial turístico, porém, é pouco explorado por falta de infra-estrutura e incentivo dos órgãos ligados aos setores. A região é permeada por belas paisagens naturais além de inúmeros igarapés com águas cristalinas, destacando-se o balneário de São Joaquim e Santa Luzia, que se constituem nas maiores atrações aos veranistas.

A população do Pacuí, na sua maioria tem como religião predominante o catolicismo.

A comunidade escolar participa das decisões juntamente com a escola, através do conselho administrativo e das assembléias da AFEFARP.

## **B) Alunos e Família**

Na Escola Família Agrícola do Pacuí os alunos formam um ambiente familiar, que através da equipe de assessoria disciplinar e do grêmio estudantil promovem a formação moral estimulam o espírito de cooperação e solidariedade, onde exercem os valores da democracia, do respeito humano, favorecendo a inter-relação grupal, o aprendizado e instrumentalizando o exercício da cidadania.

As famílias dos educandos da Escola Famílias Agrícola do Pacuí, vivem principalmente das atividades agrícolas, cujo perfil se caracteriza por baixos níveis de renda e escolaridade. A produção agrícola é baseada em sistemas tradicionais (monocultura da mandioca), reconhecidamente inadequados para as condições ambientais do ecossistema

da floresta Amazônica e a outra vinculada ao extrativismo predatório dos recursos naturais, que tem condenado à extinção de várias espécies animal e vegetais.

O nível de escolarização dos pais dos alunos da EFAP em % são: 3,23 são analfabetos; 19,35 com primário incompleto; 20,97 com primário completo; 33,33 com 5ª e 8ª séries incompletas; 11,30 com 5ª e 8ª série completa; 2,69 com 2º grau incompleto; 9,13 com 2º grau completo.

### **C) Clientela e Abrangência**

Desde a sua fundação a EFAP, já atendeu 1.098 jovens, em sua maioria filhos de agricultores. Atualmente a Escola recebe, por ano, em média 100 alunos para o Ensino Fundamental com Qualificação Básica em Agropecuária, com idade variando de 11 a 20 anos, e 100 no Ensino Médio com Habilitação Técnica em Agropecuária com idade variando de 16 a 33 anos. A maioria dos alunos é do sexo masculino.

Os alunos são oriundos de 2 Estados (Amapá e Pará); 16 Municípios (Amapá, Calçoene, Cutias do Araguaí, Itaubal do Piririm, Laranjal do Jari, Macapá, Santana, Pedra Branca do Amapari, Tartarugalzinho, Mazagão, Ferreira Gomes, Serra do Navio, Porto Grande, Afuá, Pacajá, Altamira e Anapú), compreendendo 54 comunidades (Tracajatuba I, II e III; Santo Antonio do Pedreira; Campina do São Benedito; São Benedito do Pacuí; São Joaquim do Pacuí; Dois Irmãos; Ponta Grossa; Carmo do Maruanum; São Tomé; Lontra do Pedreira; Curiaú; Carnot; Calçoene, Bom Destino; São Sebastião; Breu; Água Branca do Cajari; Cutias do Araguaí; Curicaca; Conceição do Macacuári; Carmo do Macacuári; Gurupora; Bom Jesus do Araguaí; Amapá; Santana; Macapá; São Raimundo do Piririm; Rio Vila Nova; Tucano II; Sete Ilhas; Cachaço; Santa Rosa do Araguaí; Livramento do Pacuí; Santa Luzia; Ramal do Armentino, Catanzal; Corre-água; Abacate do Pedreira; Nova Esperança; Ferreira Gomes; Porto Grande; Rio Vieira; Rio Orível; Igarapé Grande; Rio Sabino; Transamazônica Km 68; Altamira; São Francisco de Assis-PA; São Tiago km 292 – PA; Vicinal Norte km 12 – PA; Vicinal Sul Km 338).

### **3.4 PROCESSO DE SELEÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS**

Na Escola Família Agrícola do Pacuí, todos os funcionários, sobretudo, os monitores são escolhidos e contratados pela Associação das Famílias da Escola Família Agrícola do Pacuí em caráter experimental conforme a legislação trabalhista e ouvido o

parecer do conselho administrativo. Este é um pré-requisito básico da Pedagogia da Alternância, desenvolvida na Escola Família Agrícola do Pacuí. Isto porque, a EFAP possui uma filosofia e metodologia própria. O bom funcionamento da Pedagogia da Alternância requer profissionais comprometidos com o meio rural e com formação específica na Pedagogia da Alternância.

A associação através do Conselho Administrativo procede a escolha de profissionais estudando currículo e fazendo entrevista, onde se exige o mínimo de formação a nível médio, mas de preferência com formação superior ou equivalente, e sobretudo, com experiência e formação na pedagogia da Alternância.

Os profissionais devem ter um perfil de acordo com os critérios específicos da Escola Família Agrícola.

#### **A) Direção**

O Diretor da escola é escolhido e nomeado pela diretoria da **Associação das Famílias da Escola Família Agrícola da Região do Pacuí – AFEFARP**.

O Diretor é o principal responsável pelo bom andamento da escola no seu conjunto e, como responsável pelo planejamento, supervisão, controle e avaliação das atividades administrativas e pedagógicas.

#### **B) Assessoria Pedagógica**

O funcionamento dos serviços técnicos e pedagógicos se darão em conformidade com as diretrizes da **União Nacional das Escolas Famílias do Brasil – UNEFAB**, através da equipe pedagógica nacional, responsável pela formação pedagógica inicial e continuada dos monitores, bem como pelo acompanhamento pedagógico da **RAEFAP**.

O serviço de orientação pedagógica será exercido por um especialista legalmente habilitado, conhecedor da Pedagogia da Alternância e referendado pelo conselho administrativo.

#### **C) Secretário**

A Secretaria escolar constitui o setor de apoio pedagógico da escola formado por um secretário e um auxiliar de secretaria.



A função de secretário escolar será exercida por um profissional que tenha o Ensino Médio como escolaridade mínima. O secretário será previamente designado pelo conselho administrativo.

#### **D) Monitores**

O corpo docente é constituído por todos os monitores da escola, devidamente habilitados nos termos da legislação em vigor.

- No Ensino Fundamental, os monitores serão preferencialmente licenciados plenos, sendo admitida como formação mínima a habilitação oferecida nos Exames de Suficiência.

- No Ensino Médio, os monitores serão obrigatoriamente licenciados plenos, e preferencialmente, pós-graduados.

- Na Educação Profissional, os monitores serão profissionais graduados em cursos de bacharelado, em áreas de conhecimentos afins aos ministrados, e capacitados para a docência pela **EFAP**.

Para serem admitidos como efetivos, além das funções docentes é necessário que os monitores, passem por cursos e estágios específicos oferecidos pela **RAEFAP**, terem experiências em outros trabalhos que demonstrem habilidades indispensáveis para o bom desenvolvimento do trabalho do monitor na **EFAP**.

### **3.5 RELACIONAMENTO ENTRE A EQUIPE DA ESCOLA**

O trabalho em equipe é a marca da ação pedagógica da Escola Família Agrícola do Pacuí. O bom êxito do funcionamento da Pedagogia da Alternância está na equipe. Cada um(a) assume o seu papel e executa as suas responsabilidades a partir de discussões e deliberações nas reuniões pedagógicas e administrativas semanais. As tarefas e responsabilidades são discutidas e divididas coletivamente, de forma que cada um, dentro das suas aptidões e habilidades, complementa o outro sem haver uma relação vertical onde um passa e manda e outros apenas executam tarefa.

#### **A) Monitores x Monitores**

O monitor deve procurar estabelecer e conservar boas relações com seus colegas a fim de ir acompanhando os trabalhos dos mesmos e informar-se a respeito do comportamento de seus alunos nas outras disciplinas. Este contato com os colegas pode

informá-lo também sobre as atividades das outros componentes curriculares, de maneira a detectar o que pode exigir de seus alunos, a fim de não sobrecarregá-los.

Esse relacionamento exerce benéfica influência nos trabalhos de toda a classe e permite uma assistência mais efetiva do monitor para com seus alunos, também individualmente.

### **B) Monitores x Alunos**

O monitor é um parceiro do aluno. O aluno não é visto como aquele que não sabe nada e o monitor é o que sabe tudo e, por isso, tem que repassar conteúdos.

Há um relacionamento fraterno de diálogo, respeito, acompanhamento pessoal na vida do dia-a-dia do internato. Cada dia um monitor fica responsável pelo acompanhamento do internato. Esta atividade torna o monitor mais próximo do aluno e sensível aos seus problemas.

Através das visitas realizadas às famílias dos alunos o monitor passa a conhecer a fundo a realidade de cada um, bem como a realidade da família, os problemas enfrentados pela mesma. Daí ele passa a compreender as problemáticas de cada aluno e se sensibilizar e parte para a busca de possíveis soluções envolvendo a equipe, os próprios alunos, suas famílias e comunidades.

Os instrumentos pedagógicos adotados e o princípio da Pedagogia da Alternância que propõe partir sempre da realidade do aluno ajudam no bom relacionamento com a equipe.

Fator de sucesso dos trabalhos escolares é o bom relacionamento do monitor com seus alunos. Pois, os eventuais problemas de aprendizagem de conteúdo em sala de aula são facilitados quando há bom entendimento entre monitor e aluno, quando ambos se respeitam e se estimam.

### **C) Escola x Família x Comunidade**

A Escola Família Agrícola do Pacuí é administrada por uma Associação de Famílias que se responsabilizam pelo funcionamento da escola, em geral, ajuda a construir, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Formação dos Alunos, escolhe os temas dos planos de Estudo e discute os objetivos da EFAP.

A participação das famílias de forma organizada numa associação responsável é o princípio fundamental da Escola Família Agrícola.

A alternância gera uma relação profunda entre a Escola e a Família, através de ir e vir dos alunos e da pesquisa dos Planos de Estudo.

As Visitas e Viagens de Estudo, feitas em propriedades com os alunos, as palestras e intervenções externas, feitas por diversos profissionais e as visitas dos monitores às famílias constituem meios de integração da escola com as famílias e comunidades.

As Assembléias da Associação, as reuniões da diretoria executiva e do Conselho Administrativo e as reuniões de pais também contribuem, e muito, na integração entre escola, família e comunidade.

A participação efetiva das famílias é um desafio constante e que deve ser buscado, sempre, pelos monitores e pela Associação. Uma estratégia para melhorar, ainda mais, a integração das famílias com a escola e vice versa é a implementação do plano de Formação das Famílias elaborado pela UNEFAB. Este plano é trabalhado com pais de cada turma, sendo 03 (três) encontros anuais de, no mínimo, 05 horas cada, ao longo de 03 anos.

#### **IV – METAS**

- Implementar a formação pedagógica específica no Estado do Amapá através da sua regional (RAEFAP) num período de 02 anos.
- Possuir 95% de recursos para implementação da formação pedagógica dos monitores, inicial e continuada.
- Habilitar 100% dos seus monitores para exercer o magistério.
- Sensibilizar anualmente 70% dos familiares dos alunos matriculados e da comunidade que residem.
- Implantar no espaço de 03 anos o curso de interiorização em nível superior na área de Ciências Agrárias.
- 100% de segurança trabalhista contratual.
- Visitas abrangendo 80% das famílias dos alunos matriculados.
- 90% dos monitores com residência na área de abrangência da Escola.
- 70% dos profissionais do quadro da Escola com formação em nível de pós-graduação na área agrícola e educacional.

## **V – O PLANO DE FORMAÇÃO**

O Plano de Formação é construído a partir do diagnóstico da realidade local e regional. Ele deve refletir as reais necessidades dos alunos e suas famílias. Os pais, os alunos e outros profissionais do meio participam desta construção sugerindo os objetivos específicos e gerais da EFAP e os temas dos Planos de Estudo.

Na verdade, o Plano de Formação é um instrumento que articula os temas de Planos de Estudo e demais instrumentos metodológicos com os conteúdos das áreas do conhecimento da Base Nacional Comum e Parte Diversificada. Ele sistematiza as duas lógicas trabalhadas na EFAP: uma representada pela experiência de vida dos alunos e do saber popular camponês e outra constituída dos aspectos escolares formais.

### **5.1 DOS JOVENS**

O conteúdo geral do curso da EFAP propõe uma valorização do saber, enquanto meio do povo; entender de forma crítica a sua realidade e buscar maneiras alternativas e enfrentar desafios, no sentido de superá-los e de ir a direção a uma sociedade justa e democrática. Tem algumas características básicas:

- a) Possui uma progressão a nível vertical, dentro de cada série;
- b) Todos os aspectos científicos de cada tema, são complementações do aprofundamento da realidade estrita e ampla do aluno;
- c) os temas são amplos e progressivos, dando espaço a ação, permitindo conclusões gerais;
- d) Permite uma interdisciplinaridade de forma proporcionar o jovem a estar sempre questionando a sua realidade.

### **5.2 DOS MONITORES**

Para a associação EFA funcionar bem precisa de uma boa equipe de monitores. Os monitores, juntos com a associação precisam promover o intercâmbio entre as EFA's, as comunidades, as famílias e demais agentes formativos da alternância.

O monitor é aquele que acompanha, caminha ao lado dos jovens, é um facilitador da aprendizagem, provocador, problematizador, aquele que ensina a pesquisar, a apreender, a buscar por conta própria e não dá nada pronto, mas mostrar caminhos.

É ainda, aquele que convive com os educandos em todos os momentos do dia-a-dia, além da sala de aula. Além do acompanhamento personalizado de cada aluno ele(a) se compromete com as Visitas às Famílias, um instrumento fundamental na integração escola-família-comunidade, onde se trabalha aspectos pedagógicos, sociais e técnicos.

O bom monitor deve conhecer a proposta filosófica da Escola; a história do meio rural; falar a linguagem do homem do campo; resgatar e sistematizar os valores do homem rural; reinventar a educação a partir da realidade, promovendo a expansão dos verdadeiros conhecimentos sociais, políticos e econômicos; colaborar nas atividades de orientação dos alunos; rever as relações entre professor e aluno, tendo sempre presente que o aluno é o sujeito do processo, em qualquer circunstância; manter com os demais colegas de trabalho colaboração indispensável à eficiência da obra educativa que se processa no estabelecimento; manter em ordem seus diários e demais documentos dele exigidos.

O plano de formação dos monitores da Escola Família Agrícola do Pacuí exige:

- Um parceiro, aliado dos alunos, nas aulas, no convívio diário do internato, nas atividades extraclasse, no acompanhamento pessoal do aluno e seu projeto de vida;
- Comprometido com a instituição EFA e o meio rural, “Vestir a Camisa do Movimento”;
- Solidário com todos os atores da alternância, membros da equipe, alunos, famílias e comunidades.
- Humilde e deixar-se avaliar pela equipe, jovens, famílias, associações e aceitar críticas.
- Um sujeito capaz de captar os anseios, os valores, os problemas e os desafios do povo;
- Orientadores que buscam, através da educação na Escola Família, meios de criação de uma sociedade mais democrática e fraterna;
- Habilitação mínima, conforme exigências legais e institucionais do movimento EFA;
- Capacidade de trabalho em equipe e maturidade afetiva;

- Ter liderança e comunicação que facilita as relações entre os diversos ambientes educativos, atores de alternância e parceiros da EFA; pais, mães e outros profissionais, orientadores de estágio....;
- Capacidade de adaptação a um enorme leque de atividades da EFA;
- Capacidade técnica, Interesse, respeito e compromisso político com as causas dos trabalhadores rurais;
- Discurso coerente entre teoria e prática;
- Capacidade de relacionar-se bem em equipe, dialogar, ouvir os alunos e suas famílias;
- Ter um espírito de colaboração mútua, disposto, dentro dos limites, a encarar os desafios que continuamente se apresentam.
- Formação Inicial na Pedagogia da Alternância;
- Formação pedagógica sobre a Pedagogia da Alternância;

O monitor deve fazer um estágio, de no mínimo 15 dias numa EFA que esteja em funcionamento para identificar-se e comprometer-se com a EFA, antes de assumir definitivamente qualquer tipo de vínculo com a instituição.

Observar e vivenciar o dia-a-dia das atividades da escola em que está estagiando, devendo, a partir das observações e discussões, elaborar um relatório sobre tudo o que viu, vivenciou, sentiu e refletiu, com conclusões pessoais que sirvam para a prática pedagógica onde vai trabalhar.

### **A) Formação Continuada**

A Formação Continuada é uma exigência da UNEFAB e deve acontecer a nível regional com no mínimo 40 horas anuais e temas previamente escolhidos de acordo com as necessidades dos monitores. A nível nacional a UNEFAB promove Seminários com participação representativa das regionais que se comprometem em multiplicar os conteúdos aprofundados junto as EFA's e Estados (regionais).

O Jornal da UNEFAB é um veículo de intercâmbio de informações e de formação, tanto de monitores, quanto dos alunos e as famílias envolvidas na EFA.

O princípio teórico que norteia os processos formativos, são os próprios da Pedagogia da Alternância onde se conjuga **ação-reflexão-ação**. O conhecimento é construído coletivamente em função do aprofundamento e melhoria do projeto, bem como do crescimento pessoal e comunitário de todos os agentes envolvidos.

## **B) Formação Inicial**

A Formação inicial em Pedagogia da Alternância é um Plano de Formação organizado pela União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB, é realizado de forma descentralizada pelas regionais com acompanhamento e co-assessoria da Equipe Pedagógica Nacional da UNEFAB.

Esta formação é uma experiência para todos os monitores que iniciarem a trabalhar na EFAP, mesmo aqueles com habilitação superior.

É uma formação em Alternância e para a Alternância. O monitor tem que estar atuando. É realizada em módulos com temas sobre o específico da metodologia da EFA, com duração de dois anos e meio e certificado mediante a defesa de um Projeto de Pesquisa e Experimentação Pedagógica.

O Certificado de Estudos em Pedagogia da Alternância (CEPA) é expedido pela UNEFAB.

Cada monitor em formação tem um monitor orientador que o acompanha, orientando-o nas atividades.

## **5.3 DAS FAMÍLIAS**

A associação mantenedora da EFAP precisa ser fortalecida. Devida a maioria dos pais e mães ser agricultores e agricultoras. Por isso, cabe a Escola FAMÍLIA Agrícola do Pacuí, vinculada a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB e filiada a Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá, apresentaram uma proposta de “plano de formação” das famílias.

O plano de formação, é um meio que visa fortalecer, incentivar, participar e aprofundar mais os conhecimento sobre o movimento EFA e os papéis e responsabilidades da educação dos filhos. Ele é convite para uma ação mais eficaz de troca de experiência entre monitores, pais, mães, alunos, mostrando-lhes que a educação é resulta da ação solidária de todos e que a pedagogia da alternância tem como principio a responsabilidade individual e coletiva das famílias na formação que recebem seus filhos.

## **VI – ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA**

### **A) REGIME DIDÁTICO**

A proposta curricular da EFA do Pacuí tem como objetivo adequar-se a realidade do adolescente e jovem do meio rural, tendo para isto uma organização crítica e dinâmica, respeitando o desenvolvimento cognitivo, físico e afetivo dos alunos, permitindo-lhes a apropriação da “Cultura Escolar”, seus códigos, funcionamento e entendimento.

Para a EFAP o processo de aprendizagem não deve ficar limitado a esquemas rígidos e lineares. Será exigida do educando, no final do processo, capacidade em leitura, interpretação e produção de textos, oralidade, raciocínio algébrico, construção crítica do conhecimento, possibilidade de comunicação com o mundo que descrimina a ausência dessas habilidades. Além do mais a EFAP se importará com o saber fazer, ser e organizar.

O Projeto EFAP está estruturado na forma de Curso Regular com Educação Geral e Educação Profissional. No Ensino Fundamental com Qualificação Básica em Agropecuária onde, nos dois primeiros anos (5ª e 6ª séries) serão trabalhados temas gerais, mais próximos à vida dos adolescentes, seguindo numa inserção e respeitando o nível de idade dos alunos. A partir da 7ª e 8ª séries será dada ênfase à Orientação Vocacional ou Profissional. Neste caso os temas dizem respeito mais aos aspectos técnicos e profissionais para ajudar na reflexão e despertar para o projeto de vida profissional: Continuidade nos estudos, inserção no mundo de trabalho ou empreendimento de um negócio próprio ou comunitário.

### **B) ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS**

A Escola ministrará a Educação Básica nos níveis Fundamental e Médio, conforme artigos 23 e 24 da Lei 9.394/96 e a Educação Profissional, obedecendo ao prescrito nos Incisos I e II do Decreto 2.208/97 nos níveis Básico e Técnico e artigo 9º da Resolução 30/97 – CEE.

A Educação Profissional oferecida pela Escola Família Agrícola do Pacuí compreende dois Níveis:



☞ Básico com Qualificação em Agropecuária, em regime seriado e/ou modular concomitante com o Ensino Fundamental em Regime de Alternância; e

☞ Técnico com Habilitação em Agropecuária concomitante com o Ensino Médio e Pós-Médio ambos organizados em sistema de matrícula por componente curricular, pelo regime de crédito, com uma carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, ambos em Regime de Alternância.

O Ensino Fundamental será organizado de 5ª a 8ª séries, com duração de quatro anos e, carga horária anual e número de dias letivos em conformidade com os mínimos exigidos pela legislação em vigor.

O curso de Habilitação Técnica em Agropecuária concomitante com o Ensino Médio será oferecido pela EFAP, com organização curricular própria respeitando a legislação vigente, tendo duração de quatro anos (04), compreendendo o mínimo de oitocentas (800) horas na Escola e no meio sócio profissional e duzentos (200) dias letivos. E o Curso de Habilitação Técnica em Agropecuária para o Pós-Médio terá duração de dois (02) anos, obedecendo a uma organização curricular própria a luz da Lei vigente.

Tanto no Ensino Médio quanto no curso Habilitação Técnica em Agropecuária adotar-se-á o sistema de matrícula por componente curricular e/ou conjunto de componente curricular com a integralização do currículo pelo regime de crédito.

Entende-se cada crédito como correspondente a quinze horas de atividade escolar orientado pelo docente. Os créditos serão registrados por componente curricular sempre que o discente alcançar nesse componente curricular a frequência mínima exigida 75% e o rendimento escolar para aprovação.

A Educação Profissional concomitante com o Ensino Médio será organizada em oito (08) períodos, onde cada ano letivo é composto de dois períodos, e cada período é composto de cinco (05) meses. Após concluir os oito (08) períodos, que neles estão distribuídas as 360 horas de estágio supervisionado, o aluno terá direito ao Diploma de Técnico em Agropecuária.

O Pós-Médio será organizado em quatro (04) períodos. Após concluir os quatro (04) períodos, que neles está distribuídas as 360 horas de estágio supervisionado, o aluno terá direito ao Diploma de Técnico em Agropecuária.

Na perspectiva de responder às exigências laborais do mundo do trabalho, a estrutura curricular do Curso Técnico em Agropecuária concomitante com o Ensino Médio, com duração de quatro anos (04), com carga horária total de 1.920 horas e o Pós-Médio com duração de dois anos com carga horária total de 1.920 horas incluindo o estágio supervisionado, que reúnem um conjunto de competências e habilidades necessárias ao desempenho profissional de Nível Técnico.

A Alternância de cada ano letivo será subdividida em nove (09) sessões escolares, cada uma com duração de três semanas de funcionamento na escola e oito (08) sessões familiares, cada uma com duração de duas semanas na família e comunidade, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Pós-Médio. O educando, junto com sua família escolherá, dentre os projetos desenvolvidos na escola, o que melhor se adaptem a sua realidade, e deverão ser realizados na própria comunidade sob a orientação do monitor da área profissionalizante.

Cada série equivale a um ano letivo, compreendendo 209 dias letivos, descontando os feriados e outros recessos, são 200 dias letivos.

A Escola, em qualquer momento, poderá criar e manter novos cursos. Desde que os mesmos sejam exigidos pelas necessidades da região.

Os cursos terão as estruturas que farão parte integrante do Regimento Escolar, modificáveis em consonância com as necessidades do mercado de trabalho, conveniência administrativa ou de ordem didático-pedagógica e determinações legais.

A preparação para o trabalho, embasada nos artigos 39 e 42 da Lei nº 9.394/96, onde a educação profissional, integrada às diferentes formas de aplicação, ao trabalho, à ciência e tecnologia, conduzirá o aluno ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. A Qualificação Básica em Agropecuária e Habilitação Técnica em Agropecuária constará dos planos curriculares diluídos ao longo dos cursos sob a forma de componente curricular. A oferta da Educação Básica se organizará em conformidade com o artigo 28 da Lei nº 9.394/96.

Esta proposta apresentada tem por base legal a Lei 9.394/96 e a Resolução 02/98 do CEB/CNE, onde se interpreta que 200 dias letivos não significam 200 dias em sala de aula.

### **C) CARGA HORÁRIA**

Em cada sessão na escola são 240 horas trabalhadas, sendo 08 horas por dia (manhã e tarde) e os espaços à noite, para realização de serões de estudo.

As atividades complementares foram computadas de acordo com as propostas praticadas em várias EFA's, por exemplo: EFA de Nova Friburgo-RJ, EFA's de Rondônia, Espírito Santo, cujas matrizes curriculares são aprovadas de forma como estamos apresentando.

### **D) PROPOSTA CURRICULAR**

A Escola Família Agrícola do Pacuí acredita que o processo de libertação das classes populares passa também pelo processo de aquisição e domínio dos conhecimentos produzidos pela humanidade e que as classes dominantes já dominam. Por isso dá importância aos conteúdos clássicos da base nacional comum, mas sempre com a pergunta básica: "Para que? Qual o sentido desses conhecimentos para a nossa vida hoje? Propõe-se que sejam selecionados os conteúdos mais significativos, e que estes sejam trabalhados de forma articulada com os Planos de Estudo. Os conteúdos são trabalhados com a lógica e metodologias específicas da EFAP. Sendo assim, o eixo da formação é a realidade dos educandos. O carro chefe do Plano de Formação são os planos de Estudo.

O Plano de Formação permite uma integração dos conteúdos de forma interdisciplinar e transdisciplinar, mas cada educador elabora um Plano de Curso do seu componente curricular, contendo a missão da EFAP, os objetivos gerais e específicos desejados pela EFAP, com detalhamento dos conteúdos, metodologia, recursos didáticos necessários e propostas de avaliação.

O mundo do trabalho agrupa um conjunto de atividades econômicas geradoras de produtos e serviços que apresentam similaridades de acordo com as características de seu processo produtivo, identificadas pelo conjunto de competências comuns que lhes são peculiares.

A área de agropecuária envolve um grupo complexo de setores econômicos e de profissionais. Tais atividades, porém são bastantes inter-relacionadas entre si, o que aliado aos fenômenos característicos do atual mundo do trabalho, exigem um efetivo e competente desempenho profissional.

#### **E) PLANEJAMENTO DE ENSINO**

*Cada monitor constrói o plano de Ensino da sua respectiva área de conhecimento tendo como base contextual os Planos de Estudo. Ou seja, os conteúdos a serem desenvolvidos em cada área do conhecimento são organizados em módulos ou de acordo com cada Alternância e o “Tema Gerador” em questão (Plano de Estudo).*

#### **F) PLANEJAMENTO DAS AULAS**

*As aulas são planejadas de forma interdisciplinar, após a colocação em comum do Plano de Estudo e de posse da síntese e problematizações levantadas em cima de cada tema pesquisado na família ou comunidade.*

*No início de cada Alternância, uma reunião pedagógica para discutir e planejar de forma interdisciplinar os conteúdos, se faz necessário.*

#### **G) METODOLOGIA DAS AULAS**

As aulas seguem o princípio da Pedagogia da Alternância: a partir da realidade, da observação dos educandos, da pesquisa do Plano de Estudo (o que sei), da Colocação em Comum (o que nós sabemos), e aprofundamento técnico (o que a ciência sabe). Busca-se construir o conhecimento de forma participativa, sendo de uma visão mais sintética e crítica. O passo seguinte é à busca de formas de ação para solucionar os problemas levantados. É o método da ação – reflexão – ação. Neste sentido a escola se torna um instrumento de mudança no meio.

#### **H) ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

O estágio é realizado na Escola, na propriedade e nas Empresas, tendo como finalidade oportunizar ao educando concluinte a atuação com relativa independência demonstrando suas habilidades e competências teórica e prática.

O estágio é coordenado, supervisionado e avaliado pelos coordenadores de estágios, coordenador administrativo, docente da formação especial da área de agropecuária e mestres de estágios (Mestre de estágio – é uma pessoa que vive no meio rural, no trabalho em sua propriedade ou entidade, uma pessoa que colabora com a Escola e as famílias dos jovens na formação humana social e profissional). Podendo ainda, o acompanhamento e a avaliação serem realizados de forma indireta através de relatório, que só terá efeito legal se for assinado por profissionais legalmente habilitados.

Os alunos do curso profissionalizante da Escola Família Agrícola do Pacuí, deverão estagiar em todos os laboratórios do setor agropecuário e agroindustrial da Escola, além de cumprir a carga horária prevista em empresas ou em propriedades rurais, demonstrando além das habilidades e competências, interesse, liderança, organização, disponibilidade e criatividade.

## **I) SISTEMA DE AVALIAÇÃO**

A verificação do rendimento escolar está normatizada pelo Regimento próprio da Escola, e as notas são expressas na escala de 0(zero) a 10(dez), utilizando-se o princípio estatístico de arredondamento somente para a apuração da média final.

A avaliação será constante e terá por objetivo a verificação da aprendizagem, o aproveitamento e o desenvolvimento do educando, bem como a apuração do rendimento escolar para fins de promoção, será registrado no diário de classe respectivo, e atribuir-se-á uma nota resultante de todas as atividades teóricas e práticas, inclusive provas e exames, realizados neste período, essas notas determinarão a aprovação ou reprovação do aluno.

A nota mínima para aprovação é 6,0 (seis), em cada componente curricular. Os estudos de recuperação são oferecidos paralelamente ao processo de ensino-aprendizagem, tendo direito a recuperação final o aluno que não alcançar os mínimos exigidos, em até 03 (três) componentes curriculares.

Em todos os processos e métodos aplicados para verificação do aproveitamento, os aspectos qualitativos(50%), expressos em uma ficha individual, deverá ser igual ao quantitativo (50%).

A atribuição da nota, no decorrer do ano letivo, será de competência privativa do professor. A média aritmética servirá ao professor como um dos meios para formalizar a média da avaliação quantitativa.

Será considerado reprovado, sem direito aos estudos de recuperação, o aluno que obtiver média inferior a 06(seis) em mais de três componentes curriculares.

O aluno que obtiver nota inferior ao mínimo exigido, em até três (03) componentes curriculares, não terá prejuízo quanto à progressão do período consecutivo, desde que seja preservada a seqüência do currículo, sendo o mesmo incluído aos estudos de dependência dos respectivos componentes curriculares.

Será permitido no Ensino Médio e no Curso Técnico em Agropecuária, aproveitar estudos concluídos com êxitos, conhecimentos e experiências anteriores adquiridos em outros contextos relacionados com a área.

O aproveitamento quanto a Educação Profissional se dará de acordo com o que prescreve o artigo 11 da Resolução 04/99 – CEB/CNE, em que a escola poderá aproveitar conhecimentos de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional adquiridos:

I – no Ensino Médio;

II – em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em outros cursos;

III – em cursos de educação profissional de nível básico, mediante avaliação do aluno;

IV – no trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno;

V – e reconhecidos em processos formais de certificação profissional.

O estágio, previsto no curso de Habilitação Técnica em Agropecuária concomitante com o Ensino Médio e Pós-Médio, será avaliado além das habilidades e competências, demonstrando interesse, liderança, organização, disponibilidade, assiduidade e criatividade sob a forma de notas. O estágio é obrigatório para a conclusão do curso de Habilitação Técnica em Agropecuária. No curso de Habilitação Técnica em Agropecuária a carga horária mínima é de 360 horas.

A avaliação do estagiário é feita pelos coordenadores de estágio, diretor, monitores de formação especial da área de agropecuária, alunos estagiários e mestres de estágios. Podendo ainda, a avaliação ser realizada de forma indireta através de relatório, que só terá efeito legal se for assinado por profissionais legalmente habilitados.

A Escola Família Agrícola do Pacuí, não só desperta a consciência, interesse e participação dos alunos, de seus familiares, como também procura estimular as comunidades locais sobre o plantio alternado de fruteiras regionais nos quintais e roçado. O uso e a implantação do plantio das ervas medicinais (ou medicina alternativa), o estímulo da criação de abelhas e galinhas caipiras, o incentivo das hortas caseiras e comunitárias, a implantação das plantas ornamentais nas frentes das casas e a fabricação caseira de doces, geléias e licores, integram-se na finalidade de resgatar as tradições rurais, enriquecer o cardápio e aumentar a renda familiar dos pequenos produtores que ainda sobrevivem exclusivamente da monocultura da mandioca.

Os instrumentos metodológicos ajudam na articulação da Pedagogia da Alternância, do tempo e espaço em diferentes situações, contribuindo para uma continuidade de aprendizagens na descontinuidade das atividades entre escola e o meio sócio-profissional.

O conjunto dos instrumentos metodológicos, utilizado na EFA contribui ainda para:

- Articular os saberes da vida do aluno, da família e comunidade rural com os saberes do programa escolar;
- Integrar o tempo e o espaço com experiências e saberes de forma crítica;
- Instrumentalizar o exercício da autonomia para que os adolescentes e jovens sejam protagonistas de seu processo formativo;
- Avaliar todo o projeto educativo: profissional – intelectual, humano – social e ético – espiritual – ecológico.

A avaliação da aprendizagem será processada de forma contínua e cumulativa, cujo rendimento será expresso em nota, a partir dos critérios assim definidos:

☀ – Demonstra domínio **igual ou superior a 85% (8,5 – 10)** do conjunto de conhecimentos tecnológicos e habilidades profissionais das diferentes funções do processo produtivo da Habilitação Profissional. Apresenta postura ética, criativa, inovadora, espírito empreendedor, procurando sempre atualização para enfrentar desafios e competitividade do mundo produtivo.

☀ – Apresenta domínio **de 75% a 84% (7,5 – 8,4)** do conjunto de conhecimentos tecnológicos e habilidades específicas das diferentes funções da habilitação profissional necessária para uma atuação eficiente e eficaz. Demonstra criatividade e competência técnica para o exercício laboral com condições de resolver situações-problema, enfrentar os desafios e a competitividade do mundo do trabalho.

☀ Apresentação **de 65% a 74% (6,5 – 7,4)** das competências e habilidades definidas no processo educativo, como necessárias para o exercício laboral, em relação ao perfil do profissional e as exigências do setor produtivo.

☀ Aproveitamento limitado frente às exigências de laboralidade, demonstrando apenas domínio em até **64 % (6,4)** das competências e habilidades estabelecidas nas etapas do processo educativo.

☀ Apresentação de domínio inferior a **54% (5,4)** das competências e habilidades profissionais, demonstrando insuficiência frente às exigências dos requisitos básicos para o exercício profissional no âmbito agropecuário.

A escala de notas foi assim estabelecida:

<b>Nota</b>	<b>Situação</b>
8,5 – 10	Aprovado
7,5 – 8,4	Aprovado
6,5 – 7,4	Aprovado
6,4	Recuperação
5,4	Reprovado ( <i>inferior a cinco e meio</i> )

Os instrumentos metodológicos ajudam na articulação da Pedagogia da Alternância, do tempo e espaço em diferentes situações, contribuindo para uma continuidade de aprendizagens na descontinuidade das atividades entre escola e o meio sócio-profissional.

**Para que tudo isto se dê de fato são necessários:**

- Organizar o plano de Formação dos Alunos.



- Acompanhar de perto cada aluno no seu projeto de vida profissional e avaliar continuamente o projeto educativo com participação de todos os atores da Alternância.

A Alternância precisa ser organizada e o Plano de Formação constitui a trama desta organização.

## **VII – RECURSOS**

### **7.1 – MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS**

#### **A) MATERIAIS**

Escola Família Agrícola do Pacuí possui os seguintes recursos materiais:

<b>ESTRUTURA</b>	<b>MATERIAL</b>	<b>QUANT</b>
Alojamento masculino	Armário	208
Alojamento feminino	Armário	03
Sala de aula	Mesa e cadeiras	180
	Bebedouro	01
Biblioteca	Livros de Educação Geral	3.000
	Livros de Educação Profissional	1.000
	Vídeo	01
	Fitas de vídeo	91
	Estante de madeira	04
	Microcomputador completo	01
Secretaria	Máquina de datilografia	01
	Microcomputador completo	01
	Impressora	01
	Conjunto de mesa	01
	Arquivo de aço	02
	Estante de madeira	01
Direção	Conjunto de mesa	01
	Arquivo de aço	01

	Estante de madeira	01
Sala de professor	Conjunto de mesa	01
	Estante de madeira	01
	Arquivo de aço	01
	Microcomputador completo	01
Ambulatório	Maca	01
	Estante de madeira	01
Sala de informática	Microcomputador completo	10
	Cadeira	20
	Conjunto de mesa	01
	Assento para computadores	10
	Impressora	01
	Nobreak	01
	Mesa de madeira	01
	Quadro Magnético	01
Alojamento de monitor	Beliche com colchão	05
	Beliche sem colchão	06
	Estante de aço	07
Cozinha	Fogão industrial	01
	Geladeira	01
	Freezer	03
	Liquidificador	01
	Guarda-louça	01
Refeitório	Mesa	12
	Banco	24
	Bebedouro	01
	Televisão	02
	Antena parabólica	01
Maloca	Mesa de bolifut	01
	Mesa de tênis	01
	Teclado	01

Automóvel	Camionete D-20	01
	Caminhão ¾ Vokwagem	01
Elétrica	Grupo gerador	01
	Transformador trifásico	01
	Bomba	03
Laboratório de campo	Motosserra	01
	Caixa d'água 5.000 l	02
	Caixa d'água 500 l	02
	Motobomba	02
	Voadeira	01
	Pulverizador costal	03
	Capas para pulverização	02
	Máscara	02
	Luvas	02
	Balança	05
	Sistema de irrigação	01
	Trituradeira elétrica	01
	Debicador	01
	Microtrator c/ arado, enxada rotativa, sucador, roçadeira e carreta	01

## B) HUMANOS

FUNÇÃO	QUANT	TURNOS			GRAU DE INSTRUÇÃO							
		1º	2º	3º	Fundam.		Médio		Superior		Pós Graduaç.	
					Com p	Inc c	Com p	Inc	Comp	Inc	Com p	Inc
Diretora	01	X	X	X	-	-	-	-	-	-	01	-
Supervisora	01	X	X	-	-	-	-	-	-	-	01	-
Coordenadora	01	X	X	-	-	-	-	-	01	-	-	-

Pedagógica												
Secretário Escolar	01	X	X	-	-	-	-	-	-	01	-	-
Secretário Executivo	01	X	X	-	-	-	-	-	-	-	01	-
Monitores	09	X	X	-	-	-	-	-	05	-	01	03
Engº Agrônomo	02	X	X	-	-	-	-	-	01	-	01	-
Médico Veterinário	01	X	X	-	-	-	-	-	01	-	-	-
Zootecnista	01	X	X	-	-	-	-	-	01	-	-	-
Técnico em Agropecuária	02	X	X	-	-	-	-	-	-	02	-	-
Cozinheiras	04	X	X	-	-	01	03	-	-	-	-	-
Motorista	01	X	X	-	-	-	01	-	-	-	-	-

Ensino Fundamental			Ensino Médio			Pós-Médio	
Série	Nº de Alunos	Turno	Período	Nº de Alunos	Turno	Nº de Alunos	Turno
<b>5ª</b>	20	1º, 2º e 3º	<b>1º</b>	51	1º e 3º	21	1º e 3º
<b>6ª</b>	12	1º, 2º e 3º	<b>3º</b>	15	1º e 3º	-	-
<b>7ª</b>	15	1º, 2º e 3º	<b>5º</b>	19	1º e 3º	-	-
<b>8ª</b>	18	1º, 2º e 3º	<b>7º</b>	15	1º e 3º	-	-
<b>Total</b>	65	-	<b>Total</b>	100	-	21	-

Além destes a EFAP conta com o apoio do Conselho Administrativo e Associação mantenedora.

### C) FINANCEIROS

Os recursos financeiros provêm da produção excedente que é comercializada, da contribuição dos sócios e dos pais para alimentação, e de projetos com órgãos governamentais e não governamentais, diretamente ou via RAEFAP e/ou UNEFAB.

## VIII – ESTRUTURA FÍSICA

DISCRIMINAÇÃO	QUANT	CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO		
		REGULAR	BOA	MUITO BOA
Alojamento masculino	06	02	-	04
Alojamento feminino	01	-	01	-
Alojamento de professores	04	01	03	-
Sala de aula	07	-	-	07
Sala dos professores	01	-	01	-
Sala de informática	01	-	01	-
Banheiro masculino	02	-	-	02
Banheiro feminino	01	-	01	-
Biblioteca	01	-	01	-
Secretaria	01	-	01	-
Direção	01	-	01	-
Cozinha semi-industrial	01	-	01	-
Refeitório	01	-	01	-
Maloca	01	-	01	-
Galpão para aves de corte	01	01	-	-
Galpão para aves de postura	02	01	01	-
Criatório para galinha caipira	01	01	-	-
Estábulo	01	01	-	-
Coelheira	01	-	01	-
Pocilga	01	-	01	-
Tanques para piscicultura	03	01	02	-
Colméias de abelha	09	-	09	-
Minhocário	01	-	01	-

Depósito de ração	01	-	01	-
Depósito de ferramentas	01	-	01	-
Depósito de materiais diversos	02	-	01	-
Depósito de defensivos	01	-	01	-
Poço artesiano	02	-	02	-
Cisterna	01	-	01	-
Viveiro de mudas frutíferas	01	-	01	-
Viveiro de mudas ornamentais	01	-	01	-
Viveiro de ervas medicinais	01	-	01	-
Pomar	13	-	-	-
Roça de mandioca	01	-	-	-
Capineiras	03	-	-	-
Horta	01	-	-	-
Micro-agro-indústria	01	-	01	-

## XI – AÇÕES

- Efetivação de parcerias com instituições educativas para a formação pedagógica dos monitores;
- Efetivação de parcerias institucionais para aquisição de recursos financeiros e materiais;
- Encontro de formação às famílias;
- Palestras sobre relações humanas;
- Intercâmbios com entidades que desenvolvem programa de preservação ambiental.

## X – DESAFIOS

- 01 Casa para caseiro;
- 01 Biodigestor;
- 01 Agroindústria familiar;
- 01 Casa de vegetação para hidroponia;

|

01 Laboratório médico odontológico com medicamentos e médico periodicamente;

01 Laboratório para química, física e biologia com equipamentos (lupas, microscópio, etc.);

01 Biblioteca climatizada com aquisição de fitas, livros técnicos - didáticos atualizados;

01 Alojamento para professores;

01 Ônibus para transporte dos alunos;

01 Quadra poliesportiva;

01 Trator com equipamentos;

Reforma e ampliação do viveiro com sombrite para reprodução de mudas.

Reforma da cozinha e refeitório com aquisição de armários, equipamentos e utensílios para a mesma;

Reforma e ampliação do alojamento feminino;

01 vídeo cassete;

02 retroprojektor;

01 motor para voadeira;

Conjunto de materiais para inseminação artificial;

01 incubadora automática;

Aquisição de 02 bombas trifásicas;

Ventiladores de teto para as salas de aulas e alojamentos;

Conjunto de cadeiras para sala de aula par 200 alunos;

01 misturador de ração;

30 colchões;

01 guarda roupas para alojamento feminino para 50 alunas;

01 caixa amplificada;

06 bebedouros para os alunos;

01 aparelho de fax;

01 filmadora;

01 máquina de xerox;

01 máquina de encadernar;

01 armário tipo arquivo;

01 conjunto de mapas;

01 câmara fria para polpa de frutas e carnes.

## **XI – MONITORAMENTO**

A avaliação das ações do projeto político pedagógico se dará ao final de cada semestre sob a coordenação do conselho administrativo, com a participação de toda comunidade escolar através de uma assembléia geral para verificar os pontos positivos e negativos, averiguando se os objetivos e as metas foram alcançados.

A partir da verificação dos eventuais pontos negativos, a escola irá replanejar, em busca de mecanismos para se chegar ao pleno êxito de suas ações.

## **XII – PARCERIAS AO NÍVEL FORMATIVO**

A EFAP têm parcerias a nível federal (EMBRAPA), estadual (RURAP / SEED / SEAF / INFRA ESTRUTURA), Municipal (PMM). Há um conjunto de parceiros que contribuem com a formação dos envolvidos no projeto como as associações e cooperativas locais, RAEFAP, o poder público (principalmente a secretaria Estadual de Educação), ONGS – UNEFAB / UNICEF / AES / DIOCESE.

Estas parcerias ajudam na realização de cursos, palestras, seminários, capacitação, formação, estágios, visitas de intercâmbio, materiais didático-pedagógico, o que favorece o conhecimento, a metodologia, troca de informações e experiências, favorecendo constante renovação e inserção de novas práticas na formação profissional dos monitores, conselho administrativo, alunos e familiares.

## **BIBLIOGRAFIA**

Pedagogia da Alternância. Alternância e Desenvolvimento. UNEFAB. Brasília: Dupligráfica, 1999

AZEVEDO, Antulio José de. Pedagogia da Alternância. \_\_\_\_ “A Formação de Técnicos Agropecuários em Alternância no Estado de São Paulo: uma proposta educacional inovadora”. Universidade Estadual Paulista – Campus Marília. Marília – São Paulo. 1999.

DORNAS, Roberto Geraldo de Paiva. Diretrizes e Bases da Educação Nacional: comentários e anotações/Roberto Geraldo de Paiva Dornas, - Belo Horizonte: Modelo Editorial. 1997.



86p.

Educação Profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico / Ministério da Educação. – Brasília: MEC, 2000. 58 p.: Área profissional: Agropecuária

1. Educação Profissional
2. Referências curriculares
3. Agropecuária

ROCHA, Sebastião. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96** – Emendas à Constituição nºs. 11 e 14 de 1996 e Lei nº 9424 de 1996. Brasília, 1998.

SEABRA, Eduardo.

PROEP: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, - Brasília: 1ª Edição, 2000.

LDB: A Nova Lei da Educação Lei nº 9394/96 c/ os Decretos nºs 2207 e 2208/97. Edições Consultor.

PESSOTTI, Alda Luzia. Ensino médio rural: as contradições da formação em alternância. Alda Luzia Pessotti: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, Ufes. 1995. 145 p.

Resolução CNE/CEB nº \_\_/99: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico / Comissão Especial – Fábio Luiz Marinho Aldair (Presidente), Francisco Aparecido Cordão (Relator) e Guiomar Namó de Mello. Parecer nº: 16/99. Distrito Federal.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. 2ª Ed. – Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).